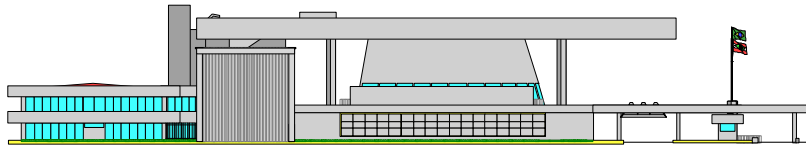


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLIX

FLORIANÓPOLIS, 18 DE MAIO DE 2000

NÚMERO 4.740

14^a Legislatura
2^a Sessão Legislativa

MESA

Gilmar Knaesel
PRESIDENTE

Heitor Sché
1º VICE-PRESIDENTE

Pedro Uczai
2º VICE-PRESIDENTE

Lício Silveira
1º SECRETÁRIO

Romildo Titon
2º SECRETÁRIO

Afonso Spaniol
3º SECRETÁRIO

Adelor Vieira
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Paulinho Bornhausen

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

BRASILEIRO
Líder: Ivan Ranzolin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Ronaldo Benedet

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
Líder: Julio Garcia

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Neodi Saretta

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Jaime Mantelli

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Sandro Tarzan

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Jaime Duarte

COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES E DE MÉRITO

COMISSÃO TÉCNICA DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Onofre Santo Agostini - Presidente
Neodi Saretta - Vice Presidente
Jaime Duarte
Nilson Gonçalves
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Ronaldo Benedet
Ivan Ranzolin
Reno Caramori

Reuniões Ordinárias:
Terças-feiras, às 8:00 horas

COMISSÃO TÉCNICA DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

João Rosa - Presidente
Rogério Mendonça - Vice Presidente
Valmir Comin
Francisco de Assis
Julio Garcia
Paulo Bornhausen
Reno Caramori
Nelson Goetten
Gelson Sorgato

Reuniões Ordinárias:
Quartas-feiras, às 8:00 horas

COMISSÃO DE MÉRITO DE AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA

Moacir Sopelsa - Presidente
Sandro Tarzan - Vice Presidente
Gelson Sorgato
Milton Sander
Julio Garcia
Pedro Uczai
Nelson Goetten de Lima

Reuniões Ordinárias:
Quartas-feiras, às 9:30 horas

COMISSÃO DE MÉRITO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Jaime Duarte - Presidente
Odete de Jesus - Vice Presidente
Francisco de Assis
Herneus de Nadal
Narcizo Parisotto
Lício Silveira
Nilson Gonçalves

Reuniões Ordinárias:
Quintas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE MÉRITO DE TURISMO E ECONOMIA

Francisco de Assis - Presidente
Cesar Souza - Vice Presidente
Jorginho Mello
Milton Sander
Ivan Ranzolin
Ivo Konell
Ronaldo Benedet

Reuniões Ordinárias:
Terças-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE MÉRITO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Ciro Roza - Presidente
Manoel Mota - Vice Presidente
Altair Guidi
Valmir Comin
Volnei Morastoni
João Rosa
Romildo Titon

Reuniões Ordinárias:
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE MÉRITO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Joares Ponticelli - Presidente
Ideli Salvatti - Vice Presidente
Paulo Bornhausen
Altair Guidi
Sandro Tarzan
Rogério Mendonça
Narcizo Parisotto

Reuniões Ordinárias:
Terças-feiras às 9:30 horas

COMISSÃO DE MÉRITO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Nelson Goetten - Presidente
Clésio Salvaro
Volnei Morastoni
Altair Guidi
Jorginho Mello
Ivon Konell
Manoel Mota

Reuniões Ordinárias:
Quartas-feiras, às 9:30 horas

COMISSÃO DE MÉRITO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

Ideli Salvatti - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
João Henrique Blasi
Jaime Mantelli
Onofre Agostini
Afonso Spaniol
Herneus de Nadal

Reuniões Ordinárias:
Quartas-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO TÉCNICA DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE, EFICÁCIA LEGISLATIVA E REDAÇÃO DE LEIS

Jaime Mantelli - Presidente
Valmir Comin - Vice Presidente
Clésio Salvaro
João Henrique Blasi
Ideli Salvatti
Odete de Jesus
Moacir Sopelsa

Reuniões Ordinárias:
Quintas-feiras às 11:00 horas

DEPARTAMENTO PARLAMENTAR	DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA EXPEDIENTE	ÍNDICE
<p>Divisão de Anais: responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição. Diretor: Eder de Quadra Salgado</p> <p>Divisão de Taquigrafia: responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões. Diretora: Maria Salette de Bem Urban</p> <p>Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos: responsável pela impressão. Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron</p>	 <p>Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO IX - NÚMERO 1133 1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS</p>	<p>Plenário Ata da 036ª Sessão Ordinária realizada em 17/05/20002 Ata da 037ª Sessão Ordinária realizada em 17/05/20006 Ata da 038ª Sessão Ordinária realizada em 18/05/200011</p> <p>Atos da Mesa Resoluções DP26 Resoluções Administrativas27</p> <p>Publicações Diversas Extrato28 Mensagem Governamental29 Ofício30 Portarias30 Portaria CGP31 Redações Finais32</p>

PLENÁRIO

ATA DA 036ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA

EM 17 DE MAIO DE 2000

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GILMAR KANESEL

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Altair Guidi - Francisco de Assis - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Duarte - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - João Rosa - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Júlio Garcia - Lício Silveira - Manoel Mota - Milton Sander - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Neodi Saretta - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Bornhausen - Pedro Uczai - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sandro Tarzan.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à leitura do expediente.

O SR. TERCEIRO SECRETÁRIO (Deputado Afonso Spaniol) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente:

Projetos de Lei:

- de autoria do senhor Deputado Afonso Spaniol, que declara de utilidade pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São João do Oeste;

- de autoria do senhor Deputado Sandro Tarzan, que declara de utilidade pública a Associação coral de São Joaquim da cidade de São Joaquim-SC.

Projeto de Lei Complementar de autoria do senhor Deputado Jaime Duarte, que "altera dispositivo do artigo 1º da Lei Complementar nº 135/95, no caso que menciona".

Projeto de Emenda Constitucional, de autoria do senhor Deputado Heitor Sché e outros, que dá nova redação ao art. 70 da Constituição do Estado;

Projeto de Emenda Constitucional, de autoria do senhor Deputado Pedro Uczai e outros, que "altera dispositivos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Santa Catarina".

Indicações:

- de autoria do senhor Deputado Rogério Mendonça, que "solicita ao Presidente da CASAN melhoria urgente na rede de distribuição de água do município de Laurentino";

- de autoria do senhor Deputado Gelson Sorgato, que "solicita ao Governador do Estado medidas urgentes no sentido da construção de galeria no município de Bom Jesus";

- de autoria do senhor Deputado Gelson Sorgato, que "solicita ao Governador do Estado medidas para ser destinado auxílio à IV Feira Artesanato, Agropecuário e comércio - FAIC, a realizar-se no município de Campo Erê.

Ofícios nºs:

- 3.568/00, do senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando Projeto de Lei que propõe a extinção da Gratificação de Produtividade dos servidores do Tribunal de Contas;

- 35/00, do senhor Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, do Ministério da Previdência e Assistência Social, encaminhando cópia da planilha informando a transferência de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social/SC;

- 4.240, do senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, acusando recebimento de ofício referente aos RE/167/2000, de autoria do senhor Deputado Herneus de Nadal e RE/193/2000, de autoria do senhor Deputado Ronaldo Benedet;

- 218, 219, 220 e 221, 227, 228, 229, 230, 231, 232 e 233/00, do senhor Secretário de Estado da Casa Civil, referentes as Indicações de nºs 054, 022, 004, 003, 031, 036, 098, 002, 030, 020 e 041, respectivamente;

- 225 e 226/00, do senhor Secretário de Estado da Casa Civil, referentes aos Requerimentos de nºs 054, 006, respectivamente;

- 998/00, do senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, reportando-se à Indicação nº 076/2000, de autoria do senhor Deputado Herneus de Nadal;

- 1.561/00, do senhor Secretário de Estado da Administração, acusando recebimento do ofício nº 0418/00, que envia ofício do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Joaçaba e Luzerna.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Esta Presidência suspende a sessão até às 11h e convida os Srs. Deputados para que compareçam no horário da Ordem do Dia, quando será feita a leitura do relatório da CPI do Besc.

As inscrições já efetuadas pelos Srs. Parlamentares no horário das Breves Comunicações continuam abertas e terão validade para a sessão da tarde.

Esta Presidência convoca, também, neste momento, os membros da Mesa para uma reunião da Mesa Diretora da Assembléia no gabinete da Presidência.

Está suspensa a sessão até às 11h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos da sessão ordinária.

Esta sessão, conforme entendimento havido anteriormente, foi suspensa para que pudesse acontecer a reunião da Mesa Diretora e, ao mesmo tempo, das Comissões de Fiscalização, de Finanças e de Serviços Públicos.

Neste momento, na reabertura da sessão, no horário da Ordem do Dia, ficou acordado que será feita a leitura do relatório da CPI do Besc.

A Comissão de Inquérito, que realizou seus trabalhos durante o período em que foi constituída, teve como Relator o Sr. Deputado Ronaldo Benedet, que apresentou o seu relatório que foi aprovado no âmbito da Comissão. Cabe, agora, a leitura em Plenário para depois fazermos os encaminhamentos legais.

Neste instante, solicitamos ao Deputado Ronaldo Benedet que faça a leitura do seu relatório e que fique, então, de forma regimental, registrado nos Anais da Casa.

O Sr. Deputado Francisco de Assis - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Francisco de Assis.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Sr. Presidente, V.Exa. informou, na tarde de ontem, conforme foi combinado na semana anterior, que a partir desta semana, no horário destinado à Ordem do Dia, adotaria o sistema de fazer a chamada para computar a presença dos Deputados no Plenário.

Gostaria de saber se V.Exa. mudou de posição ou se vai fazer a chamada antes da leitura do relatório do Deputado Ronaldo Benedet, que seria justamente neste momento, para verificarmos se estão presentes pelo menos 21 Parlamentares no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Deputado Francisco de Assis, a Presidência não mudou o encaminhamento, é exatamente o mesmo, e todos os Srs. Deputados foram comunicados, através dos seus Líderes, que sempre no horário destinado à Ordem do Dia será feita uma nova chamada para verificação de *quorum* e que seria contabilizada a falta para efeitos de presença.

Neste momento, faço uma solicitação aos Srs. Deputados que ainda estejam em seus gabinetes ou no âmbito das Comissões Técnicas da Casa, para que compareçam ao Plenário, porque será feita a chamada para verificação de *quorum*. Então, os Srs. Deputados que estejam em seus gabinetes ou próximos ao Plenário, ou nas Comissões, que suspendam os seus trabalhos para possibilitarmos o início da Ordem do Dia.

Solicito ao Sr. Quarto Secretário, Deputado Adelor Vieira, que proceda à chamada dos Srs. Deputados.

(Procede-se à chamada dos Srs. Deputados.)

Não responderam a chamada os seguintes Srs. Deputados: Afonso Spaniol (gostaria até que fizesse contato, porque ele estava na reunião da Mesa Diretora); Cesar Souza; Ciro Rosa; Clésio Salvaro; Heitor Sché - da mesma forma estava conosco -; João Rosa; Jorginho Mello; Lício Silveira; Milton Sander; Nilson Gonçalves; Onofre Santo Agostini; Valmir Comin e Volnei Morastoni.

Justificaram a ausência apenas os Srs. Deputados Nilson Gonçalves e Volnei Morastoni, porque estão em tratamento de saúde.

Estão presentes 28 Srs. Deputados.

Com a palavra o Deputado Ronaldo Benedet, para fazer a apresentação do relatório da CPI do Besc.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente e Srs. Deputados, preliminarmente é necessário que se esclareça que tanto o Regimento Interno desta Casa quanto o Regimento Interno da Câmara dos Deputados não exige e não prevê a leitura do relatório em Plenário. Vamos fazê-la em consideração ao pedido e determinação do Sr. Presidente desta Casa.

Nós vamos falar, inicialmente, sobre o que deve conter o relatório.

No relatório constarão a constituição e finalidade da Comissão, sua composição, prazos observados, roteiros dos trabalhos realizados, com destaque para (isso é o § 3º do art. 44, do Regimento Interno desta Casa):

Transcrição de depoimentos ouvido (nós temos já numeradas mais de 4.700 páginas, tendo ocorrido mais de 18.000 páginas de documentos, mas o relatório consta, aproximadamente, de 4.800 páginas);

Depoimentos arrolados, mas não viabilizados, referidos aqui também no relatório final, circunstanciado na nota inicial;

Eventuais viagens, viagens que foram feitas a Brasília, e documentação recebida e anexada. Está anexada e numerada, acompanhada do parecer do Relator. E este parecer contém 205 páginas, com a conclusão da Comissão ao final do nosso parecer.

Ele foi votado no dia 04 de maio e aprovado por unanimidade. Os Deputados aprovavam o parecer com restrição, mas naquele momento não foi dito que tipo de restrições eram essas a serem feitas.

Nós, obviamente, estamos aqui para dar um melhor esclarecimento, mas não vamos ler as 205 páginas do parecer, porque iria se tornar bastante enfadonho. Eu fiz uma conta e se eu fôssemos ler somente as 205 páginas, nós teríamos, aproximadamente, oito horas de leitura.

Então, eu vou fazer um comentário sucinto do que é o nosso relatório.

Ele apresenta uma nota inicial, onde nós estamos aqui esclarecendo datas, reuniões, o que ocorreu, o que deixou de ocorrer, todas as reuniões havidas na CPI, o que foi colhido nessas reuniões, depoimentos, diligências que foram feitas, transcrição dos depoimentos, citando o nome de cada pessoa que foi ouvida aqui na Casa.

Houve depoimentos arrolados, mas não viabilizados, ocorreram alguns, principalmente das autoridades federais, que nós não conseguimos por não termos competência jurídica e constitucional e nem documentos.

Recebi anexada a documentação com requisições, documentação recebida também ex-officio. Então, foram inúmeros documentos, tem aqui toda uma numeração, que resulta em 143 documentos, somando mais de 18 mil folhas, aproximadamente. Temos aqui todo um item que contém, documentos, cópias que foram juntados, balanços, documento do Banco Central, enfim.

É um relatório minucioso, modéstia à parte, que contou com a colaboração da nossa parte e da parte da Comissão, da parte dos funcionários desta Casa que auxiliaram, e vai uma referência especial ao nosso funcionário Buzzi, pela sua atenção especial, sua dedicação, às nossas taquígrafas, que nos auxiliaram, que conseguiram registrar tudo o que ocorreu durante a CPI do Besc.

Ela iniciou no mês de agosto, a requerimento do Deputado Heitor Sché, e terminou no dia 8 de maio do corrente ano. Teve o período de sustação votado por esta Casa.

O nosso parecer, o parecer do Relator, começa com uma introdução, através da qual fazemos todo um histórico do Besc, quando é que ele nasce...

O Banco do Estado de Santa Catarina, até para que isso seja registrado, foi criado pela Lei nº 2.719, no dia 27 de maio de 1961, que instituiu o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, BDE. Em 21 de junho de 1962, inaugurou a sua primeira agência na Praça XV de Novembro, nº 1. Acredito que ainda seja o mesmo local onde temos a nossa agência.

E aí se faz toda um histórico, um histórico do banco, até chegarmos à CPI, onde fizemos então, um levantamento dos fatos determinantes que levaram a federalização do Besc. Desses fatos determinantes que são em números de dezesseis, temos um resumo, sendo o primeiro deles: custos fixos e incompatíveis com a geração de receitas do Sistema Financeiro Besc.

Eu vou ler cada um, como um pequeno resumo, pois eles tem normalmente 10, 12, 14, 15 páginas sobre cada fato determinante, e não vamos ler todos eles, vamos ler o resumo, o seu conteúdo em suma.

(Passa a ler)

"Custos fixos e incompatíveis com a geração de receitas do Centro Financeiro Besc. A estrutura rígida de despesas, agravada por elevados custos fixos gerados antes da intervenção do Banco Central em 1987, incompatíveis com a capacidade de geração de receitas das instituições integrantes do Sistema Financeiro Besc e que produzem repercussões até hoje;

Perdas de receitas provenientes de 'Float' após o Plano Real. As perdas de receitas provenientes do 'Float' com o advento do plano de estabilização econômica, Plano Real e perdas de receitas com o novo padrão de relacionamento sem subsídios do Tesouro Estadual;

- política de privatização do Governo Federal;

- sustação do Projeto de reestruturação, saneamento capitalização e compromisso de gestão;

- sustação da publicação obrigatória e manipulação das demonstrações contábeis do ano de 1998;

- perda de credibilidade causada por declarações impróprias (difamações) prestadas à imprensa ao mercado;

- deterioração da situação financeira no ano de 1999;

- a paralisação dos negócios a partir de janeiro/99 e com adesão do contrato de gestão...;

- a acumulação de prejuízos, queda de produtividade e redução patrimonial provocadas pela redução dos negócios;

- omissão de registro contábil da venda do FCVS e ajustes posteriores neste artigo.

- prejuízos decorrentes do Fundo de Compensação de Variações Salariais...;

- a inadimplência e a iliquidez do setor público;

- conjuntura econômica adversa, política monetária restritiva e inadimplência;

- reduções patrimoniais indevidas e outras despesas, ajustes onerosos ao Tesouro Estadual com a finalidade de privatizar e extinguir o Sistema Financeiro Besc;

- perdas de receitas com inconseqüência da estratégia operacional prevista em termo de compromisso de gestão firmado em 24/08/99;

- carta Atípica do Sr. Arminio Fraga, Presidente do Banco central, ao Sr. Governador do Estado;

- a Carta Atípica Diret 99/2797 de 29 de julho de 1999, enviada pelo Sr. Arminio Fraga, Presidente do Banco central do Brasil, ao Sr. Governador do Estado, inclusive com considerações inverídicas em relação ao Sistema Financeiro Besc, além de ameaça ilegal e indevida de liquidação extrajudicial."

Isto aqui é uma síntese.

Nós temos, então, ao final das 205 páginas, algumas considerações, as conclusões preliminares adicionais da investigação documental, dos fatos, toda a documentação, inspeções gerais consolidadas, enfim, a gestão macroeconômica do Governo Federal fez toda uma análise para que nós pudessemos situar o Besc, a situação dele e a sua finalização no contexto nacional; a articulação do Governo do Estado com o BID, o porquê da federalização e consequente privatização; uma conclusão final onde nós repetimos o resumo que eu acabei de ler dos fatos determinantes; o rombo, divulgado na mídia, não inventado pela mídia, mas divulgado pelos dirigentes do Banco, e fizemos o endereçamento Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal.

Estadual, porque se o Ministério Público Estadual entender que existe a prática de algum crime, um prejuízo ao erário público estadual, deve entrar com ação criminal, ação popular ou ação civil pública e quem deve enquadrar, por exemplo, a tipificação penal deve ser o Ministério Público Federal, porque a CPI não tem competência para tipificar crimes, nem julgar ou aplicar penas.

As CPIs tem a obrigatoriedade de fazer investigação no aspecto da missão da Polícia e do Ministério Público mas, quem tem condão de tipificar qualquer crime existente, aspecto, ou o Poder Judiciário no julgar julgamento e aplicar qualquer pena, é somente o Ministério Público, neste mento e na aplicação de penas.

Então, neste aspecto, nós estamos fazendo o endereçamento com todas as provas.

Se os Ministérios Estadual e Federal entenderem que há tipificação de crimes, que há irregularidade administrativa, responsabilidade administrativa, e que deva ser responsabilizada alguma autoridade referida no relatório, comprovado através de documentos, deve o Ministério Público tomar as providências, tipificar, fazer as denúncias, notícias crimes, fazer a ação civil pública e também uma ação popular necessária. Também a OAB pode tomar as providências necessárias.

As considerações finais. O balanço, que deveria dar base ao início da CPI, infelizmente só foi publicado no dia 1º de maio do corrente ano e tomamos conhecimento do mesmo através da imprensa, restando-nos escassos 3 dias para análise das demonstrações contábeis.

Este rápido exame, permitiu identificar graves distorções nos referidos documentos. Todavia é humanamente impossível para nós, na condição de Relator, em prazo tão exíguo aprofundar análise, pois adicionaria mais elementos de convicção sobre as práticas indevidas de redução artificial do patrimônio líquido do conglomerado Besc, embora tenhamos, mesmo assim, conseguido encerrar o nosso relatório.

É injusta a condição que nos foi nos foi imposta pois o Banco Central e o Besc demoraram 16 meses para elaborar o referido balanço, dificultando uma análise mais profunda, pois apresenta uma série de fatos novos que exigem investigações adicionais.

Gostaríamos que fosse dissecado o balanço, desdobrado mesmo, para que esta CPI pudesse investigar quais são os créditos de liquidação duvidosa que são lançados no balanço de 98 como prejuízo, e no balanço de 99 já como créditos recuperados.

O que nos causa estranheza, pois ambos os balanços foram confeccionados no ano 2000 e já se conhecia o resultado desses créditos e se haviam sido quitados ou não. Portanto, não poderiam ser considerados duvidosos e assim por diante.

Inúmeras informações no balanço teriam que ser analisadas com mais profundidade, especialistas deveriam ser ouvidos e fazer considerações e análises técnicas, embora algumas considerações desta natureza já tenhamos feito no corpo do nosso parecer quando examinamos os fatos determinantes.

Portanto, fica o nosso protesto pela impossibilidade de prorrogação do prazo de encerramento da CPI para o esclarecimento completo da verdade, pois, como já dissemos, com fatos novos seria dever nosso, como Parlamentar, investigar mais e agora em cima de dados concretos do balanço, para apresentar à sociedade catarinense outros fatos determinantes que levaram a federalização do Besc.

Providência Final em homenagem ao regime democrático, valorização do Poder Legislativo e segurança das pessoas. Que como colaboradores desta CPI, requeira à douta Comissão de Fiscalização a promoção integral dos servidores, das empresas que compõem o conglomerado Besc e testemunhas que colaboram com os labores desta CPI, obstando atos de discriminação e perseguição de qualquer natureza que resulte em prejuízo funcional, patrimonial ou a sua integridade física, inclusive psicológica, com extensão a seus familiares. Especialmente as com vínculo de emprego na administração direta, indireta ou descentralizada das 3 esferas de Governo.

Dita proteção deve impedir, dentre outras práticas repulsivas, transferências inclusive de função, redução salarial, perda de função, perda de emprego, caso algum empregado do conglomerado Besc advertido, nominado, tenha que requerer à Justiça para fazer valer seus direitos em decorrência de atos de discriminação ou perseguição, já mencionados, e que a referida proteção incluía o pronto ressarcimento por este Poder, dos honorários advocatícios e demais custos associados à defesa do prejudicado.

Os servidores e testemunhas, a par da meritória colaboração com o Poder Legislativo, exerceram, com esmero, os deveres da cidadania e, por conseguinte, devem contar com a égide da Casa do Povo.

A relação dos servidores do conglomerado Besc, requisitados nos termos constitucionais, que prestam serviços à CPI: Ebral Luiz Trentini, Edite Margarete Ramos, Gilberto Campos Ferreira, Gilberto Cardoso da Silva, Hernani Solberajski, Vera Lúcia do Nascimento.

Testemunhas: todas que depuseram, de acordo com os Autos."

Estão constantes deste relatório, em especial, como já disse, as taquígrafas e o funcionário desta Casa, que demonstra uma excelente capacidade de trabalho, José Buzzi.

Então, a CPI foi concluída no dia 4 de maio, quando foi feita a leitura do nosso relatório, o qual foi aprovado pelos Srs. Deputados, com os seus ditos, com restrições. Foi apresentado um índice das referências que fazemos ao nosso parecer do Relator.

A Deputada, no dia 8 de maio, apresentou e foi juntado o seu pedido final. O Deputado Onofre Santo Agostini manda: "Com os cumprimentos cordiais, dirigimo-nos a V.Exa., na qualidade de Presidente da Comissão (...) da situação do Besc (...)" S.Exa. manda uma cópia do relatório, informando que foi devolvido às pessoas que prestaram seus depoimentos.

Este, então, é o nosso relatório, de forma resumida, sucinta. Foi aprovado por unanimidade e lido aqui por deferência a um pedido do Sr. Presidente, embora não esteja previsto no nosso Regimento e não dependa de aprovação de Plenário nem de leitura em Plenário.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Pois não!

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Gostaria que V.Exa. repetisse, por favor, e eu estava ao telefone, a conclusão, o fecho, o último parágrafo.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - "Portanto, fica o nosso protesto pela impossibilidade de prorrogação do prazo de encerramento da CPI para o esclarecimento completo da verdade, pois já dissemos, com fatos novos. Seria dever nosso, como Parlamentares, investigar mais, agora, em cima de dados concretos do Balanço(...)"

Foi aqui que no dia anterior havíamos mencionado que queríamos mas que não foi permitida a prorrogação. Então, fizemos o relatório em cima do que foi possível analisar do Balanço.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - E esse relatório V.Exa. vai entregar à Mesa?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Já foi entregue.

Até não entendi por que foi pedida a leitura dele! Não é previsto no Regimento, nem no nosso, nem no da Câmara dos Deputados. Não tem assimetria de avaliação. Não entendi por quê! O Regimento não fala em leitura. Ele fala que só vem a Plenário se tiver alguma recomendação de votação de alguma lei que dependa de votação do Plenário.

É o que diz o art. 43: "Ao término dos trabalhos a Comissão apresentará relatório circunstanciado contendo a sinopse de todo o processo, com as conclusões, que será publicado no Diário da Assembléia Legislativa e encaminhado:

I - à Mesa para as providências de sua alçada ou do Plenário, oferecendo em 5 (cinco) sessões, conforme o caso, projeto de lei, de decreto legislativo ou de resolução, ou indicação, que serão incluídas na Ordem do Dia dentro de cinco sessões;(...)"

Então, é o que diz o nosso Regimento.

É isso, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, eu entendo que há necessidade de registro das restrições ao voto do Relator, apresentadas por este Deputados e pelos Deputados Reno Caramori, Onofre Santo Agostini e Sandro Tarzan.

Portanto, gostaria de solicitar espaço para incluir e manifestar as restrições a este Relatório.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Essas palavras: "Restrições ao voto do Relator". Isto apresenta como data..., não tem recebimento pela CPI. O último ato praticado no dia 8 foi um documento apresentado pela Deputada Ideli Salvatti, mas não tem recebimento pela CPI deste documento ou encaminhamento.

Até estranhei sobre este documento, porque só tive conhecimento hoje, datado de 5 de maio, sexta-feira, mas, volto a afirmar que não tem o documento da Deputada Ideli, que é o último documento juntado aos Autos no dia 8 de maio do ano 2000.

Então, estranha-me este documento ter sido apensado aqui, não mencionando data, fora dos padrões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Esse documento não consta nos Autos?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Não, ele está aqui, mas nele não consta a data que foi juntado. A CPI acabou no dia 8 e não se sabe se foi juntado neste dia ou posteriormente, pois a data para isso teria de ser no momento em que disse que não tinha restrições. Aliás, foi votado por unanimidade o relatório, mas depois foi dito que iria ter restrições. Isso foi trazido depois, não foi discutido, não foi votado, não foi apresentado, não foi... Isso é um documento individual, que eu respeito se o Deputado quis colocar, embora não tenha juntado a nenhum aqui.

(Falas fora do microfone)

Na CPI é costume, Deputado Onofre, tudo que tem na CPI ele sempre deu um... Inclusive o da Deputada Ideli no dia 8 também tem esse documento, tem essa data.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Queremos fazer um esclarecimento, porque senão dá a impressão de que o documento não foi juntado na época oportuna. Quando foram dados os votos, que foi concordado por unanimidade o relatório do Relator Deputado Ronaldo Benedet, foi dito pelos Deputados Neodi Saretta, Joares Ponticelli, Sandro Tarzan e Reno Caramori e por este Deputado que aprovariam mas que fariam uma restrição posteriormente. E o prazo final para a restrição era no dia 8, que era a última ação da CPI. Na data do dia 8, quando o Líder do Governo, Deputado Joares Ponticelli, apresentou voto de restrição, V.Exa. pode olhar que foi protocolado. Como o Presidente da Casa não estava e o relatório já tinha sido encaminhado ao Presidente, este Presidente encaminhou o voto e fez a entrega do voto ao Chefe da Casa Militar.

V.Exa. pode verificar que está protocolado com a data de 8, que era a última ação da CPI, e a minha restrição na avaliação não altera nada, Deputado Ronaldo Benedet, é apenas a manifestação da discórdia dos quatro Deputados, porque o relatório poderia ter sido rejeitado ou não.

Como não há mais prazo para rejeitá-lo, pois não dá mais tempo para nomear um novo Relator, nós acatamos o relatório, todavia, protestamos pelo voto de restrição, o que foi feito dentro do prazo. Por isso ele tem de fazer parte integral da CPI ou do processo da CPI no seu encerramento.

V.Exa. pode verificar que na primeira folha, em cima, está protocolado e assinado com data de 8, pelo Coronel Chefe da Casa Militar da Assembléia Legislativa. Foi entregue para o Coronel, Deputado Jaime Mantelli, porque o Presidente da Assembléia estava viajando, acho que em companhia de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Continua com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Eu estou aguardando a manifestação de V.Exa. para que me seja concedido tempo para a leitura...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Esta Presidência está verificando o relatório e vai tomar logo em seguida o encaminhamento.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Presidente, na ocasião da votação do relatório final nós, na condição de Líder da Bancada, substituímos a Deputada Ideli Salvatti na votação final face a mesma encontrar-se numa audiência pública tratando da BR-470.

Por isso fizemos e deixamos a ressalva, concordamos com o Deputado Onofre Santo Agostini de que fizemos naquela reunião a ressalva de que nos reservariamos o direito de, conversando com a Deputada que havia acompanhado toda a CPI, diretamente como membro, se ela desejasse fazer dentro do prazo legal algum adendo do relatório, ela faria.

Portanto, embora tenhamos reservado este direito, posteriormente em conversa com a Deputada Ideli Salvatti entendemos de não juntar novo documento, embora tenhamos feito a ressalva, nós não achamos posteriormente necessária a inclusão de novo documento, até porque se tivermos novas questões que desejarmos levantar, poderemos levantar em documento a qualquer momento, mesmo não sendo no relatório da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Nós agradecemos o encaminhamento. O entendimento desta Presidência, que hoje foi facultado por deliberação enquanto mesa, é de apresentar o relatório final da CPI.

O Relator da Comissão, Deputado Ronaldo Benedet, fez a apresentação geral, não lendo literalmente todo o relatório. E o nosso entendimento é que nós damos por encerrada essa apresentação do relatório com, evidentemente, a questão de ordem não sendo atendida à medida que nós entendemos que a tarefa do Relator foi cumprida, que era dar ciência a todo o Plenário e a toda a Casa do resultado da CPI.

Todos os Deputados tem acesso ao próprio relatório, e entendemos ser desnecessária a justificativa das restrições. As restrições estão constando nos Autos aqui. Esse é o entendimento da Presidência.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Presidente, V.Exa. não vai me conceder o tempo em função de que as restrições já constam do relatório final?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Nós temos aí presente um texto no qual se coloca a assinatura de alguns Parlamentares.

Sendo objetiva a leitura do relatório... Tem aqui restrições ao voto do Relator, está constando aqui no processo, independentemente quando deu entrada ou não, pelo menos está constando aqui. E estão aqui a assinatura dos Deputados Joares Ponticelli, Onofre Santo Agostini, Reno Caramori e Sandro Tarzan.

Então, não vamos entrar no mérito quando que esse documento deu entrada na Casa, se foi depois ou não da apresentação do parecer.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Agora, eu me recordo. O protocolo ficou comigo, de onde o Coronel recebeu e protocolou na minha cópia. Eu tenho a cópia com o protocolo do dia 08, que não altera nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Essa Presidência não tem como confirmar quando foi protocolado, uma vez que não consta aqui nos Autos. Então, não temos como fazer avaliação do dia de protocolo, uma vez que não consta nos Autos. O que consta nos Autos são as restrições ao voto do Relator.

Sendo assim, entendemos ser desnecessário qualquer pronunciamento de outros Parlamentares da CPI neste momento na Casa Legislativa.

Não há mais matéria na Ordem do Dia. Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o Deputado Nelson Goetten.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Nelson Goetten, livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência convoca, em nome do Deputado Jaime Mantelli, os Srs. Deputados membros da Comissão de Fiscalização, Controle, Eficácia Legislativa e Redação de Leis para uma reunião, dia 18 de maio, quinta-feira, com início às 11h, na sala de reunião das Comissões, nº 27.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente, já foi distribuída a pauta da Ordem do Dia para a sessão das 14h?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Não. Ainda não foi distribuída a pauta da Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Eu queria, se possível, saber se os decretos da Deputada Ideli Salvatti virão para votação às 14h ou se vão ficar para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Esta informação não temos ainda porque a Presidência...

Ontem, por delegação da Presidência, seria discutido na reunião da Mesa Diretora. Está ocorrendo a reunião da Mesa, e este Deputado logo irá se ausentar para continuar participando da reunião da Mesa. Mas não tenho conhecimento de qualquer deliberação a este respeito.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, a Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente eu gostaria... Até porque a sessão se encerra, e V.Exa. vai participar da reunião da Mesa... Eu já estive perguntando ao Presidente qual é a decisão, e ele disse que não tem decisão. Disse que talvez entre hoje ou amanhã.

No entanto, eu queria ressaltar que o requerimento que apresentamos no dia de ontem está amparado no Regimento da Assembléia Legislativa. As três sessões que o Regimento estabelece, no sentido de vir a Plenário, esgotam-se hoje pela manhã. Portanto, regimentalmente não tem como não estar na sessão de hoje à tarde. A não ser que se queira mais uma vez anular o Regimento da Casa.

Então, eu gostaria de pedir a V.Exa. que reforçasse a necessidade de que seja colocado na Ordem do Dia de hoje, porque amanhã todos nós temos sempre uma maior preocupação por ser quinta-feira.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - A Deputada Ideli Salvatti tem razão. E na mesma esfera eu já pedi ontem que o requerimento da Bancada do PMDB também venha à votação em Plenário, já que está apenas aos decretos e ao parecer do Tribunal de Contas.

Então, eu queria também que viesse ao Plenário, além dos decretos da Deputada Ideli Salvatti, o requerimento da Bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Esta Presidência também entende que estes decretos legislativos devam constar na pauta da Ordem do Dia.

Agora, nós temos, pelo encaminhamento feito pela Presidência, que deliberar na Mesa. E este Deputado já se manifesta favorável à inclusão na pauta da Ordem do Dia de hoje dos decretos da Deputada Ideli Salvatti.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, a Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente, decreto legislativo tem precedência na votação de requerimento. Só gostaria de lembrar isto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Feitos estes encaminhamentos e não havendo mais nenhuma solicitação de ordem, esta Presidência encerra a presente sessão convocando outra, ordinária, para hoje à tarde, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 037ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA

EM 17 DE MAIO DE 2000

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GILMAR KNAESEL

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Altair Guidi - Cesar Souza - Ciro Roza - Clésio Salvaro - Francisco de Assis - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Heitor Sché - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Duarte - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - João Rosa - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Júlio Garcia - Lício Silveira - Manoel Mota - Milton Sander - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Bornhausen - Pedro Uczai - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sandro Tarzan - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

O Sr. Deputado Francisco de Assis - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Francisco de Assis.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Sr. Presidente, para iniciar a sessão precisamos de oito Deputados. Gostaria que V.Exa. confirmasse quantos Deputados nós temos neste momento no Plenário, para ver da possibilidade de abrir a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Solicito ao Sr. Segundo Secretário, Deputado Romildo Titon, que proceda à chamada dos Srs. Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à chamada dos Srs. Deputados para a verificação de *quorum*.)

Respondendo a questão de ordem do Sr. Deputado Francisco de Assis, a Presidência informa que está perfeitamente correta ao abrir a sessão, porque nós temos nove Deputados em Plenário, e o número exigido é oito.

Convido o Sr. Secretário para proceder à leitura da ata da sessão anterior.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet (intervindo) - Sr. Presidente, chame e faça todo dia a chamada, que todo dia vai ter mais do que nove, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura do expediente.

O SR. SEGUNDO SECRETÁRIO (Deputado Romildo Titon) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente:

- Mensagem do senhor Governador do Estado de nº 530, comunicando veto total ao projeto de lei que "Altera as Resoluções DP nºs 40 e 42, de 29 de maio de 1992, que tratam do quadro de pessoal e da estrutura organizacional básica da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e adota outras providências".

- Indicação do senhor Deputado Neodi Saretta, solicitando a normatização e implantação da Lei nº 11.194, de 19 de outubro de 1999.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Nelson Goetten.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo a tribuna nesta tarde de quarta-feira para fazer algumas importantes considerações, haja vista o uso na tarde de ontem desta tribuna pela Deputada Ideli Salvatti, quando atingiu de foram extremamente agressiva o Governador do nosso Estado de Santa Catarina, Esperidião Amin.

Eu penso que nesses quase dois anos de estória no trabalho desta Casa Legislativa eu nunca tinha acompanhado um depoimento tão agressivo, tão ofensivo, quanto o depoimento da Deputada. Esta Deputada não respeitou sequer a autoridade constituída do nosso Governador do Estado.

Eu aprendi nesta Casa, também, a respeitar muitos Parlamentares do PT. É certo que o PT tem Parlamentares que merecem o nosso respeito, mas a Deputada Ideli Salvatti não só envergonha este Parlamento com o seu destempero, com a sua agressividade, com a sua forma de ofender como também denigre, como também prejudica o seu próprio Partido.

Acredito que aqui é uma Casa democrática, acredito que aqui devemos exercer a democracia, mas nunca aquela democracia que passe do limite da tolerância, do limite do respeito, principalmente, com um Governo que o povo de Santa Catarina tem como um Governo sério, como um Governo trabalhador, como um Governo responsável, como um Governo que está honrando a sociedade catarinense.

É bem verdade que temos muitos segmentos da sociedade catarinense que mereciam mais do seu Governo - o Governo Esperidião Amin sabe disso, e nós Parlamentares reconhecemos e sabemos disso.

É lógico que a cada um de nós causa um pouco de angústia, ansiedade, tristeza, vemos movimentos da importância do segmento de professores na rua em busca de aumento de salários, em busca de recebimento dos seus salários atrasados. E os professores são os arquitetos do cidadão catarinense, eles têm uma missão extremamente importante nas mãos, eles têm uma dedicação que nós reconhecemos.

É lógico que frustra governantes, Parlamentares, e este Parlamentar também, não poder ver o Governo com condições de corresponder a esse anseio desse segmento e dos segmentos que tanto precisam receber o seu salário atrasado ou um aumento na sua remuneração.

Isto não é desconhecimento, isto não é ilusão! Isto é conhecimento e realidade! Agora, sem dúvida nenhuma o que também temos que reconhecer é o esforço do Governo Esperidião Amin, é o esforço da sociedade catarinense na geração acima de tudo de recursos, através do trabalho e através dos impostos para fazer com que possamos encontrar na estrutura do Estado de Santa Catarina, na estrutura financeira do Estado de Santa Catarina, as condições de no decorrer do tempo poder saldar esta injustiça que foi cometida com o cidadão servidor deste Estado.

É difícil para nós aceitarmos e acompanhar uma agressão como esta que sofreu o Governo, na tarde de ontem, desta tribuna. Este Governo está fazendo um grande esforço, um grande sacrifício para resgatar a credibilidade; este Governo investe R\$10.000.000,00/mês para saldar parte daquilo que é dívida sagrada do Estado com esse segmento social, que é o nosso servidor.

Ele está fazendo muito mais: está fazendo os repasses constitucionais respeitando a Constituição do Estado, respeitando os Poderes constituídos, honrando os Poderes, honrando a Constituição e honrando o povo de Santa Catarina, sendo um Governo competente, sério, responsável e cumpridor dos seus deveres.

Agora, no momento em que temos muitas importantes obras, no momento em que temos que dar andamento nelas, até porque há contratos assumidos, e essas obras têm que ter continuidade, importantes segmentos da sociedade também precisam de recursos para a sua manutenção, para a sua continuidade, para a prestação do serviço com qualidade.

Srs. Deputados, a folha do Estado de Santa Catarina já chegou a mais de 80%, e este Governo, numa demonstração de responsabilidade, numa demonstração de seriedade, conseguiu, através de um ato administrativo sério, baixá-la ao índice exigido pela lei, principalmente a lei de responsabilidade fiscal, que agora exige que os Estados não gastem mais de 60% do que arrecadam com a folha.

É aí realmente que se encontra a condição de um Governo sério poder investir no seu povo, no crescimento, no desenvolvimento. Isso é resgatar o poder de investimento do Estado.

Infelizmente, se a Deputada não sabe, o Governo do Estado tem tido uma das ações mais importante em favor do pequeno agricultor do Estado de Santa Catarina. Se esta Deputada não tem acompanhado, se ela não é sabedora, o Governador tem dois programas, dos 11 implantados na Secretaria da Agricultura, sendo copiados como modelo nacional. Se ela não sabe, este foi o Governo que mais investiu em agricultura neste um ano e meio, fazendo um comparativo com muitos Governos durante quatro anos.

Com todas as dificuldades que tem, o Governador Esperidião Amin está levando com responsabilidade, com seriedade a atenção e os recursos necessários para a continuidade e para o desenvolvimento desse segmento importante, que é a agricultura do nosso Estado. E o mesmo ele fez e continua fazendo pela Saúde.

Então, não posso aceitar e sempre vou dar a resposta a esta Deputada, que é agitadora, que não mede as consequências, que é irresponsável, que é marota, que não sabe o que é respeito, que denigre o seu Partido, que ofende de forma vergonhosa, que agita nas ruas, porque ela é cúmplice de parte disto aí que está constituído hoje.

Queremos dizer que nós aqui vamos estar sempre defendendo um Governo que entendemos, e a sociedade também entende, ser responsável, sério, que trabalha e que quer fazer justiça com o povo de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NELSON GETTEN - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Nobre Deputado, com relação à agricultura, irei ocupar o horário reservado aos Partidos Políticos para falar um pouco sobre o Banco da Terra, que começa a ser implementado no nosso modelo de reforma agrária, se assim podemos dizer, e o que é mais importante, sem taxa de 3%, como estamos vendo denúncias do MST.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Esta Presidência, por solicitação do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, convoca os seus Membros para uma reunião imediatamente.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente, desejo fazer dois registros. Primeiro, desejo comunicar o aniversário do Deputado Jaime Duarte e o aniversário da repórter da TVL, Maria Helena. Portanto, cumprimentamos os dois.

Segundo, gostaríamos de reforçar a convocação dos Deputados Reno Caramori, Ivan Ranzolin, Joares Ponticelli, Ronaldo Benedet, Herneus de Nadal, Júlio Garcia, Jaime Duarte e Neodi Saretta para uma reunião imediata na Comissão de Constituição e Justiça, haja vista que o Presidente da Casa vai submeter à apreciação os decretos, o requerimento e o parecer do Tribunal de Contas sobre a BR-470, a BR-280 e o sistema viário Brusque, já que hoje é o último prazo. E, por via de consequência, para que a Comissão de Constituição e Justiça não seja responsabilizada porque não emitiu o parecer, estou convocando extraordinariamente os Deputados citados para esta reunião.

Por isso faço um apelo, Sr. Deputado Líder do PMDB, que aqui se encontra, nosso amigo Ronaldo Benedet, para que convoque o seu companheiro Deputado Joares Ponticelli e para que convoque o seu companheiro Deputado Jaime Duarte, que está de aniversário.

Solicito ao ilustre Deputado Francisco de Assis que convoque também o seu Líder, Deputado Neodi Saretta, para essa reunião imediata na sala das Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o Deputado Heitor Sché, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHÉ - Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero congratular-me com o Líder do PPS, meu particular amigo, Deputado Jaime Duarte, pelo transcurso do seu aniversário.

Quero cumprimentar também a eficiente profissional Maria Helena Torres, que tem demonstrado ser altamente capacitada nos programas levados ao ar pela TVAL.

A maior aspiração do Alto Vale do Itajaí, de Rio do Sul e, por que não dizer, de Santa Catarina é a duplicação e a conservação da BR-470, pois temos visto a ocorrência de inúmeros desastres naquela rodovia (no verão deste ano tivemos em duas batidas de ônibus com mais de 50 mortes). Essa duplicação da BR-470 vem agilizar, e muito, a economia do Alto Vale e de toda Santa Catarina.

No Governo que passou foi realizada uma licitação para que fosse iniciada a duplicação daquela estrada. E após uma empresa ter saído vencedora e elaborado contrato, essa concorrência foi ao Tribunal de Contas, que apresentou diversas irregularidades na licitação e que, inclusive, opinou pela remessa do processo à Assembléia Legislativa do Estado.

Têm sido constantes e freqüentes as reuniões no Alto Vale do Itajaí, realizadas por todos os Partidos Políticos, por todos os segmentos da sociedade, manifestando a sua preocupação com a demora do início das obras da BR-470.

Há poucos dias num programa de televisão eu dizia que o assunto é muito delicado e que nós não poderíamos de maneira alguma decidir de afogadilho, porque o processo cujo contrato foi elaborado no Governo anterior, no nosso entender, é impraticável por ser lesivo ao Estado e, acima de tudo, ao povo.

O processo que se encontra na Comissão de Justiça desta Casa, veio para que a Assembléia se manifestasse através, naturalmente, da votação deste Plenário.

Eu quero antecipar o meu voto, porque se isto vier a acontecer, é lógico e evidente que nós que representamos Santa Catarina e o Alto Vale do Itajaí jamais poderíamos dar um voto favorável a um contrato desse tipo.

Por isso a minha posição não deixa dúvidas; eu votaria a favor da manifestação do Tribunal de Contas e logicamente contra aquele contrato, mas se fôssemos interpretar de outra forma, poderíamos as pessoas mais interessadas no assunto, principalmente do Alto Vale do Itajaí, entender que este projeto se não votado demandaria muito tempo para que ele viesse novamente a ser licitado. E segundo informações, a BR iria ser entregue e devolvida ao Governo Federal.

Nesta oportunidade, além de ter manifestado o meu voto antecipado contra o projeto, quero deixar um apelo aos Srs. membros da Comissão de Justiça, para que devolvam ao Poder Executivo, porque esse não é assunto que cabe à Assembléia decidir mas, sim, é um assunto exclusivo do Poder Executivo.

Por este motivo nós nada temos para votar com referência ao projeto e ao processo da BR-470. E eu tenho certeza que se ele for devolvido de imediato ao Executivo, o Governador do Estado, Sr. Esperidião Amin, que também teria o maior interesse pela duplicação da BR-470, irá, acima de tudo, se não tentar a correção do que o Tribunal de Contas apresentou como falha e modificar o número do contrato, ele poderá e deverá anular aquele contrato e de imediato fazer uma nova licitação, dando a oportunidade para que a empresa que ganhou esta primeira licitação se manifeste e concorra em condições melhores, para que Santa Catarina não venha a ser lesada.

Nós não podemos conceber que num projeto como aquele que foi apresentado o povo do Alto Vale do Itajaí e de Rio Sul, que represento nesta Casa juntamente com os Deputados Rogério Mendonça e Nelson Goetten, venham a pagar pedágio por 14 anos antecipados, para que posteriormente a estrada chegue àquele Município.

Jamais poderíamos conceber que um projeto e um processo deste fosse aprovado por esta Casa. E tenho certeza absoluta de que ele seria rejeitado, mas, como disse, faço questão de enfatizar que este assunto não cabe à Assembléia Legislativa decidir, porque este assunto deverá ser devolvido do Tribunal de Contas para o Executivo. E como o projeto se encontra na Comissão de Justiça, eu deixo o apelo aos integrantes para que ainda hoje devolvam ao Sr. Governador do Estado, para que tome as providências que entender por bem determinar.

A Assembléia Legislativa não pode, em hipótese alguma, ser responsável, não pode votar uma situação que não lhe cabe, uma situação que lhe veio através de vias transversas, inclusive vem sendo responsabilizada pela demora com que está sendo tratado do assunto.

Por isso, deixo este apelo aos senhores integrantes da Comissão de Constituição e Justiça para que este assunto seja resolvido ainda hoje, para que não haja mais protelação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra o Deputado Romildo Titon, tendo em vista a gentileza do Deputado Manoel Mota ceder o horário para aquele Deputado.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente, gostaria de registrar, com muita honra, a presença de um amigo Vereador de Araranguá, grande liderança, Loreni Pereira da Luz, e de Heroni Pereira da Luz, seu irmão, os quais são duas lideranças de Araranguá que vieram prestigiar na tarde de hoje a Assembléia Legislativa.

Então, quero deixar registrada nos Anais desta Casa a presença destas duas lideranças de Araranguá, que muito nos honram na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra o Sr. Deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. Presidente e Srs. Deputados, ocupo a tribuna no dia de hoje para justificar o requerimento que deu entrada na Casa, como também fazer uma explanação sobre um fato que julgo ser muito importante para o Município de Tangará, minha terra natal, da qual me orgulho muito, mas que vem sofrendo conseqüentemente situações, como tantos outros Municípios agrícolas, pelo êxodo rural, pela situação difícil que os Municípios agrícolas estão enfrentando.

Surge agora uma oportunidade muito importante para aquele Município, e julgo ser o momento exato para que o Governo do Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, auxilie na tentativa de buscar uma nova alternativa na área do turismo, tendo em vista que Santa Catarina está prestes a receber 140 milhões de dólares do Prodetur, que é para investir na área de turismo, para incrementar novas atividades, novas fontes de renda.

Temos aqui constantemente batido muito forte nesta questão do Prodetur, porque estamos vendo que mais uma vez o Litoral vai levar a grande fatia ou quase todos os recursos, numa região onde o turismo já está sacramentado pelas belezas de suas praias, por se localizar a Capital do Estado.

Estou apresentando um requerimento para que o Município de Tangará seja colocado no rol dos Municípios beneficiados pelo Prodetur, com valor aproximado de R\$1.000.000,00 e justifico por quê.

Há alguns anos a Petrobrás perfurou um poço artesiano na sede do Município de Tangará para buscar uma alternativa e ver da viabilidade de ter petróleo. Não alcançando os seus objetivos, houve a constatação clara e nítida de que há grande possibilidade, quase que certamente, de que haja ali águas termais. Mas o Município de Tangará não tem nenhuma possibilidade financeira para arcar com essas despesas para se tornar um grande pólo turístico, para construir, perfurar e explorar as águas termais, porque o Município tem muitas dificuldades financeiras.

Eu acho que num Estado que está falando tanto em investir em turismo, é o momento de dar uma nova alternativa para aquele Município auxiliando, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, e buscando os meios jurídicos para que o Município tenha o direito de explorar aquelas águas termais. Se for necessária a desapropriação, que auxilie o Prefeito, a administração, que junto à Petrobrás, junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral, ao Governo Federal, ao Ministério das Minas e Energia, que tem o direito porque pertencem à União os direitos minerais de todo o território brasileiro.

Porque aquele Município, que tem uma população de 9 mil 469 habitantes, é um município que tem 51 anos de existência; 50% da economia da sua população está na agricultura e os outros 50% na cidade, mas a sua economia básica é a agricultura, sem nenhuma dúvida. Tem uma arrecadação de apenas R\$269 mil por mês, com muita dificuldade, porque tem uma área de 423 km² para ser conservada. Talvez uma das maiores, ou quase uma das maiores áreas em termos de quilometragem rodoviária para ser conservada.

Um Município que somente no ano de 1999, apesar do seu pequeno porte e da pouca representatividade que tem na economia de Santa Catarina, recolheu aos cofres do Estado de Santa Catarina, somente de ICMS, R\$ 1 milhão e 94 mil. Uma média de R\$ 92 mil mensais. Portanto, está comprovado que é um Município que não sonega, é um Município que contribui com o Estado de Santa Catarina religiosamente.

Eu não vejo porque o Estado eximir-se de auxiliar neste momento, tanto juridicamente como de toda e qualquer forma, para viabilizar para que no Município de Tangará se explore estas águas termais, a exemplo de Piratuba e a exemplo de tantos outros Municípios que executam esse tipo de exploração. Isso significa naturalmente um investimento na área de turismo e uma nova renda para o Município que está totalmente isolado, que está passando por dificuldades financeiras, com os agricultores, já desestimulados, sem perspectivas de crescimento.

Neste momento que Santa Catarina recebe esse valor expressivo de recursos, da ordem de US\$ 140 milhões para incrementar o turismo em Santa Catarina, porque não viabilizar àquele Município essa nova fonte de renda? Eu não canso de falar e vou continuar em todas as oportunidades que aqui tenho, falando da má distribuição desses recursos do Prodetur. Toda e qualquer notícia que se lê, toda e qualquer informação que nós temos, demonstra que a Capital do Estado, o litoral de Santa Catarina, vai usufruir de um grande aporte desses recursos, ou quase 60%.

Nós víamos há poucos dias um dado importante que buscamos quando noticiários governamentais afirmavam que do total dos recursos, 32% foram para o litoral Norte, 20% para a grande Florianópolis, 17% para a Serra Catarinense, 11% para o Vale do Itajaí, 10% para o Litoral Sul e 3% apenas para o Oeste Catarinense, que tem uma representatividade grande na economia do Estado de Santa Catarina. Depois, apenas 7% em projetos de âmbito estadual.

Então, podemos ver que está sendo direcionado esse recurso, exatamente para as áreas onde o turismo já vem ao longo dos anos se destacando na sua economia, como é o litoral catarinense e como é a Capital do Estado. Então, é necessário que, neste momento, possamos dar um pontapé inicial, através deste nosso requerimento, para que o Governo do Estado reveja os seus projetos de investimento da área do Prodetur, e venha a beneficiar pelo menos um Município do oeste catarinense, porque as obras de maior vulto desses 3% direcionados ao oeste catarinense estão no aeroporto de Chapecó.

O restante, nós vamos ver usados em alguns museus, alguns portais de entrada de algumas cidades e placas de sinalização. E de resto, os recursos serão investidos aqui no litoral do Estado de Santa Catarina.

Portanto, deixo aqui, neste instante, a minha mensagem. O pedido de apoio dos colegas Parlamentares para que nós façamos com que o Governo do Estado reconheça o meio oeste e o oeste catarinense como terra produtiva, como região de representação no contexto econômico do Estado de Santa Catarina e que dê, pelo menos, a oportunidade a um Município apenas do meio oeste e do oeste catarinense, de receber um investimento. Aí sim, para incrementar o turismo e buscar novas fontes de renda.

Da mesma forma, auxiliar o Prefeito, a administração e a Câmara de Vereadores juridicamente, para que possa apropriar-se e buscar os seus direitos de exploração das águas termais no Município de Tangará.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Inscrito o Sr. Deputado Rogério Mendonça, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, se a tribuna, nesta tarde, para fazer referência a um requerimento que encaminhei através desta Casa, através do qual, cumprimento e congratulo o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, pela iniciativa, provavelmente inédita, da criação, aqui no nosso Estado, do Juizado da Cidadania.

A atual gestão é presidida pelo Desembargador Francisco Xavier Medeiros Vieira, e está completando nesta semana, 100 dias de gestão, que têm sido, nós temos que reconhecer, uma gestão diferenciada pela simplicidade do seu processo, por quem já tive a oportunidade, por diversas vezes, de ser recebido.

Percebemos, assim, a maneira afável, a dedicação com que ele trata qualquer pleito, qualquer pedido, procurando estudar e analisar as questões.

Por isso, além dessa atuação do Presidente, a iniciativa de criar esse Juizado de Cidadania, sem dúvida alguma, merece a saudação, o cumprimento, não só deste Deputado, mas de toda esta Casa.

Vejam só, serão escolhidos com essa criação do Juizado de Cidadania, conciliadores, mediadores, representantes das comunidades, que vão participar e atuar com se juizes fossem, selecionados e treinados, ou seja, serão juizes leigos, responsáveis pela resolução de pequenas causas. Portanto, causas estas que serão formalizadas verbalmente.

Sem dúvida nenhuma, Srs. Deputados, Sr. Presidente, a justiça aqui em Santa Catarina, através desta iniciativa, com muita criatividade sugerida pelo Presidente, haverá de agilizar a justiça catarinense, haverá sem dúvida alguma, de liberar os magistrados para estudo de causas mais complexas.

Nós sabemos que a justiça é cobrada muitas vezes pela ineficiência do seu trabalho, mas sabemos que, na maioria dos juízos das Comarcas de Santa Catarina, existem processos e mais processos, pequenos processos, que podem ser resolvidos muitas vezes, através de uma conciliação, especialmente, Srs. Deputados, nos duzentos e um Municípios do Estado de Santa Catarina que não possuem Comarcas e não são sede de Comarca.

Portanto, a minha participação, Sr. Presidente, nesta tarde, é nesse sentido. No sentido de parabenizar o Tribunal de Justiça pela iniciativa da criação do Juizado da Cidadania, dos Tribunais da Cidadania, aproximando o cidadão da justiça e facilitando para que sem dúvida nenhuma, como se diz, a justiça tarda e muitas vezes ela não consegue ser objetiva.

E não só isso, não só a iniciativa, mas também, saudar o nosso Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Francisco Xavier Medeiros Vieira, pelos 100 dias de gestão, pela maneira com que tem conduzido este Tribunal, que é sem dúvida nenhuma, modelo e exemplo para todo o Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PTB.

(Pausa)

Não havendo oradores do PTB, passaremos ao horário destinado ao PT.

(Pausa) Não havendo oradores do PT, passaremos ao horário destinado ao PFL.

(Pausa) Não havendo oradores do PFL, passaremos ao horário destinado ao PMDB. Com a palavra, o Sr. Deputado Manoel Mota, por até quinze minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho a esta tribuna, para poder aqui, registrar alguns fatos importantes, decorrentes dos encaminhamentos após a greve dos caminhoneiros, dias primeiro, dois, três, quatro, cinco e seis, não só em Santa Catarina, mais em todo o País.

No ano que passou, houve uma paralisação de três dias, e nesses três dias os caminhoneiros pararam e parou o País. Faltou matéria prima nas indústrias pois não havia como os caminhões se locomoverem para levarem suas produções.

Evidentemente, faltou comida em várias cidades. As indústrias praticamente paralisaram, os postos de gasolina ficaram sem petróleo.

Fruito disso, houve uma negociação, meu caro Presidente, e nessa negociação, o Governo assumiu alguns pontos que são fundamentais para a categoria dos caminhoneiros catarinenses e brasileiros.

Só que o tempo foi passando e o Governo não concluiu esses pontos que eram indispensáveis para a sobrevivência da categoria e além disso subiu o combustível porque esse é o Brasil.

Sobe o combustível lá fora, sobe no Brasil. Só que quando baixa lá fora aqui permanece em alta.

Quero dizer, é assim que o Governo está conduzindo o processo. Só no ano de 1999 o óleo diesel subiu 57% o óleo diesel. Isto significa que inviabilizou. Além dos 57% começaram a implantar o pedágio.

Em algumas estradas do Paraná o pedágio é mais caro que o próprio combustível. Apesar de todo o aumento que teve o combustível o pedágio é mais caro. Hoje na Dutra, de São Paulo ao Rio de Janeiro, gasta-se mais em pedágio do que em óleo diesel. Na Castelo Branco a mesma coisa.

Agora, há poucos instantes, foi convocada uma reunião para discutir a questão do pedágio da 470 em Santa Catarina.

Eu acho que está na hora de parar com esta vergonha, porque se pega o dinheiro do povo brasileiro para construir a rodovia e depois entrega-se ao poder privado para cobrar pedágio. É o povo que paga a conta!

Está na hora de acabar com esse abuso! Eu quis incluir a 470 porque se fala em pedágio.

Eu me pronunciei aqui, desde o início, contra qualquer tipo de pedágio porque as obras foram construídas com o dinheiro do povo brasileiro. E pagar pedágio depois de construir com o dinheiro do povo é uma injustiça com a sociedade.

Se esta obra fosse feita por uma empresa privada e depois cobrassem pedágio é outra história. Mas pegar prontinha, como se comenta da BR-101....

Quer dizer, se gasta o dinheiro público e depois privatiza, entrega às empresas a concessão das rodovias para depois cobrar pedágio.

Evidentemente que por isso houve esta outra paralisação. E nessa paralisação a negociação foi mais forte. Foi editada uma medida provisória no dia 5/5, e esta medida provisória teve que ser publicada no dia 6/5 no Diário Oficial da União e passar a ser lei.

Só que nós estamos encontrando algumas dificuldades, porque o vale-pedágio é difícil de implantar e as empresas de transporte estão pagando vale pedágio, mas estão descontando do frete do caminhoneiro.

E não é este o compromisso que o Governo Federal assumiu conosco. A empresa tem que pagar o vale-pedágio e não descontar do caminhoneiro.

Prometeram colocar para fiscalizar a Polícia Federal, além da Polícia Rodoviária Federal e, evidentemente, os Procons, o Ministério Público. Esta estrutura para nós é muito pequena, porque nós não temos uma tabela de frete para embasar os pontos fundamentais e para que não haja desconto do caminhoneiro porque o ele já não aguenta mais.

Baseado nesse ponto, o pedágio e a tabela de frete, tem que considerar que o chassi de ônibus não é chassi de caminhão para efeito de transportes, pois é uma profissão de risco, Deputado Nelson Goetten, a profissão de caminhoneiro é uma profissão de risco.

Uma profissão na qual se trabalha 25 anos e parece que já trabalhou 45. Não se tem mais visão, não se tem mais golpe de vista, se corre risco de vida.

Então, não se pode passar dos 25 anos de serviço. A aposentadoria especial para os caminhoneiros é um item fundamental! E estamos exigindo do Governo federal que possamos também nessa própria medida provisória, fazer uma emenda no Congresso Nacional para que o caminhão possa transitar até às 23h. Dai em diante que seja expressamente proibido caminhão viajar. Por quê? Porque é das 23h às 5h que os acidentes acontecem, os roubos. Queremos impedir que isto aconteça.

Deputado Romildo Titon, com isto irá sobrar, evidentemente, mais cargas para os caminhoneiros transportarem e a situação irá melhorar.

É um mínimo de segurança para que os caminhoneiros descansem, porque hoje, do jeito que está a situação do transporte brasileiro, a empresa que carrega um caminhão diz para o caminhoneiro que, se conseguir chegar em Porto Alegre em 36 horas irá ganhar um prêmio xis. O motorista toca direto para ganhar o prêmio. É por isso que de madrugada os caminhões são roubados, sofrem acidentes. Queremos que isso seja reduzido.

Queremos um mínimo de dignidade, de segurança para o caminhoneiro na estrada e uma série de coisas que estamos tratando com muita responsabilidade.

Tenho a honra de registrar, que entre as Federações, as Confederações, os Sindicatos brasileiros, fui incluído, como Parlamentar, para fazer parte desse fórum, onde de 30 em 30 dias será feito o balanço do que vai ou não ser cumprido, e encontrada uma forma de incrementar esse compromisso, que irá se transformar numa Medida Provisória, em lei no Congresso Nacional.

É por esses pontos que amanhã às 6h viajaremos para Brasília e às 14h estaremos no fórum de negociação, juntamente com 5 Ministros e as representações dos caminhoneiros brasileiros. Fomos convidados para a realização do primeiro fórum e agora fazemos parte deste fórum permanente, que de 30 em 30 dias irá discutir se a lei está sendo colocada em prática ou não.

Estas questões são fundamentais para a categoria mais importante do País que é a do caminhoneiro, que transporta pelos tapetes pretos a riqueza do Brasil. Noventa por cento da economia brasileira é transportada através de caminhão.

Os caminhoneiros desejam condições de sobrevivência para as saldar suas prestações, seu seguro e sustentar sua família, e deseja continuar trabalhando para a retomada do desenvolvimento e para uma melhor qualidade de vida da população.

Temos responsabilidades, por sermos Parlamentares e por fazermos parte deste segmento, no sentido de defender os caminhoneiros catarinenses e brasileiros, que no meu ponto de vista pertencem à categoria que mais trabalha no País.

O Sr. Deputado Romildo Titon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Romildo Titon - Nobre Deputado, desejo cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz.

Constantemente V.Exa. tem preocupações com a classe dos caminhoneiros do Brasil, no sentido de solucionar suas reivindicações.

A última paralisação dos caminhoneiros realmente causou fatos estranhos e um deles é o pedágio.

Três preocupações importantes foram analisadas na época da paralisação: a briga pela liderança e pela disputa do comando de greve; a intenção do Governo Federal em acabar com a greve rapidamente e a ação violenta da Polícia. Essas três questões foram muito preocupantes. Com relação à preocupação da Polícia e do Governo Federal, concluo que a pressa de se acabar com a paralisação dos caminhoneiros foi pelo medo de que se unissem ao Movimento Sem Terra. Ai o Brasil realmente pararia.

A maior preocupação que tive naquele momento foi a disputa pelo comando da greve, porque, infelizmente, vai resultar em prejuízos, pois não foi negociada. Não teve um representante legítimo da classe frente às negociações com o Governo Federal.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço o seu aparte, Deputado Romildo Titon.

V.Exa. está com a razão! A verdade é que quem foi negociar foi colher no terreno dos outros, porque quem mobilizou tudo isso foi Nélio Botelho!

Esse desentendimento dos sindicatos com a federação da categoria foi o que enfraqueceu essas negociações.

Estamos tentando fazer com que o Nélio Botelho participe dos encontros em Brasília. Eu fiz uma proposta em Porto Alegre para unificar! Temos uma Confederação. As federações nos Estados e os sindicatos nas pontas, pois daí teríamos o fortalecimento da categoria.

Agora, eu quero registrar que na sexta-feira última, em reunião com o Ministro dos Transportes em Porto Alegre, e estavam lá os Presidentes dos Sindicatos dos Caminhoneiros de Concórdia, de Chapecó e de Xaxim. O Oeste de Santa Catarina estava presente! Eu fiquei orgulhoso! Estavam o Sul e o Oeste de Santa Catarina lutando pela categoria. Eu fiquei orgulhoso de ver aquela representação.

Eu quero dizer que precisamos lutar pela unificação, os sindicatos e as federações da categoria, para que tenhamos um grande êxito. O Brasil precisa dos caminhoneiros e os caminhoneiros precisam sobreviver. Eles têm que se unir para termos a retomada do desenvolvimento, a garantia do crescimento.

Não vou votar em favor de pedágio na BR-470 e nem em nenhum tipo de pedágio em Santa Catarina ou no Brasil, porque eu sou contra o pedágio.

Eu sou contra o pedágio por uma razão: o dinheiro público é para construir rodovias e as estão privatizando para meter a mão no bolso do contribuinte! Aqui no Brasil a competência do Governo é criar tributos para buscar recursos, como a CPMF e tantos outros, como o que criaram para a saúde e não entrou um centavo. São tantos os impostos que é uma vergonha! O povo brasileiro paga conta! Eu acho que chega!

Nós, aqui neste Parlamento, temos que dar um basta, dizendo que Santa Catarina não terá pedágio! O meu voto jamais será para pedágio!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Esta Presidência quer registrar, com satisfação, a presença nesta Casa do Prefeito Municipal de Rio do Sul, ex-Deputado Estadual, Dr. Nodgi Eneas Pellizzetti.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PPB.

Com a palavra o Sr. Deputado Nelson Goetten, por até dezesseis minutos.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Sr. Presidente, Srs. Deputados, retorno a esta tribuna ocupando o horário do nosso Partido, o PPB, para fazer alguns comentários em relação àquilo que escutam por muitas vezes e ao que o Deputado Manoel Mota considerava no seu depoimento. Cabe um questionamento.

Nós, brasileiros, que amamos esta nossa terra, que amamos o verde-amarelo deste território brasileiro, estamos de forma assustadora, temerosa e preocupante, vendo o que abandono, que a miséria, que o desgoverno, que a criminalidade, que a corrupção são os assuntos do dia-a-dia da Nação brasileira. Não é só assunto ou comentário, é a realidade desta Nação brasileira.

Nós temos a felicidade de morar num País tão rico, de um solo tão rico, abençoado por Deus e pela natureza, um País que tinha tudo para oferecer de melhor para o seu povo, mas no decorrer dos anos, dos seus 500 anos de história, tivemos a participação de alguns segmentos da sociedade que conseguiram inviabilizar esta Nação brasileira para fazer coro àqueles depoimentos já feitos desta tribuna.

Um País que além de conseguir fazer com que fosse implantada a desgraça financeira nesta Nação, a miséria imposta a milhões e milhões de brasileiros, conseguiu também ser insensível e ser impotente aos clamores da sociedade brasileira.

Nós ficamos estarelecidos quando ligamos a televisão e acompanhamos a pobreza, a miséria e o abandono que toma conta do cidadão brasileiro nesses grandes perímetros urbanos das nossas grandes cidades brasileiras; ficamos tristes e preocupados quando vemos os Parlamentares que representam na esfera federal o povo brasileiro, quando vemos Senadores que representam a sociedade brasileira impor uma discussão durante os últimos seis meses.

A discussão do Parlamento nos últimos seis meses foi se o salário-mínimo para o cidadão deveria ser R\$151,00, R\$161,00, R\$171,00 ou R\$177,00. Parece até que a diferença dos R\$151,00 para R\$177,00 é de R\$1,00.

A verdade é que os vergonhosos R\$151,00 ou aqueles vergonhosos R\$177,00, que poderiam ser aprovados (qualquer um poderia ser aprovado), correspondem a um salário de miséria, a um salário que continuava mantendo na desgraça o cidadão que depende do salário-mínimo.

Enganam e confundem a Nação quando querem fazer nós acreditarmos que não suportaremos um salário maior ou igual a US\$100,00.

A Previdência e o Governo não suportariam pagar um piso salarial de US\$100,00, mas na mesma semana que os vergonhosos R\$151,00 foram aprovados a sociedade, que é ordeira, na sua bondade, que não perdeu a capacidade de reagir, via, estarelecidamente, emplacar, em todos os jornais nacionais, escritos, falados ou televisionados, que se aprovava no Congresso Nacional a validade dos 14 bilhões de títulos irregulares emitidos nesta Nação brasileira por homens públicos irresponsáveis!

O prêmio para eles tinha que ser a cadeia, no mínimo! Tinha que ser a penalidade de uma penitenciária, porque eles conseguiram a premiação da legalização daquilo que foi a maior CPI já criada na Nação brasileira, que foi a CPI das Letras, que o Senado Nacional passou meses enganando, mentindo, fantasiando, iludindo o cidadão brasileiro, e ali mostraram que aqueles títulos eram um ato criminoso contra o País, mas que aqueles mesmos enganadores, passados poucos meses, estão fazendo o quê? Reúnem-se, desdizem, de forma vergonhosa, e aprovam buscar a legalidade dos R\$14.000.000.000,00.

Esse nosso bondoso e ordeiro povo brasileiro não teve a coragem e a condição de reagir e aceitou os R\$151,00, porque mais do que esse valor quebraria a Nação brasileira! Agora, não quebraria os R\$14.000.000,00,00 que tinham que ser defendidos, que tinham que ser legalizados para serem devolvidos àqueles que exploram, que enganam, que usam do poder financeiro para especular o cidadão brasileiro, que é o sistema financeiro.

A esses é que me parece que o Governo se ajoelha e dá benção e também a benevolência da lei. A esses que mostraram para a Nação brasileira que só no ano de 1999 faturaram uma média de R\$1.000.000.000,00 de lucro cada um, através do sofrimento e do empobrecimento do povo brasileiro, da miséria implantada no povo brasileiro, da fome do povo brasileiro.

Esses mesmos aprovam, então, mais um pouco de renda para o sistema financeiro achando ou entendendo que R\$1.000.000.000,00 de lucro significava pouco, anualmente, para este sistema financeiro.

É este País que nós amamos! É este nosso verde e amarelo que está perdendo a cor! Estão manchando a nossa bandeira, mas pela corrupção, pela vergonha, pela omissão, pelo conchavo, pela falta de vergonha na cara de alguns políticos que denigrem os Paramentos deste País.

Se estamos encurralados, se estamos indefesos, se estamos sem solução para a miséria neste País é porque os Paramentos desta Nação esqueceram-se de impor, de colocar e de priorizar recursos para o desenvolvimento econômico da sociedade: para o social, para a saúde, para o idoso, para a geração de emprego, para a casa própria, para vivermos mais dignamente.

É isto que revolta: vivermos num País de um solo tão rico, de um povo tão ordeiro, de um povo tão trabalhador, conseguindo a bravata, a bravura através de ações irresponsáveis do Poder Público Nacional no decorrer destes 500 anos, inviabilizando esta nossa querida Nação brasileira. E junto foram levando para o buraco, foram enterrando os Estados, os Municípios e foram fazendo com que a sociedade não acreditasse mais nem naqueles órgãos que foram constituídos com o objetivo de servi-la.

Perdemos e estamos perdendo o que é mais sagrado para cada um de nós, que é a esperança e a fé. Em quem acreditar? Qual o caminho? O que fazer? Um pai, que tem dois, três filhos, desempregado há um ano, com aluguel, água e luz, comida para pagar, está sujeito a qualquer ato de irresponsabilidade, está exposto a qualquer ato criminoso.

Então, quantos estão aos milhares, às centenas, aos milhões sendo jogados no vale da miséria, na sargeta, no abandono, no lixo?! Muitos, porque são milhares de brasileiros que dependem de catar lixo no dia-a-dia, de estar no lixo buscando o alimento para a sua família!

Não era esta a Nação que sonhávamos! Não é esta a Nação que merecemos! Não é esta a Nação que queremos! Não é este o País que trabalhamos para construir!

Precisamos resgatar o amor por esta terra! Resgatar a confiança no homem público! Resgatar a confiança nos poderes que estão impotentes! Basta ver esta onda de insatisfação que toma conta da Nação.

Enquanto alguns milhões choram a miséria de não ter sequer a casa para morar; sequer o emprego; sequer o alimento para dar ao seu filho, outros tantos milhões saem na rua porque não estão satisfeitos, porque têm emprego, porque têm a casa para morar, porque têm de onde alimentar a família.

Este País em que a insatisfação está tomando conta em proporções preocupantes, nos causa, sim, apreensão, nos deixa preocupado, nos faz perguntar o que está acontecendo com o cidadão brasileiro, com os Poderes constituídos na Nação! O que fazemos? Qual o caminho a não ser aquele de resgatarmos a seriedade, a responsabilidade, além de trabalharmos muito?!

Nós, homens públicos, somos hoje, mais do que nunca, o único caminho, a única esperança, a única salvação para esta Nação. Por isso dependemos de ações sérias, responsáveis, da contribuição de cada um. O sacrifício tem que ser demonstrado por nós, homens públicos, para que a sociedade volte a resgatar a confiança nos poderes constituídos.

É necessário que cada um de nós reflita muito sobre o que a sociedade espera e quer de nós; sobre como a sociedade gostaria que agíssemos; qual o caminho, qual a direção e para onde queremos conduzir a sociedade. Porque somos nós, homens públicos, que estamos conduzindo a sociedade à vala da miséria, do abandono, da tristeza.

Estamos fazendo parte daqueles que concordam, que se acovardam em ver uma Nação como a Nação brasileira....

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Sr. Deputado, esta Presidência, tendo em vista as reuniões que se estão realizando nas Comissões, suspende a presente sessão até as 16h, na Ordem do Dia, quando será reiniciada com a chamada dos Srs. Deputados.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) (Faz soar a campainha) - Reaberta a sessão, passaremos à Ordem do Dia. Solicito ao Sr. Secretário, Deputado Lício Silveira, que proceda à chamada dos Srs. Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à chamada dos Srs. Deputados para verificação de *quorum*.)

A Presidência dá conhecimento aos Srs. Deputados que neste momento a Comissão de Justiça ainda se encontra em uma reunião extraordinária, e devido a isso estamos com dificuldade de *quorum*.

Então, solicitamos aos Srs. Deputados que se encontram em seus gabinetes que se dirijam ao Plenário, para que possamos iniciar a Ordem do Dia.

Gostaríamos, também, de registrar, com muita alegria e satisfação, a presença, nesta Casa, neste momento, da Vereadora Magrid Krueger, do Vereador Ralf Ruch e do Vereador Rorst Lemke, os três da nossa cidade, que estão em Florianópolis tratando de assuntos de interesse do Município de Pomerode.

Desejamos que se sentam bem entre nós.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente, nós fazemos um apelo aos Deputados que se façam presentes aqui no Plenário, neste momento, pois já há um acordo no sentido de que quem não estiver presente receberá falta.

Sabemos que a Comissão de Justiça está trabalhando, mas nós gostaríamos de, quem sabe, reverter a pauta e votar os requerimentos, dando assim tempo para que os demais Deputados cheguem a este Plenário.

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Afonso Spaniol.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOL - Sr. Presidente, aproveitando a calmaria ora existente aqui neste Plenário, gostaríamos de registrar, com satisfação, a presença, na Assembléia, do Prefeito de São João do Oeste, Sr. Rudi Rasch, que está aqui na Capital visitando Secretarias, mantendo contatos com vistas a obter alguns recursos para o nosso pequeno Município natal de São João do Oeste.

É com satisfação que o recebemos aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - A Presidência, em nome da Mesa, em nome dos 40 Deputados e em nome do Deputado Afonso Spaniol, registra, com satisfação a presença, nesta Casa, do Prefeito de São João do Oeste, que aqui está representando aquele dinâmico Município.

Recebemos agora um comunicado do Deputado Onofre Santo Agostini de que estão suspendendo, neste momento, os trabalhos da Comissão de Justiça.

Solicitamos, mais uma vez, aos Srs. Deputados que estiverem em seus gabinetes ou próximos, para que venham, com urgência, ao Plenário desta Casa, a fim de darmos andamento à sessão.

Srs. Deputados, o Deputado Manoel Mota, através de requerimento de sua autoria, pede, neste instante, uma inversão de pauta, entrando apenas os requerimentos, enquanto estamos aguardando o encerramento dos trabalhos da Comissão de Justiça.

A Presidência assim o faz e defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos Srs. Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto, cumprimentando-os e a toda a sociedade pelo aniversário de emancipação política do referido Município no dia 19 de maio.

A Presidência defere de plano.

Convido o Sr. Deputado Heitor Sché, para presidir a sessão, enquanto recebo a comitiva de Vereadores da minha cidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Requerimento de autoria do Sr. Deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito de Itajaí e ao Presidente da Fundação Genésio Miranda Lins, cumprimentando-os pela reabertura do museu histórico e a entrega das obras de revitalização do Palácio Marcos Konder e da Praça Arno Bauer, no dia 23 do corrente.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito de Braço do Norte, Sr. Ademir da Silva Matos, ao Prefeito de São Ludgero, Sr. Matias Weber, ao Prefeito de Rio Fortuna, Sr. Lourival Schuelter, ao Prefeito de Santa Rosa de Lima, Sr. Bertilo Heidemann, cumprimentando-os pela realização da 1ª Conferência Regional de Saúde da Microregião do Vale do Braço do Norte, de 18 a 19 do corrente.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Desembargador Carlos Prudêncio, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, cumprimentando-os pela assunção ao cargo de Vice-Presidente do Instituto dos Magistrados Brasileiros - IMB.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Agricultura e aos integrantes da Bancada Catarinense no Congresso Nacional, pedindo medidas urgentes para a renegociação da dívida dos agricultores catarinenses, mediante critério suportável pela classe.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Francisco de Assis - Pela ordem, para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o Deputado Francisco de Assis.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Sr. Presidente, para deliberar precisamos de 21 Deputados e não temos 21 Deputados presentes no Plenário.

Gostaria de solicitar que fosse feita a chamada para verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Lício Silveira, para que proceda à chamada dos Srs. Deputados para a verificação do *quorum*.

(Procede-se à chamada dos Srs. Deputados para a verificação de *quorum*.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Estão presentes 14 Srs. Deputados.

Esta Presidência volta a reafirmar que a maioria dos Srs. Deputados está em reunião na Comissão de Justiça para tratar de assunto de grande interesse desta Casa.

Apelamos também aos Srs. Deputados para que compareçam à sessão de amanhã de manhã, pois teremos matéria importantíssima para ser votada.

Antes de encerrarmos a presente sessão convocamos outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 038ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA

EM 18 DE MAIO DE 2000

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GILMAR KNAESEL

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Altair Guidi - Cesar Souza - Ciro Roza - Clésio Salvaro - Francisco de Assis - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Heitor Sché - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Ivan Ranzolin - Jaime Duarte - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - João Rosa - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Júlio Garcia - Lício Silveira - Milton Sander - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Bornhausen - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sandro Tarzan - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Afonso Spaniol) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente:

Indicações:

- de autoria do senhor Deputado Adelor Vieira, que solicitando atendimento da Moção nº 15/2000, da Câmara Municipal de Santa Cecília;

- de autoria do senhor Deputado César Souza, solicitando providências no sentido da implantação de Setor de Neurologia no Hospital Regional Homero de Miranda Gomes no Município de São José;

- de autoria do senhor Deputado César Souza, solicitando a viabilização da colocação de mureta de proteção no vão central do trecho da Rodovia BR-282, denominado "Via Expressa", como medida de segurança e prevenção de acidentes;

- de autoria do senhor Deputado César Souza, solicitando providências junto ao DETRAN/SC, com vistas à determinação de que a primeira multa de trânsito anotada em decorrência de excesso de velocidade detectada por aparelhos eletrônicos aferidores do tipo radar ou lombada eletrônica, localizados nas vias urbanas, intermunicipais ou estaduais sejam convertidas em advertência, a título de medida educativa;

- de autoria do senhor Deputado César Souza, solicitando ao senhor Governador do Estado providências referentes a remoção de cabeça-de-pedra existente no leito do canal da Barra da Lagoa, nesta capital;

- de autoria do senhor Deputado Rogério Mendonça, solicitando medidas para construção de quadra de esportes coberta na Escola básica Mont'allverne, do Município de Ituporanga.

Ofícios nºs:

3.277/00 - do senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, dando ciência à Assembléia Legislativa do Processo PDI-00/00399000, que trata do pronunciamento do Tribunal de Contas sobre o novo levantamento da dívida da Administração Direta do Estado, para com o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC;

605, 604 e 608/00 - do senhor Secretário de Estado dos Transportes e Obras, encaminhando resposta às Indicações nºs IN/0004.1/00; 073 e 087; e Requerimento nº 168/2000, respectivamente;

153/00 - do senhor Diretor de Operações do BESC, em resposta ao Ofício DP/203/2000.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Heitor Sché - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Heitor Sché.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHÉ - Sr. Presidente, no final do ano passado aprovamos nesta Casa o Regimento Interno da Assembléia Legislativa, instrumento que norteia o andamento desta Casa.

Como o Regimento Interno foi aprovado por unanimidade neste Plenário, ele deveria estar em vigor, mas diversos artigos não estão sendo cumpridos. Portanto, diariamente estamos contrariando este instrumento.

Posteriormente, preparamos, juntamente com o Departamento Parlamentar, sugestões de modificações ao Regimento Interno. Apresentamos à Mesa e V.Exa. despachou para a Comissão de Justiça. O fato é que o prazo já está vencido e a proposta não veio a Plenário.

Quando substituí V.Exa. por um período, para evitar que esses problemas ocorressem, usei um artigo do Regimento Interno, que fez com que todos os projetos que estivessem em andamento nas Comissões viessem a Plenário para ser discutidos.

Apelo a V.Exa., se não for devolvida a proposta elaborada pela Mesa, que seja aplicado este artigo do Regimento, para que as propostas sugeridas para modificá-lo sejam debatidas neste Plenário, pois não podemos continuar nesta situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Nobre Deputado, pedimos que o Deputado Onofre Santo Agostini esclareça o encaminhamento.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Recebemos a matéria, emitimos o parecer. Na hora da votação apresentamos algumas emendas e o Deputado Neodi Saretta pediu vistas e, como é regimental concedemos. O prazo terminou terça-feira passada, mas o Deputado alegou motivos que o impediram de devolver naquela data. Assumi o compromisso de devolver terça-feira trazer à Comissão de Justiça.

O Deputado Heitor Sché tem razão quando diz que está fora do prazo, mas eu não

poderia tomar outra atitude que não fosse cobrar do Deputado que pediu vistas à matéria para que a devolvesse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Feitos os encaminhamentos, com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Francisco de Assis.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Sr. Presidente, colegas Deputados, tenho me pautado nesta Casa por cumprir os horários determinados no nosso Regimento Interno. Tenho me pautado por cumprir o horário quando participo das reuniões das Comissões das quais faço parte. E em uma das Comissões Técnicas desta Casa, na reunião, que começa às 8h, tenho procurado ser pontual.

O Regimento prevê uma tolerância de quinze minutos. Também tenho procurado não utilizar-me desse período de tolerância, e chegar no horário.

Alguns colegas Deputados acharam que essa tolerância era pouca, e apresentaram na Comissão uma proposta para aumentar essa tolerância para trinta minutos, das 8h para as 8h30min. Para não ser intransigente, também concordei com essa mudança porque alguns colegas Deputados tinham dificuldade de chegar até 8h15min. Mesmo assim tem existido falta de *quorum*. Não temos conseguido ter, muitas vezes, sequer cinco Deputados às 8h30min na Comissão.

Aqui no Plenário, onde as sessões começam na parte da tarde, às 14h, tenho procurado estar sempre presente no horário. Quando é pela manhã, aqui estou, às 9h.

Tenho constantemente solicitado verificação de *quorum* para que comecemos, de fato, a votar com *quorum*.

Observei, durante o ano passado, em várias oportunidades quando se deliberou nesta Casa sem ter o *quorum* Regimental necessário.

O cidadão comum, o trabalhador, nas suas organizações, na sua vida pessoal ou no movimento em que atua, numa associação de moradores, na Igreja, na maioria das vezes, não precisa obedecer regimento interno. Porém, cumpre com suas obrigações e com seus horários.

Um trabalhador, principalmente da iniciativa privada, tem horário para entrar, horário para sair e, muitas vezes, horário para se alimentar e até para ir ao banheiro com um tempo determinado.

A população vê esta Casa como um local que deveria dar exemplo a sociedade, que nos eleger para representá-la. Essa mesma população, a cada dia que passa, fica mais indignada com a classe política, porque não observa em seus representantes os compromissos assumidos durante a campanha.

Tenho enfrentado dificuldades em fazer com que isso mude. Fui Vereador durante dois anos em Joinville e durante os dois anos, sequer um dia, Sr. Presidente, cheguei atrasado à sessão, porque considerava um absurdo numa sessão que começava às 18h os Vereadores chegarem até após às 18h40min. Sempre fui crítico disso!

Para mim, nesta Casa, só temos duas saídas: com essa forma que tenho constantemente de cobrar a presença dos colegas Parlamentares, que não é uma questão de fiscalizar, tirar a autonomia de ninguém, mas de impor respeito, ou nós mudamos um pouco essa realidade ou esta Casa, então, acaba me mudando.

Acabo percebendo que não adianta fazer isso e que devo mesmo faltar, chegar atrasado, porque não adianta ser correto, não adianta chegar no horário.

Quero com isso dizer que a sociedade está cansada disso e que nós Parlamentares, às vezes, por um pequeno detalhe ao qual não damos importância, assim agimos, porque com certeza para alguns Colegas não importa chegar no horário, pois chegando 14h, 14h15min ou 14h30min tanto faz, porque não vai ter *quorum* mesmo.

Eu tenho um compromisso estipulado por nós Parlamentares no Regimento Interno que é o horário do início.

Não consigo entender, Deputado Onofre Santo Agostini, porque muitas vezes, sentado nesta poltrona, e V.Exa. às vezes me faz companhia, fico indignado. Estou muito triste com o Parlamento catarinense e com esta Casa, a qual eu imaginava fosse bem diferente. Fico triste em ver esta Casa vazia. Um Deputado na tribuna falando para as paredes e a sociedade lá fora sem saber o que se passa aqui dentro.

Tenho procurado por onde passo, nas reuniões que faço, informar um pouco da realidade e uma vez por mês tenho convidado pessoas da minha cidade, Joinville, para vir à Assembléia ver o que é esta Casa e o que estão fazendo os Parlamentares que essas pessoas ajudaram eleger.

Naquele mínimo detalhe, muitas vezes, nós podemos dar um grande exemplo para a sociedade. De comportamento, de assiduidade, de compromisso com o horário e com o Regimento Interno. Estou falando isso porque tenho enfrentado dificuldades até de entendimento dentro da minha Bancada.

Quero deixar bem claro para o meu Partido e para os Deputados da minha Bancada, que aplaudi V.Exa. Sr. Presidente, quando falou que começaria a descontar dos Parlamentares que não comparecessem à sessão.

Quero informar a todos os Colegas do meu Partido e dos demais, sem fiscalizar ninguém, porque cada um é adulto e maduro o suficiente para saber do seu compromisso e da sua responsabilidade, que, independente da vontade da minha Bancada, todos os dias vou cobrar o *quorum* de no mínimo 8 Deputados para começar a sessão e o *quorum* mínimo de 21 Deputados para começar a deliberação, porque não admito mais isto.

Fiquei, no passado, resistindo, refletindo e pensando em minha cadeira, porque fico indignado com o que vejo, porém não tenho mais condições, não faz parte da minha ética e da minha vida ficar vendo isto, sendo representante do povo e sem nada fazer.

Portanto, não vou agüentar mais, não vou tolerar mais! Não estou querendo ser melhor do que ninguém. É apenas uma posição que eu defendo, porque senão não precisaria, Sr. Presidente, colocar no Regimento Interno o horário. Para que isto então? Acabamos com o Regimento Interno, flexibilizamos o horário e cada um chega na hora que quiser. Não é assim porque tivemos o cuidado e a preocupação de fazer um Regimento.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Deputado Francisco de Assis, é evidente que a gota d'água foi ontem e quero fazer a justificativa.

V.Exa. tem toda a razão, porque às vezes só nós dois e outros Deputados que são pontuais estão aqui. Ontem aconteceu o fato com o qual V.Exa. ficou indignado. E, na minha avaliação, a gota d'água foi ontem.

Ontem ouvi reclamações de alguns Deputados de que, infelizmente, ao se convocar extraordinariamente a Comissão de Justiça, não se observou que o horário compreendia o início da sessão plenária. E por um atraso de 15 minutos, porque a discussão foi calorosa, houve muita divergência. Atrasamos 15 minutos e por isso não foi possível ter a sessão de ontem.

Quero dizer que V.Exa. tem toda razão. Às vezes, Deputado Francisco de Assis, o Deputado não está aqui mas está no gabinete atendendo pessoas, às vezes tem correr para as Secretarias, o que eu procuro fazer fora do horário das sessões para evitar aborrecimento aos Colegas, porque também já estive muito indignado com isto quando nós estava aqui e outros Deputados em outros lugares.

Recentemente, V.Exa. foi testemunha, este Deputado se manifestou contrário a atitude do Governo de ir durante as sessões Legislativas nas bases eleitorais. Porque os Deputados têm que acompanhar o Governo e por via de consequência falta a sessão.

Por isso V.Exa. tem a minha solidariedade. Eu só quero que V.Exa. compreenda, ontem foi um caso excepcional e eu tive culpa porque convoquei a Comissão de Constituição e Justiça no momento da sessão. V.Exa. tem toda a razão.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Agradeço o aparte de V.Exa.

Quero dizer que na verdade esta reunião deveria ter acontecido antes, um outro dia, menos naquele horário.

Para terminar, quero dizer que não sou um ser humano correto e perfeito, tenho as minhas falhas e, com certeza, existirá oportunidade em que também não estarei. Provavelmente ocorrerão situações em que também não vou estar.

Agora, que esta Casa deixe de ser uma Casa de brincadeira. Esta semana não deliberamos nenhum projeto por falta de *quorum* mesmo com calendário especial. Que resultado vai trazer para a população? O que vamos apresentar depois deste calendário especial para justificar uma ausência mais próxima do período eleitoral?

Vamos dizer que tivemos sessão dois dias por semana? Balela. Só para justificar uma ausência que teremos mais para a frente? Então temos que realmente trabalhar, estar aqui no nosso horário e os outros compromissos fora do Plenário que marquemos fora do horário da sessão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Ainda no horário de Breves Comunicações, inscrito o Sr. Deputado Gelson Sorgato, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Sr. Presidente e Srs. Deputados, o que me trás à tribuna no dia de hoje, é que faz dois meses a Secretaria de Saúde de Estado, através do TFD - Tratamento Fora do Domicílio, decidiu que teríamos os atendimentos de balcão aqui em Florianópolis, tais como quimioterapia, oncologia e radioterapia. Os demais tratamentos de saúde de alto custo encaminhados, deveriam ocorrer através dos Municípios, sendo encaminhados, via malote, às regionais de saúde.

E tudo isto, até ao Secretário de Estado da Saúde, Deputado Eni Voltolini, dizíamos, que acreditávamos que a atitude era realmente para selecionar, melhorar a qualidade da saúde, e não passava pela nossa cabeça que se poderia com isso reduzir os atendimentos, quem sabe procurando concentrá-los na Capital.

Como a concentração dos hospitais é maior na Capital e os hospitais regionais em todo o Estado não têm os equipamentos para dar atendimento à saúde na região, fomos surpreendidos com a suspensão de 50% do serviço de atendimento de quimioterapia dos Hospitais São Sebastião e de Caridade.

A alegação é que se estava fazendo um atendimento além do permitido pela Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina, via SUS.

Encaminhei pedido de informação para saber justamente, Deputado Ronaldo Benedet, o que está acontecendo. Os que estavam na fila ou estavam recebendo o atendimento de quimioterapia, continuam recebendo, mas, os pacientes encaminhados do interior para a Capital do Estado que estavam aqui, e eu tenho em meu gabinete casos que não retornaram, estão pagando para receber as sessões de atendimento quimioterápica.

Vejam os senhores, se uma pessoa do interior do Estado se desloca e está praticamente... Vem a capital do Estado procurar atendimento de saúde, mesmo que ainda não tenha começado a fazer quimioterapia, ainda que tenha procurado o sistema de saúde via SUS, não será atendido se não fizer o pagamento ao atendimento de saúde.

As informações que nós temos é que os diretores do Hospital São Sebastião e Hospital de Caridade terão uma audiência na Segunda-feira com o Secretário de Saúde, Deputado Eni Voltolini.

Nós esperamos que realmente o Estado de Santa Catarina, a Secretaria de Saúde, possa dar atendimento à saúde da população de Santa Catarina. Se for necessário, vamos denunciar.

Queremos o atendimento aos pacientes de Florianópolis, mas não imaginamos que possa haver através do tratamento fora do domicílio, o corte de quimioterapia e que esse seja o objetivo do atendimento de saúde ao se aproximarem as eleições da Capital e se concentrando os atendimentos para pacientes da Grande Florianópolis, quem sabe com indicações políticas.

Nós esperamos que os atendimentos de saúde realmente venham a acontecer para todos os que precisam. Nós, da região Oeste, no Hospital Regional de Chapecó, acreditamos que logo teremos o atendimento da Casa. A concretização da construção da Casamata e o atendimento na área de saúde as pessoas do Oeste catarinense.

Infelizmente, acontecem cortes no atendimento às pessoas que estavam sendo encaminhadas primeiramente e precisam apresentar documentação, e para tratamento fora de domicílio a regional encaminha por malote. Ao invés de diminuir a burocracia, está se procurando arrumar argumentos para que as pessoas não tenham a facilidade de encontrar o caminho para o atendimento de saúde.

Então, fica registrado. Esperamos que o Secretário de Saúde do Estado de Santa Catarina, Deputado Eni Voltolini, tome posição quanto aos cortes de quimioterapia para as pessoas que estão procurando a saúde hoje e que estão tendo despesas para receber todo o tratamento. Tem pessoas que vão pagar R\$ 800,00 para receber o atendimento das sessões de quimioterapia. Esperamos que a Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina, na reunião que terá com Hospital São Sebastião, com Hospital de Caridade e com outros que oferecem esse atendimento, possa achar uma saída para que as pessoas sejam atendidas.

Esse é o nosso registro, e esperamos realmente, Deputado Milton Sander, porque quando o tratamento é fora do domicílio deveriam ser encaminhados e atendidos aqui em Florianópolis. Oncologia, quimioterapia a radioterapia. Ai houve o corte no atendimento de radioterapia, mas nós esperamos que isso seja solucionado.

Esse é o nosso registro e esperamos que com a competência do Secretário de Saúde se encontre uma solução para o atendimento de saúde da população catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Ainda, em Breves Comunicações, inscrito o Sr. Deputado Romildo Titon.

(Pausa)

Na ausência do Sr. Deputado Romildo Titon, livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

Com a palavra o Sr. Deputado Milton Sander, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO MILTON SANDER - Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu queria aproveitar para cumprimentar o Sr. Deputado Gelson Sorgato, pela oportunidade do assunto que levantou em relação ao tratamento radioterápico dos pacientes da nossa região.

Na realidade é um drama para aquelas famílias e não só para pacientes, pois também os familiares têm que se deslocar 600, 700 quilômetros para fazer um tratamento que normalmente não é inferior a 15 dias.

Além da despesa, do desconforto, do transtorno. Mas me surpreende que tenha havido esta sustação, parcial que seja, porque é uma tecla que estamos batendo há vários e vários anos.

No entanto, quero comunicar ao Deputado Gelson Sorgato, Srs. Deputados, que o Governo do Estado, atendendo um pleito de toda região, especialmente do consórcio municipal que administra o Hospital Regional de Chapecó, está concluindo, lá naquele hospital, um prédio denominado casamata, porque é um prédio especial, com condições de construção especiais, para abrigar o centro de radioterapia do oeste de Santa Catarina.

A previsão é de que as obras físicas fiquem concluídas por volta do mês de julho, portanto daqui a 60 dias. A propósito, a cerca de duas semanas foram visitadas pelo próprio Governador, cuja comitiva acompanhamos, Deputado Gelson Sorgato.

A instalação do equipamento, que é um equipamento importado de mais de US\$ 2.000.000,00, cujos recursos o Governo Federal já disponibilizou ao Governo catarinense, deverá ser feita, provavelmente, até o mês de setembro.

Então, imaginamos que este drama, esta angústia, esse desconforto que os pacientes e seus familiares vivem até os dias de hoje com relação ao tratamento radioterápico, que tem que ser feito em centros como Curitiba, Porto Alegre ou Florianópolis, que são os mais próximos, vai cessar por volta do mês de setembro.

Mas, independente desta notícia que seria motivo de um pronunciamento que pretendo fazer com mais dados, com mais eficiência, na próxima semana, desejo cumprimentar o Deputado Gelson Sorgato, porque realmente é um problema que eu também conheço. Apenas, desconhecia que estava sendo parcialmente bloqueado o atendimento de pacientes que precisam da radioterapia em hospitais de Florianópolis.

Era essa a intervenção que eu queria fazer nesse momento.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Restando ainda cinco minutos do horário de Breves Comunicações, concedemos à palavra ao Sr. Deputado Onofre Santo Agostini, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente e Srs. Deputados. Eu vou reforçar aqui a tese apresentada pelos dois Deputados do oeste, Gelson Sorgato e Milton Sander. Eu já cansei de tanto falar sobre esse problema do tratamento aos doentes portadores de câncer do Oeste de Santa Catarina. Já comuniquei que, segundo os dados que nós temos, 70% dos portadores de câncer, são oriundos do Oeste ou do Norte de Santa Catarina.

V.Exas. tem toda a razão Deputado Gelson Sorgato, mas vamos continuar insistindo. Como diz o ditado popular, "Água mole em pedra dura tanto bate até que fura". Quem sabe nós vamos bater, Deputado Júlio Garcia, e alguém vai despertar a consciência, e vai equipar os hospitais lá na nossa região.

O Hospital de Chapecó, que por sinal é um excelente hospital, tem médicos de primeiro mundo, gabaritados. No Hospital de Curitiba que também é um excelente hospital, com grandes médicos, estão faltando apenas os equipamentos. Parece-me, que já estão equipando o Hospital de Chapecó para tratamento de câncer. Também Lages e Porto União poderão resolver esses impasses.

Eu já contei à Vs. Exas. Que, num passado não muito distante, tive o capricho de contar quantas ambulâncias encontramos na BR-282, daqui até Curitiba. Num dia, em treze horas, eu contei vinte e três ambulâncias, vindo ou indo com doentes. Tornasse mais caro para o Poder Público esse tratamento. O pior de tudo, Deputado Gelson Sorgato, é o sofrimento do ser humano, a pessoa que tem que vir, ficar mal agasalhada, mal arrumada, numa situação dramática!

Ainda tem alguns Deputados, a grande maioria ou quase a totalidade, que dão sustentação a alguns doentes e familiares que vem para cá, pagando uma pensão, dando comida aqui na Assembléia, uma coisa ou outra para minimizar o sofrimento dessa gente.

Agora, eu comungo do pensamento de V.Exa. A solução é fácil, Deputado Milton Sander. É fácil, equipar o hospital de Chapecó, de Curitiba, de Lages e de Porto União. Está resolvido, eu garanto a V.Exa. que é muito mais barato para o Governo. Assim como podemos equipar o Hospital de Criciúma, Deputado Altair Guidi. Nós vamos resolver tudo isso. Torna-se mais barato para o Governo, para o Poder Público, e torna menor o sofrimento do ser humano, que na avaliação inicial é o mais importante nessa história toda.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - V. Exa. me concede uma aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Eu quero cumprimentar os Deputados Onofre Santo Agostini, e Milton Sander. Eu acho que equipando tanto o Hospital de Curitiba, de Chapecó, de Lages, como o de Criciúma, enfim, nós vamos diminuir às ambulâncias nas estradas e vamos diminuir a despesa pública dos municípios e o sofrimento das famílias.

Mas o que me levou a tratar desse assunto foi o corte temporário de 50% das sessões de radioterapia, nos Hospitais São Sebastião e no Hospital de Caridade. Sabemos, que os diretores vão se reunir com o Secretário, mas queremos levantar uma preocupação, quanto aos pacientes que estavam fazendo sessões. Eles estão continuando, mas os pacientes que estavam se deslocando, os que estão aqui na Capital e que estão procurando este atendimento estão pagando por fora para poder receber essas sessões. Por isso, a nossa preocupação, apesar de toda essa despesa, Deputado Onofre Santo Agostini, eles ainda tem que pagar sessões de radioterapia.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Mas eu acho objetivamente, Deputado, que a preocupação de V.Exa. tem procedência.

Objetivamente nós poderíamos pedir ao Deputado Milton Sander, que além de ser amigo pessoal e correligionário do Deputado Eni Voltolini, que por sinal tem feito um bom trabalho, para fazer um apelo no sentido de que não faça esse corte, porque é dolorido. A pessoa já tem um doente de câncer e ainda tem as dificuldades do tratamento. Não é fácil! Não é fácil para o ser humano! Principalmente para o carente.

Então, nós fazemos um apelo a V. Exa. para dar uma ligadinha em nome dos doentes de Santa Catarina. Eu sei que V.Exa. vai fazer porque V.Exa. é sensível. Eu conheço V.Exa. e tenho certeza absoluta que daqui a alguns minutos vai ligar do seu celular para fazer esse contato com o Secretário Eni Voltolini e fazer esse apelo para que não corte esses recursos para os doentes que não podem pagar o tratamento das aplicações de radioterapia e quimioterapia.

Muito Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Inscrito o senhor Deputado, Ronaldo Benedit, a quem concedemos a palavra por dezesseis minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente e Srs. Deputados, já que o tema abordado de hoje é saúde e realmente o que o Deputado Gelson Sorgato traz é uma preocupação que nós Deputados temos de ter, que é com a saúde da população do Estado de Santa Catarina, principalmente no que se refere de competência do Estado, eu vou falar da minha cidade.

Criciúma recebeu o prêmio nacional de saúde entre Municípios do País. Foram escolhidos 10 Municípios com melhor programa de saúde pública do Brasil e do nosso Estado somente Criciúma figura entre esses 10.

O fato é que o programa de saúde da família, os projetos de saúde pública de Criciúma são de primeiro mundo, são de excepcional qualidade para a população. Tanto é que temos tido índices de mortalidade infantil idênticos aos índices de países do primeiro mundo. Por exemplo 10,8 é o índice de mortalidade infantil do Município de Criciúma.

Isto significa dizer que de cada 1.000 crianças que nascem, de zero a um ano, apenas... claro que seria bom que não morresse nenhuma, mas não existe isso no mundo, 10,8 morrem, quando a média brasileira ultrapassa a casa de 40 crianças de cada grupo de 1000.

E Criciúma foi escolhida ainda para as filmagens do Ministério da Saúde, como um dos três melhores Municípios do Brasil.

Mas, infelizmente, esse não é o mesmo tratamento que ocorre na saúde do Estado de Santa Catarina. Por inveja dos números da cidade de Criciúma a Secretaria de Estado da Saúde não está fazendo nada e, ainda pior, nesses casos de doentes com câncer que precisam fazer quimioterapia e tratar outras doenças, nós temos que trazer a Florianópolis um cem número de pessoas para fazer quimioterapia, radioterapia e tratamentos mais específicos e com maior exigência de gastos só oferecidos nos hospitais públicos, e Criciúma ainda não tem hospital público, embora o atual Prefeito esteja construindo.

Comprou, adquiriu o hospital e está construindo um hospital público materno infantil. Mas essa realidade de tratamento de pessoas com câncer e outras doenças que necessitam de um tratamento mais específico na área pública somente aqui em Florianópolis. E vêm também da nossa cidade um cem número de doentes.

Pela inveja destes números de Criciúma obtidos através de um trabalho de sete anos seguidos de atenção à saúde, a Secretaria da Saúde fez a apreensão de uma ambulância que transportava doentes diariamente para Florianópolis. Ninguém vinha aqui para passear de ambulância e sim para ser atendido. Foi apreendida sob a alegação de que os documentos estariam irregulares, por um funcionário da Secretaria da Saúde. Não sei se esta semana foi liberada. Sua apreensão está impedindo um conforto melhor às pessoas que se deslocam para a Capital.

Além disto a Secretaria da Saúde ainda cria problemas para os doentes, porque as pessoas que vêm fazer tratamento de câncer voltam com um mal estar muito grande.

Esta ambulância que foi doada no Governo passado foi apreendida por ciúme, pelo trabalho que é desenvolvido na Secretaria da Saúde de Criciúma.

Fica aqui o nosso protesto a respeito e pergunto qual a ação efetiva da Secretaria Estadual da Saúde neste Governo. Gostaria que fosse apontada uma ação positiva.

Existem sete licitações para a aquisição de equipamentos e não conseguem encontrar uma equação para fazer uma licitação correta.

É um Governo que se atrapalha consigo mesmo, porque tem maioria na Assembléia e não consegue votar seus projetos; tem a Secretaria e não consegue dar o atendimento, proibindo de trazer os doentes do interior para a Capital.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Pois não!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Nobre Deputado, o assunto que V.Exa. aborda é de extrema importância. Trata-se do bem mais precioso que Deus nos deu, que é a saúde, a integridade física do cidadão.

Na realidade, Deputado, a Secretaria Estadual da Saúde não tem atendido a expectativa, a necessidade e o anseio da nossa população.

Os compromissos de mudança não estão acontecendo para melhor, infelizmente. Não há um programa definido, uma proposta. O que vejo é simplesmente o Secretário procurando fazer média, não com ações mas sim através de publicidade em Joinville, dizendo que está fazendo, está realizando, porque é candidato lá.

Acho que é necessário que se analise sob o aspecto legal este tipo de publicidade pessoal do Secretário, em Joinville. O Oeste catarinense não conhece, não sabe da presença da Secretaria da Saúde.

Encaminhei à Mesa um pedido de informações com referência a aparelhos auditivos, solicitados há muito tempo na Secretaria e até agora não foi dada uma posição a respeito. O atendimento, Deputado Ronaldo Benedit, piorou muito na região do Oeste de Santa Catarina.

Há fila, Deputado Ronaldo Benedit, para os que precisam de cirurgia! E esperam por esse atendimento por oito meses! No meu Município, nos Municípios do Oeste de Santa Catarina, quando há necessidade de um tratamento especializado, têm que se buscar essa condição e esse recurso no Paraná e no Rio Grande do Sul!

Aqueles que têm a condição de arcar com esse dispêndio, com esse custo, tudo bem! Os demais são atendidos pelo SUS naqueles respectivos Estados, porque aqui a fila é para o atendimento após oito meses. Quando precisamos de um tratamento especializado o cidadão paga. Na nossa região não há esse tratamento.

Nós queremos, e eu acho que o Deputado Milton Sander vai vir nessa direção também, para a nossa região, um tratamento adequado para a saúde pública, para que as pessoas possam, de fato, ser atendidas, para que nós tenhamos a condição de sair daquela novela do hospital regional, que não é deste Governo mas de vários Governos. É uma novela! O hospital regional, não a questão do atendimento por parte do próprio hospital, mas o atendimento de uma forma e de um modo geral, abrangendo, até mesmo o tratamento das especialidades pelo corpo clínico, porque lá as pessoas não conseguem ser atendidas!

Nos nossos gabinetes, os Deputado Gelson Sorgato e Milton Sander sabem disso, todos os dias recebemos pessoas que vêm do Oeste de Santa Catarina, que fazem 600, 700, 800 quilômetros, isso foi no passado e continua no presente, pedindo auxílio para ficarem aqui, em locais que possam ter condições para o seu tratamento de saúde.

Há até Deputados que mantêm casas de saúde! O Deputado Romildo Titon, o Deputado Moacir Sopelsa, o Deputado Narcizo Parisotto e quem sabe mais Deputados, alugam casas para receber os doentes do Oeste de Santa Catarina! Ora, não é possível que isso continue!

O Sr. Secretário da Saúde só pode vir falar positivamente das suas ações quando de fato adotar providências adequadas para resolver o problema de Santa Catarina. De forma contrária, ele precisa aplicar esse dinheiro na saúde pública do Estado.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Temos que tomar cuidado porque daqui a pouco o Secretário vai mandar fechar essas casas, uma vez que ele apreendeu a nossa ambulância e até hoje não devolveu. Eu espero que devolva, que tenha vergonha na cara e devolva a ambulância porque o povo de Criciúma precisa e necessita dela.

Eu quero levantar uma questão importante. Os senhores conhecem o passarinho chamado Chupim, que bota ovo no ninho dos outros? Este é o Governo Chupim! Eu quero saber para que veio, porque até agora só inaugurou obra

do Governo Federal! Inaugura obra do Governo passado! Eu quero saber qual a obra deste Governo! Que ele, pelo menos, leve para Criciúma o que precisamos, que é o hospital regional, que é a casamata!

O Governo poderia, muito bem, para evitar que essas pessoas venham do interior, do Sul do Estado de Santa Catarina para serem tratadas com radioterapia, doar a casamata para o Hospital São José, pois esta é uma reivindicação da comunidade de Criciúma.

Que ele demonstre, que não fique só inaugurando obra do Governo Federal e fazendo promessas de que as obras do Sul, pois o Governo do Estado quer fazer é uma usina termelétrica que não depende dele: fazer a barragem do rio São Bento, com o dinheiro do Governo Federal e a duplicação da BR-101, também com recursos federais. Essas são as obras declaradas pelo Governador Esperidião Amin como projetos dele para o Sul do Estado!

Eu quero saber qual a obra do Governo do Estado para o Sul! Eu quero saber qual obra que o Governo pretende fazer no Sul! Qual a obra que está em andamento no Sul! Eu não vi obra nenhuma até agora! Esse Governo não disse a que veio!

O Governo precisa, sim, mostrar suas ações e nós, Deputados do Sul, precisamos exigir que ações efetivas do Governo do Estado, e pode começar, que não é muito, com essa da casamata para a cidade de Criciúma, para o Hospital São José, para evitar que essas pessoas venham para Florianópolis, sofrendo com esse tratamento de quimioterapia e radioterapia.

O Sr. Deputado Milton Sander - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Pois não!

O Sr. Deputado Milton Sander - Quero fazer apenas uma pequena correção em relação a forma como o ilustre Deputado Herneus de Nadal se referiu à ineficiência das ações da saúde na região Oeste, especialmente com o Hospital Regional de Chapecó.

Não é verdade no todo, talvez o Deputado não esteja bem informado, mas o Governo anterior que tinha o compromisso de quitar a folha do Hospital Regional, por problemas financeiros atrasou a folha por seis meses. Quando o Governo atual assumiu em janeiro do ano passado, R\$1.200.000,00 de folha de pagamento estavam atrasadas e esses atrasados foram parcelados e hoje estão em dia. O Governo atual está pagando a cada dia 26 a folha de pagamento do Hospital Regional, na importância de R\$374.000,00.

E com as necessidades de especialistas, nós conseguimos com o Governador a contratação de 31 novos, os quais foram sugeridos pela Associação Médica Regional do Oeste. De sorte que, alguma coisa tem sido feita pois o Governador por três vezes visitou o Hospital Regional, e antes me referi a construção da casamata com instalação de equipamentos de radioterapia.

O Deputado Eni Voltolini, Secretário da Saúde, esteve por várias vezes em Chapecó. Portanto, não é só Joinville que tem problemas, mas é verdade que temos muitas dificuldades e faço coro com o que disse o Deputado Herneus de Nadal e com as reclamações que V.Exa. está fazendo em nome do Sul do Estado.

Agora, com relação ao Hospital Regional de Chapecó, do Governo anterior para este Governo mudou da noite para o dia, sejam condições do funcionalismo, seja no atendimento e, especialmente, honrando o pagamento da folha com aquele nosocômio.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Obrigado, Deputado Milton Sander.

Mas fica aqui, então, o nosso desafio para que o Governo, pois já passou mais de 1/3 do seu mandato, comece alguma obra e diga a que veio, por esta diferença de votos, para Santa Catarina. Num projeto do Governo Federal, que não vá o Governo novamente colocar ovos no ninho alheio. Se é do Governo Federal, que o

Governador deixe para o Governo Federal e não diga que é obra dele. Como foi lá nesta semana inaugurar uma obra que não é do Governo do Estado, mas do Governo Federal.

Eu espero que essas obras ocorram, mas que o Governo faça outras e não deixe o dinheiro somente aplicado na Capital, porque nós do interior temos sido discriminados, pois o dinheiro que deve ser aplicado nos Municípios e não só na Capital. Basta ver um levantamento que o Governador fez quando Senador, pois todo o dinheiro que pode trazer para Santa Catarina, trouxe apenas para a Capital.

Agora como Governador ele só aplica o dinheiro na Capital. E nós do interior como ficamos? Os outros 282 Municípios vão ficar como? Não são catarinenses também? Ou é apenas a Capital que merece?

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o Sr. Deputado Francisco de Assis por até cinco minutos, mas com a ausência do PSDB, o horário pertence ao Partido dos Trabalhadores, ficando com sete minutos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Sr. Presidente, Colegas Deputados, na semana passada, tivemos uma audiência com o Governador do Estado sobre o Orçamento Regionalizado.

Foi uma deliberação do Conselho de Representantes do Orçamento Regionalizado do Estado, realizada nesta Casa, quando ficou acertado que marcaríamos esta audiência com o Governador para discutir o Orçamento Regionalizado para o próximo ano, já que as audiências públicas regionais começam no próximo mês.

Vários Parlamentares estiveram presentes, os da Comissão de Finanças e também vários Prefeitos do nosso Estado, principalmente dos pequenos Municípios, e fomos conversar com o Governador para saber da possibilidade de concretização dessa peça fundamental no orçamento do Estado, que é o Orçamento Regionalizado. Um processo democrático, onde a população, participando da audiência, decide o que quer para a sua região, para o seu Município.

Depois de todos os argumentos, um dos nossos propósitos era que ficasse definido um valor mínimo do total do orçamento para investimento em obras decididas através das audiências regionais.

O Governador informou aos presentes que o Estado está quebrado, que não tem dinheiro em outras palavras, mas em resumo é isto, é que não tem dinheiro para investimento. Disse também que não adianta continuarmos com a idéia do Orçamento Regionalizado, até porque não vai ser possível fazer aquilo que ficar definido nestas audiências. Além disso se propôs a participar das audiências públicas regionais deste ano, o Poder Executivo participando com o Poder Legislativo das audiências, coisa que considero louvável, porque na minha opinião o orçamento participativo ou regionalizado só vai funcionar se tiver a participação efetiva do Poder Executivo, caso contrário não vai funcionar. Tem sido assim nas nossas administrações onde é o Poder Executivo que inicia a discussão.

Então partindo deste princípio, Sr. Presidente, quando percebemos que o Governo, além de não ter dinheiro, também não tem vontade de implementar esta prática do orçamento regionalizado, deixo aqui um questionamento, e veja que estamos indo para o quarto ano de Orçamento Regionalizado: quanto que a Assembléia vem gastando para manter a estrutura que tem esta Casa, para manter a coordenação do Orçamento Regionalizado com salas, funcionários, com equipamento, com o deslocamento das pessoas para ir nestes Municípios realizar estas audiências, foram nove no ano passado, para chegar no final deste trabalho e perceber que nada foi feito?

Então o que estou questionando aqui é isso: se adianta continuarmos, Deputado? Se adianta a Assembléia Legislativa, com a melhor das intenções, da boa vontade, persistir ou insistir com a idéia do Orçamento Regionalizado, enquanto não tivermos um Governo que queira de fato descentralizar e democratizar esta ação fazendo com que a população participe?

Então, estou chegando a uma conclusão, com muita clareza, que não adianta em Santa Catarina, com este Governo que está aí, insistirmos nesta prática do Orçamento Regionalizado.

Queria sugerir ao Presidente desta Casa que fosse extinta a prática do Orçamento Regionalizado. Estou propondo aqui que se acabe com o Orçamento Regionalizado, porque não vai ser possível. Mais uma vez vamos estar enganando a população de Santa Catarina e vamos ter que denunciar isto. Vamos estar enganando a população de Santa Catarina nas audiências regionais, porque o Governo do Estado nada vai fazer daquilo que foi definido.

O que quero dizer é que, enquanto for este Governo não adianta a Assembléia Legislativa insistir com a idéia de Orçamento Regionalizado, porque não vai sair nada, nenhuma obra. Isso ficou claro, Deputado Pedro Uczai, na audiência que tivemos com o Governador. Não tem dinheiro! E ele vai participar das audiências públicas regionais para dizer isso: para falar do Orçamento do Estado e dizer que não tem dinheiro.

Esta é a realidade de Santa Catarina, ou seja, na verdade dinheiro tem, o que está em discussão é a prioridade. Não se prioriza esta prática do Orçamento Regionalizado.

Eu estava lendo há pouco numa das manchetes do jornal do interior. "Deputado Gilmar Knaesel, consegue R\$300.000,00 para alguns Municípios." Para Município tal comprar isso, fazer aquilo. E eu estava me questionando: para que Orçamento Regionalizado se o Presidente da nossa Casa está conseguindo dinheiro? Está ali, esqueci de trazer comigo, mas está nos jornais do interior, para dez ou onze Municípios. E outro questionamento: e tem inclusive uma afirmação de V.Exa dizendo que isso também é papel do Parlamentar, não apenas legislar, fazer os projetos, votar, fiscalizar, mas também conseguir verbas para os Prefeitos e Municípios de Santa Catarina.

Será que todos os Deputados, inclusive os da Oposição conseguem isso do Governador? Quer dizer, é uma demonstração de que tem dinheiro. Se um Deputado consegue rapidamente R\$ 300 mil..., R\$ 3 milhões?.. R\$ 3 milhões desculpa.... R\$ 3 milhões, então para que Orçamento Regionalizado? Não precisamos mais de Orçamento Regionalizado.

Então, estou propondo concretamente que esta Casa, são R\$ 300 mil em média porque são dez Municípios, R\$ 300 mil para cada um são R\$ 3 milhões. Estou dizendo isso para justificar o porque desse meu pronunciamento, da minha indignação com essa peça fundamental, uma luta desta Casa, aprovada por unanimidade, por todos os partidos, e se vê na prática que não está funcionando porque não há um poder Executivo que se interesse.

O Sr. Deputado Romildo Titon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Pois não!

O Sr. Deputado Romildo Titon - Deputado Francisco de Assis, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento. A grande preocupação de V.Exa., acredito é de uma grande parte dos Deputados, com a questão do Orçamento Regionalizado. Eu denunciei isto em outras oportunidades. Que não teria mais coragem de ir à reuniões do Orçamento Regionalizado, porque não vinha sendo cumprido nos últimos anos, aquilo que foi levantado como prioridade.

Acho que a Assembléia vai ter a grande oportunidade agora no primeiro dia em que for possível votar a pauta, pois tem um projeto de minha autoria, o Projeto nº 188, que proíbe o que Governo do Estado faça qualquer outro investimento, que assine qualquer outro convênio ou que libere dinheiro, enquanto não se cumprir

aquilo que está fixado no Orçamento Regionalizado; aquilo que foi levantado como prioridade; que foi colocado no Orçamento. A nossa lei proíbe que se faça qualquer outro convênio, qualquer outra liberação até que se cumpra aquelas obras, aqueles investimentos que foram levantados no Orçamento Regionalizado.

Acho que é a grande oportunidade de que a Assembléia valorize a si própria na votação desse meu projeto.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Muito obrigado, Deputado pelo seu aparte. Aqui na Casa, só para manter a estrutura dentro dessa coordenadoria do Orçamento Regionalizado tem disponível uma equipe competente, diga-se por sinal, com nove técnicos, todos com gratificação, além dos cargos de confiança... De um cargo de confiança pelo menos, que está a disposição.

Tudo isso para que, Deputado Pedro Uczai? Para enganarmos a população, para ir até lá fazer discussão bonita com Prefeitos, Vereadores, Líderes comunitários? Fazer essas pessoas humildes, muitas vezes eu tive oportunidade, como V.Exa. também teve no ano passado, de participar dessas audiências e perceber no olhar dessas pessoas que estavam ali achando que estavam decidindo alguma obra para a sua comunidade, para o seu Município, ou para a sua região. Ai vem o Governo, no ano seguinte, faz de conta que aquilo não aconteceu, que aquela audiência não existiu e nada faz.

Então, não estou mais disposto a enganar a população como fizemos no ano passado. Acho que nós brincamos com a população desse Estado.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado, eu concordo com V.Exa. Acho que é preciso estabelecer-se prioridades. Quero cumprimentá-lo pela coragem de V.Exa., que é um Deputado do Partido dos Trabalhadores, um partido que se diz defensor do Orçamento Participativo, do Orçamento Regionalizado, propondo, como V.Exa. acabou de propor, formalmente a extinção.

Eu penso, Deputado Gilmar Knaesel, V.Exa. que foi autor do projeto com o Deputado do PT, acho que ele foi autor do projeto e V.Exa. associou-se ao projeto, deve ter prestado atenção nesta declaração. É importante que se faça uma reflexão sobre isso. Eu o cumprimento pela coragem de, pertencendo ao Partido dos Trabalhadores, propor nesta Tribuna a extinção do Orçamento Regionalizado.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Quero informar que digo isso com muita clareza e com muita convicção, por que não temos, já justifiquei o motivo, não temos em Santa Catarina um Governo que se comprometa a fazer o trabalho que os Deputados estão fazendo através dessas audiências.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Eu acho que o espírito da denúncia, Deputado Francisco de Assis, não é entrar no mérito da importância do Orçamento Regionalizado, porque também da tribuna o defendeu. É a irresponsabilidade do executivo em permitir que esse instrumento seja um instrumento estratégico da destinação dos recursos públicos.

Em segundo lugar Deputado, grande parte da responsabilidade do cumprimento ou não do Orçamento Regionalizado está aqui nesta Casa. No ano passado se deu um cheque em branco para o Governo não cumprir o Orçamento Regionalizado.

Para as obras em Chapecó que não foram construídas no ano passado, foi decidido aqui nesta Casa, foi dado mais um cheque em branco para o Governador aplicar, quem sabe aqui na Via Expressa Sul e não nas obras prioritárias definidas no Orçamento Regionalizado.

E neste ano foi votado no Orçamento Regionalizado.

Vamos votar o projeto do Deputado Romildo Titon, para dizer se esta Casa quer ou não, também, o Orçamento Regionalizado, e não só o Executivo, mas também o Legislativo, eis que foi peça fundamental deste Poder, e por isso temos que legitimá-lo ou não.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Muito obrigado, Sr. Presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Milton Sander - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Milton Sander.

O SR. DEPUTADO MILTON SANDER - Eu queria registrar a presença do nosso grande Prefeito de Vargeão, empresário Anelsi Danielli. Foi até o Presidente do consórcio municipal que administrou o Hospital Regional.

Há pouco fizemos um debate sobre a construção do nosso Centro de Radioterapia, e o Prefeito Danielli foi um dos grandes articuladores para que venha a ser uma realidade em breve, talvez dentro de 90 dias, o Centro de Radioterapia do Oeste, lá no Hospital Regional de Chapecó.

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Sandro Tarzan.

O SR. DEPUTADO SANDRO TARZAN - Sr. Presidente, eu não poderia deixar de parabenizar neste momento e registrar aqui na nossa Casa o aniversário da Rádio Difusora de São Joaquim, que faz 37 anos hoje e que é uma rádio que vem prestando um serviço muito grande ao Município de São Joaquim.

Fica, portanto, registrado o aniversário da Rádio Difusora de São Joaquim.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Feitos os encaminhamentos, especialmente o registro do aniversário da Rádio Difusora de São Joaquim, da mesma forma, o da presença do nosso Prefeito de Vargeão, nosso particular amigo, ao qual desejamos que se sinta muito à vontade em nossa Casa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

(Pausa)

Não havendo interesse dos integrantes do PFL, os próximos minutos estão destinados ao PPB.

Com a palavra o Sr. Deputado Ivan Ranzolin, por até 18 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Sr. Presidente e Srs. Deputados, desejo fazer um registro sobre um pronunciamento que fizemos há poucos dias a respeito do encaminhamento do contrato dos precatórios, que o Governador do Estado deixou de assinar.

Agora, recentemente, uma ação está tramitando na Justiça Federal de Santa Catarina, subscrita por três Procuradores. Nesta ação, estes Procuradores consideram, por todos os documentos, os títulos que estão sendo objeto de negociação com o Banco Central, o Ministério da Fazenda e os credores, títulos viciados e nulos de pleno de direito.

Por isso, apenas desejo fazer esse registro, porque a tese que defendemos nesta Casa é que os títulos são viciados. E na oportunidade o Ministério Público, a Procuradoria que subscreve, considera os títulos absolutamente falsos.

É lógico que isso depende de um julgamento, de uma decisão, mas é mais uma ação que se promove com relação a esses títulos, porque Santa Catarina não pode pagar 581 milhões por títulos que agora são considerados moeda falsa.

O que me traz à tribuna também, Sr. Presidente, é mais uma vez a reclamação do consumidor usuário dos telefones em Santa Catarina.

A Telesc foi convidada várias vezes para vir à Assembléia Legislativa para responder a uma série de indagações feitas por Parlamentares desta Casa a respeito do fechamento de escritórios no Estado, a respeito do desvio para outros Estados das decisões que prejudicam sobremaneira o recolhimento de ICMS em Santa Catarina.

A Telesc já esteve aqui apresentando a aplicação de investimentos e continua abusando do consumidor catarinense. Agora, Sr. Presidente, todas as ligações locais, que são feitas para telefones que não sejam comuns, os celulares, paga-se como se fossem interurbanos. Se V.Exas. verificarem as faturas das contas telefônicas que chegam às suas casas, especialmente do telefone comum - não dos celulares, porque eu não fiz esta pesquisa -, é um verdadeiro absurdo.

Outra questão que quero levantar é com relação aos impulsos telefônicos. Como se sabe, um certo número de impulsos com ligações locais são isentos de pagamento. Contudo, em cada fatura aparece um número assustador de impulsos, sem nenhuma comprovação, chega-se a pagar dez, doze, quinze, depende da fatura.

Na realidade, Srs. Deputados, é um verdadeiro abuso ao consumidor, porque, vamos dizer, se colocarem lá 120 impulsos, vem na fatura R\$7,00, R\$8,00, R\$10,00. Individualmente, ninguém vai querer se incomodar e ir à Justiça por causa de R\$8,00 ou R\$10,00, ou perder um precioso tempo para ir à Telesc fazer a sua reclamação.

Então, é realmente uma prática muito inteligente. Como tem cerca de um milhão de telefones espalhados pelo território catarinense, então, se forem aplicados R\$7,00, R\$8,00 ou R\$10,00 ao consumidor numa fatura, isso implica dizer que a empresa terá sete ou oito milhões.

Eu fiz um estudo das faturas que eu pago, das inúmeras reclamações que tenho recebido da cidade de Chapecó, da minha cidade de Lages, de todos os lugares que recebo cartas e fui o primeiro a fazer a convocação para a Telesc comparecer na Assembléia Legislativa, no final da Legislatura passada, logo que foi feita a privatização.

É um verdadeiro abuso, Srs. Deputados, e compete a esta Casa a fiscalização, porque se trata da economia popular catarinense. E o mais grave: tudo está sendo transferido, e dentro de poucos dias o ICMS vai ser pago no Acre, ou em outro lugar, e Santa Catarina vai ficar a ver navios.

O Sr. Deputado Heitor Sché - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Pois não!

O Sr. Deputado Heitor Sché - V.Exa. traz um assunto deveras importante a esta Casa, porque nós, no serviço da Telesc, servimos de exemplo até para o Brasil. Após a privatização, é um absurdo o que vem se verificando. Com relação ao problema das contas, não há controle algum, e não adianta reclamar, porque isso aconteceu também comigo, eis que fui lá reclamar, e eles não tomaram conhecimento.

Veio aqui uma comissão da Tim Celular da Telesc, não sei quais foram as pessoas que aqui compareceram, mas prestaram informações dizendo que a pessoa que fosse lesada deveria reclamar, porque eles iriam corrigir. Eles não corrigem nada, cobram um preço absurdo, cobram contas atrasadas, é um descontrole total. E nós, os usuários, o povo, é que estamos sofrendo com esta situação.

Espero que esta Casa sugira alguma medida para que a Assembléia possa intervir nessas empresas que agora estão tocando a Telesc, para que tenhamos onde reclamar ou uma maneira de resolver esse assunto. Por isso, quero dizer que foi uma desgraça a privatização da Telesc; realmente o funcionamento é esse que V.Exa. está falando, eis que já está devidamente comprovado.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Eu agradeço o aparte de V.Exa. E este assunto, Sr. Deputado, tem que ser cuidado pela Assembléia Legislativa, porque estamos sendo pessoalmente lesados, aliás, o povo de uma maneira geral. E vemos nas televisões do Brasil uma propaganda intensa, caríssima, paga pelo consumidor. É a propaganda do 14, do 21, do 23, e Santa Catarina se utiliza mais do primeiro número, que é originário da Telesc.

Contudo, temos realmente que tomar medidas para esclarecer à comunidade, porque existe concorrência, e a Assembléia Legislativa tem que fazer uma contestação veemente e uma contra-ofensiva, eis que estamos vendo que o consumidor está sendo lesado. Então, temos que alertar o consumidor. O consumidor tem que ser respeitado, o código do consumidor está aí para ser respeitado.

A Telesc está desrespeitando, porque não dá esclarecimento, não prova aquilo que cobra; nós pagamos sem ter o comprovante. Apenas vem a fatura: se foi feito telefonema ou não, se não pagar, eles cortam o telefone. Essa é uma forma ditatorial que está sendo exercida contra o consumidor.

O Sr. Deputado João Rosa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Pois não!

O Sr. Deputado João Rosa - Agradeço, Deputado Ivan Ranzolin. V.Exa. já mencionou no seu pronunciamento a questão das faturas e das cobranças ilícitas, exageradas, a que o usuário de Santa Catarina tem sido submetido. Mas eu quero mudar um pouquinho o eixo da conversa para lembrar a questão do atendimento.

Quando a Telesc era nossa, tínhamos o prazer e a satisfação de ligar para a Telesc pedindo informação e ser muito bem atendido. E hoje notamos uma diferença para menos no atendimento. São grosseiras as pessoas que atendem, são mal educadas, são mal humoradas e além disso, geralmente, via de regra, não têm condições técnicas de fornecer a informação. Quer dizer, acabamos perdendo a nossa grande Telesc e hoje temos uma Telesc que tem atendido, em todos os sentidos, de forma menos prestativa e com menor qualidade do que a nossa antiga Telesc.

Deputado, para encerrar, eu gostaria de dizer que com relação à propaganda da Telesc, o que eu mais gosto é o número 14.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Eu agradeço o aparte de V.Exa. e vejo através dos apartes que o assunto realmente é da maior importância, diz respeito à defesa do consumidor, e eu acho que a Assembléia Legislativa tem que tomar decisões convocando a Telesc novamente, esclarecendo à opinião pública, indo à imprensa, para que haja uma mobilização forte no sentido de termos a proteção do consumidor, a nossa proteção. Não é possível ficarmos calados diante de tanto abuso e de tanta irresponsabilidade.

O Sr. Deputado Lício Silveira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Pois não!

O Sr. Deputado Lício Silveira - É oportuno voltar a este assunto, Deputado, porque aquela audiência pública que foi feita aqui com a Telesc teve como única coisa positiva, no meu entender, uma nota oficial da Telesc na imprensa, a qual não está sendo aplicada pela empresa.

Além desse ato lesivo nas contas que foi falado naquela ocasião, além das demissões em massa, além do fechamento das filiais, porque agora eles só atendem através de centrais de telefone, além desses aspectos todos, tem também o péssimo atendimento no setor operacional.

Além disso, Sr. Deputado, eu fiz uma colocação por escrito para um dos Diretores da Telesc sobre um telefone, e ele prestimosamente me ligou e disse: vai ser atendido até sexta-feira, Deputado, fique tranquilo. Ligou-me não sei de onde porque a ligação na bina mostra Curitiba ou São Paulo. Até sexta-feira vai ser atendido, disse-me ele. Mas até a semana retrasada não estava atendido. E a sexta-feira à qual ele se referiu faz mais de dois meses.

Isso foi palavra de um Diretor! Quer dizer, o setor operacional é totalmente inadequado. Além disso, o mais grave é o atendimento na área rural, porque não estão fazendo nada! Nada mesmo!

Então, essa privatização foi feita inadequadamente, porque até os recursos estão sendo aplicados em outros Estados. Sendo assim, isto aí não trouxe benefício nenhum para o Estado, pelo contrário, além do ato lesivo e do péssimo atendimento em todos os sentidos.

Agora, chamá-los aqui para uma nova audiência, não irá resolver. O que temos de fazer é elaborar um documento, bem preparado, entregá-lo oficialmente, ou convocá-los através de uma comissão específica, a fim de que realmente assumam uma postura adequada através de um cronograma de atividades físico-financeiras, para que tenhamos um controle mais eficaz em cima dessa empresa. Mas ficar como está não é possível.

Não adianta chamarmos o pessoal aqui, eis que ficam ali em cima, e cada Deputado tem apenas três minutos para falar. Então, é feita uma pergunta, que não têm condições de responder, encerra-se a sessão, e não temos um produto adequado.

Tanto que a minha proposição que aqui foi aprovada, qual seja, de convocá-los para a Comissão de Serviços Públicos - que é específica e poderia cuidar deste aspecto -, hoje não se efetivou.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Nobre Deputado, V.Exa. fez uma referência muito importante. Eles vêm aqui, trazem gráficos, números, dizendo que foram aplicados dois milhões não sei onde, e não temos o poder de contestar, porque a obrigação contratual é de fazer investimentos.

Na realidade não podemos deixar passar tudo isto em brancas nuvens. A Assembléia não pode se omitir. Temos que fazer um estudo ou com a Comissão de Serviços Públicos ou com a Comissão de Justiça, para não termos que criar mais uma comissão externa, mas, sim, adequarmos a questão a uma Comissão Permanente desta Casa.

Temos que ir às ruas, à imprensa, para mostrar a realidade e fazer a comparação das faturas, porque temos as do ano passado, do ano retrasado, então, devemos compará-las e mostrar que o povo está sendo lesado.

Eles fazem tudo isso, mas o povo brasileiro aceita tudo, o povo brasileiro não reclama, é pacífico, não se organiza para reclamar e produzir sua autodefesa contra os abusos.

Vejam o abuso no preço dos remédios, o abuso na venda de remédios com farinha, e os laboratórios não foram fechados.

Temos de reagir de acordo com a nossa representatividade, mesmo porque o pessoal comprou as empresas de telecomunicações, a maioria, com recursos do BNDS, do povo. Compraram fazendo empréstimos gigantescos e estão aí sem fazer aplicações dos recursos próprios das multinacionais. Usaram nossos recursos e hoje estão praticando verdadeiros abusos contra o consumidor.

Por isso acho que este Poder tem que tomar iniciativas fortes, mostrando mais uma vez que estamos aqui no interesse da população, em defesa do consumidor.

Cada fatura tem tido um aumento de 8%, 10%, 12%, 15%, mas no volume geral é uma barbaridade o lucro que esta empresa tem de serviço não prestado.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Nobre Deputado, desejo cumprimentá-lo pelo pronunciamento que fez.

Desejo contribuir enfocando mais uma vez a baixa qualidade dos serviços. Na segunda-feira, praticamente o dia todo, os telefones convencionais não funcionavam. Não conseguimos receber nem originar chamadas.

A telefonia celular está deixando muito a desejar. Não há sinal, as ligações não completam. Ontem pela manhã não conseguia completar uma ligação do meu telefone celular, e alguém da Tim captou a ligação e

disse que meu telefone estava bloqueado por falta de pagamento. Mas as contas telefônicas foram descontadas da nossa cota de gabinete, elas foram pagas pela Assembléia. As faturas, todas as faturas que tinham sido encaminhadas, até porque elas são encaminhadas diretamente para a Casa e debitadas da nossa conta de gabinete, estavam rigorosamente pagas, todas recebidas, porque a nossa diretoria financeira tem sido muito zelosa. Mas fui checar, e depois me ligaram dizendo que era um engano!

Fiquei a manhã toda sem poder originar chamadas e depois me ligaram pedindo desculpas, dizendo que era um engano e que, efetivamente, a Casa havia procedido a todos os pagamentos.

Então, não é possível que isso continue acontecendo. É preciso, Deputado Ivan Ranzolin, que esta Casa se posicione firmemente.

Por isso quero cumprimentar V.Exa.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Para encerrar, Srs. Deputados, o celular tem o seguinte detalhe: aciona-se o celular, começa-se a falar e cai a ligação; começa-se a falar de novo e cai a ligação pela segunda vez. Isso é um esquema como se fosse um taxímetro de um carro! O senhor anda um pouco, zera o taxímetro, e ele volta!

Por que isso acontece? Todos têm esse problema! Cai a ligação! Ai, quando vem a fatura do telefone celular, não é uma ligação, Deputado Reno Caramori, são três, porque V.Exa. renovou a ligação.

Ontem eu fiz quatro ligações. Caía! Começava a falar, caía! Começava a falar, caía! E tem de religar!

Então, isso é bandeirada! Isso é bandeirada. Quando vem a fatura, eu vejo que fiz uma ligação para falar com um determinado cidadão, falei dois minutos, mas ali aparecem dois minutos mais dois minutos. Paga-se quatro vezes, porque é uma nova ligação quando cai. E está caindo sistematicamente. Por que está caindo sistematicamente? Eu não sei. Eu não vou fazer injustiça. Se é uma coisa programada, eu não sei. Mas se não for programada, é falta de investimento, é falta de serviço, é falta do bom serviço.

O Sr. Deputado Francisco de Assis - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Pois não!

O Sr. Deputado Francisco de Assis - Em primeiro lugar quero parabenizá-lo pela matéria, pelo assunto que V.Exa. trata.

Neste momento está acontecendo na Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor um debate justamente sobre esse tema, a questão da telefonia em Santa Catarina, os serviços prestados ou deixados de ser prestados à sociedade catarinense.

A reclamação é geral. Em Joinville não é diferente, em todo o Estado não é diferente, dando uma demonstração de que ao contrário do que se prega, de que com a privatização tudo melhora, nada disso é verdadeiro, tanto que esse exemplo de Santa Catarina existe em outros Estados da Federação.

Então, parabéns pelo seu pronunciamento e gostaria de dizer que estamos de pleno acordo. Temos de tomar alguma medida, e esta Casa tem a responsabilidade também de mudar essa realidade.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Eu fico satisfeito em saber e quero participar desses debates, porque eu acho que o certo é uma Comissão tratar disso.

O Sr. Deputado Francisco de Assis - Está acontecendo neste momento!

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Eu quero receber uma comunicação dos dias em que tiver reunião, para estabelecermos uma estratégia de ação que alcance todo o Estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Pois não!

O SR. Deputado Ronaldo Benedet - Deputado Ivan Ranzolin, a sua preocupação é a preocupação dos Deputados.

Parabéns pela sua colocação.

Está ainda em reunião a Comissão. A Telesc está pela 10ª vez nesta Casa, para uma série de providências. Está lá prestando depoimento na Comissão de Defesa do Consumidor.

O Ministério Público junto com a Comissão de Defesa do Consumidor (no ano passado eu fui Presidente) já têm uma série de medidas. Eles até, no ano passado, fizeram a devolução, exigimos a devolução daquele seguro, o qual foi tirado de todas as contas telefônicas.

Agora, o Ministério Público nos confirmou que a Telesc estará devolvendo R\$400 mil de cobrança indevida de seguro telefônico.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Talvez R\$400 milhões seja o lucro que eles obtiveram.

Eu não sabia que estava acontecendo essa reunião da Comissão, mas na realidade eu acho que essa Comissão tem de marcar em cima, porque eles vêm aqui, trazem uma notícia e depois as coisas continuam acontecendo do mesmo jeito.

Por isso, eu acho que a Assembléia Legislativa tem o dever de dar prioridade no atendimento ao consumidor, como está acontecendo.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Pois não!

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Deputado Ivan Ranzolin, também quero cumprimentar V.Exa. por trazer à baila este assunto que diz respeito ao dia-a-dia de grande parcela da população catarinense.

Na verdade, o que se verifica com a privatização da Telesc é que todo o discurso pró-privatização não se confirmou no caso Telesc. O barateamento de custo não se verificou, a qualidade de serviço muito pelo contrário, o emprego se perdeu. Então, Santa Catarina só teve prejuízos com a privatização da Telesc; só quem ganhou foi ela, porque as tarifas passaram a aumentar e a qualidade de serviço piora cada vez mais.

E o que é pior: a empresa foi toda para o Paraná, e o imposto que era recolhido em Santa Catarina também. Estive dias atrás na Receita Federal e constatei que já há uma diminuição da participação do Estado de Santa Catarina na arrecadação de tributos federais, tendo em vista a evasão da Telesc e de outras empresas que estão recolhendo, por exemplo, à Telesc no Paraná.

Esses fatos aconteceram e são lamentáveis. Agora, o que não podemos deixar passar barato é essa questão da descondição ao consumidor, eis que são contas cobradas em duplicata, é o mau serviço, são escritórios fechando.

Nós temos de ter esta postura, como V.Exa. está fazendo agora, de criticar, de ir em cima e de mostrar que não podemos permitir que seja feito tanto descaso à população como está acontecendo por parte da Telesc.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - E acionar, Deputado, o Ministério Público é o mais importante, porque tem o dever de defesa da sociedade, da cidadania e deve estar presente para acionar a Justiça, porque toda Santa Catarina saberia que estão acionados para devolver o que receberam indevidamente.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Também há uma coordenadoria de defesa do consumidor muito ativa no âmbito do Ministério Público, e é por aí que as coisas têm de ser encaminhadas. Não podemos permitir a impunidade a quem recebe o dinheiro fácil e não dá contrapartida em termos de serviço de qualidade.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Agradeço o aparte de V.Exa., nobre Deputado.

O Sr. Deputado Milton Sander - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Pois não!

O Sr. Deputado Milton Sander - Nesta mesma linha, Deputado Ivan Ranzolin, quero trazer uma reclamação mais contundente da minha região.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Recebi cartas também da sua região, a região de Chapecó.

O Sr. Deputado Milton Sander - Chapecó, que tinha uma sede regional, foi fechada e não há mais funcionário para dar uma orientação, para receber reclamação, e o 106, que é tido como a salvação das reclamações, quando não está congestionado, não tem ninguém para atender.

Acho que a Assembléia Legislativa com este assunto que V.Exa. tão oportunamente está levantando deve tomar providência no âmbito das autoridades federais, já que se trata de uma concessão federal, através do Ministério das Comunicações, para que eles cumpram o contrato de melhoria no atendimento, porque na minha cidade piorou.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - É verdade, piorou em todo o Estado de Santa Catarina, e este é o depoimento que colhemos de todos.

O Sr. Deputado Paulinho Bornhausen - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Pois não!

O Sr. Deputado Paulinho Bornhausen - Escutei com atenção, Deputado, o seu pronunciamento e concordo, não em todo mas em parte, com relação à questão principalmente do atendimento, porque acredito que houve uma queda exagerada em relação ao padrão de qualidade da Telesc.

Ontem, corroborando com o que V.Exa. fala, conversei com o Presidente da Anatel e solicitei que mandasse uma força-tarefa a Santa Catarina, para que esta se instalasse no escritório que não vem atendendo aqui a população e pudesse nos próximos 60 ou 90 dias levantar uma situação que poderá, por alguns números que foram passados, ter chegado a mais de 800 mil contas com erro, a partir de Brasília, onde foram emitidas pela Brasil Telecom.

Fiz isto com muita tranquilidade, Sr. Deputado, porque V.Exa. sabe que sou Conselheiro Consultivo da Anatel, não é Conselho Diretor, é Consultivo. Portanto, fiz a minha parte, mas acho que a Assembléia Legislativa deve se manifestar. Precisamos cobrar as metas que a Anatel tem com relação à Telesc, tanto de qualidade na área de serviço como também na implantação de novos ramos.

Quero também dar a boa notícia de que ontem o Conselho Diretor da Anatel já indicou ao Sr. Governador a forma de permitir que a Telesc se transforme em Telesc Telecom e, com a nova operadora espelho, possa operar em todas as suas agências em Santa Catarina com telefonia.

Portanto, valorizará a empresa catarinense e também terá uma concorrência à altura da Telesc, que, se não melhorar, vai perder os seus clientes, aqueles que como nós estão sofrendo.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Tem muita gente trabalhando, tem Deputado trabalhando, só que nós temos que fazer um trabalho conjunto com a Comissão de Defesa do Consumidor, porque aí vamos prestar um bom serviço à comunidade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Passaremos à Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Milton Sander - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Milton Sander.

O SR. DEPUTADO MILTON SANDER - Sr. Presidente, a nossa Casa recebe hoje a visita ilustre de dois jovens da minha cidade o Dr. Américo Nascimento Júnior e o Dr. Sérgio Biondo, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, do PPB jovem.

Eles fizeram uma festa de posse no último sábado, com mais de 300 jovens participantes, e já estão aqui em Florianópolis preparando a recepção para uma grande comitiva de jovens do PPB que estarão na nossa convenção no próximo sábado. Eles serão os jovens do futuro, os nossos sucessores, os representantes políticos da nossa região, que vieram aqui conhecer a Casa e querem agradecer, por meu intermédio, a recepção que todos os departamentos da Casa ofereceram a eles, abrindo as portas, dando todas as informações.

Então, quero registrar a presença do Sérgio Biondo e do Américo Nascimento Júnior, Presidente e Vice-Presidente do PPB jovem de Chapecó.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - A Presidência, também em nome dos demais Deputados desta Casa, sente-se honrada com a presença das pessoas do Município de Chapecó, que fazem parte do PPB jovem daquele Município e também do diretório estadual.

Solicito ao Deputado Lício Silveira que faça a chamada dos Srs. Deputados para registro de presença.

Ainda solicito à assessoria que faça contato urgente com a Comissão de Direitos Humanos, para que neste momento suspenda seus trabalhos para que os Deputados possam comparecer ao Plenário para participar da Ordem do Dia.

A Presidência justifica a ausência do Deputado Nelson Goetten, que está a serviço da Comissão Parlamentar Externa, CPE dos Combustíveis; do Deputado Narcizo Parisotto, que está com compromissos pessoais no Oeste de Santa Catarina; do Deputado Neodi Saretta, que está representando, juntamente com o Deputado Moacir Sopelsa, a Assembléia Legislativa no Município de Concórdia, onde houve um convite formal a este Poder para participar da posse da nova Associação Comercial Industrial; também do Deputado Manoel Mota, que está em Brasília, acompanhando audiência pública no Ministério dos Transportes, ainda sobre o movimento dos caminhoneiros, também representando o Poder neste dia; ainda temos a justificativa de ausência do Deputado Volnei Morastoni e do Deputado Nilson Gonçalves, que estão em tratamento médico.

(Procede-se à chamada dos Srs. Deputados.)

A Presidência consulta se algum dos Deputados presentes não respondeu à chamada.

(Pausa)

Estão presentes 29 Srs. Deputados, há *quorum* para deliberação.

O Sr. Deputado Heitor Sché - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Heitor Sché.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHÉ - Sr. Presidente, tendo em vista que a Comissão de Constituição e Justiça reuniu-se ontem para tratar do assunto referente à BR-470 e por ser de grande interesse da Região do Alto Vale do Itajaí, eu gostaria de solicitar a V.Exa., caso possível, a informação da decisão da Comissão de Constituição e Justiça com referência ao assunto.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gelson Sorgato.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Sr. Presidente, como não estamos ainda em processo de votação, gostaríamos de fazer o registro da presença do Presidente da Câmara Municipal de Xaxim, Vereador e também Presidente do PMDB, Dr. Armando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Esta Presidência também, em nome dos demais Deputados, registra a presença do Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Xaxim, desejando que ele se sinta à vontade entre nós.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem a Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente, quero registrar a minha presença, pois eu não estava na hora da chamada.

Nós temos um requerimento já protocolado desde terça-feira, solicitando a inclusão na Ordem do Dia dos decretos legislativos de minha autoria, relativos às concessões. V.Exa. ficou de dar uma posição. Regimentalmente todos os prazos estão esgotados, venceram na sessão de ontem. Deveria estar na pauta de ontem à tarde. Não só não está na pauta de ontem à tarde, como também não está na pauta de hoje de manhã. Eu gostaria, então, que fossem explicitados os motivos, por favor.

O Sr. Deputado Jaime Mantelli - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra o Deputado Jaime Mantelli.

O SR. DEPUTADO JAIME MANTELLI - Sr. Presidente, nós estamos vivendo no momento uma questão regimental extremamente complexa, porque o Regimento vigente ordena dias e horários do funcionamento regular, normal, das Comissões Permanentes desta Casa. Este horário, 11h, quinta-feira, é horário de funcionamento da Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa.

Ocorre que este calendário especial acordado e colocado em prática pela Mesa da Assembléia não levou em conta dispositivos regimentais e criou uma situação um tanto quanto complexa. A Comissão precisa se encaminhar e organizar-se de acordo com o que é regimental, e agora temos uma questão colocada, porque o Regimento impede que as Comissões se reúnam paralelamente à Ordem do Dia das sessões plenárias.

Ficamos, então, atrelados a esse acordo feito, que não levou em conta a questão regimental. Então, nós, como Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, pedimos uma orientação desta Presidência, em função de termos a reunião marcada ordinariamente e que em função de estar também ocorrendo sessão plenária e também coincidentemente é a Ordem do Dia, não se pode realizar a reunião com base regimental da Comissão. Então, temos dificuldade aí para sair desse impasse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Primeiro, o encaminhamento solicitado pelo Deputado Heitor Sché, pela ordem, que gostaria de ter conhecimento do decidido pela Comissão de Constituição e Justiça.

A Presidência, primeiro, dá conhecimento ao Plenário que a Comissão de Constituição e Justiça emitiu o seguinte parecer, que foi aprovado por unanimidade pelos Deputados presentes na reunião extraordinária no dia de ontem, referente aos Ofícios nºs 02 e 04/00 do Tribunal de Contas do Estado:

A decisão da Comissão de Justiça foi no sentido de que as matérias sejam encaminhadas ao Chefe do Poder Executivo, na pessoa do Governador do Estado, para as providências necessárias quanto ao requisitado no processo. Portanto, conferindo-lhes o prazo regimental. Essa foi a decisão da Comissão de Constituição e Justiça no dia de ontem, aprovada por unanimidade, que a Presidência dá conhecimento ao Plenário.

Comunicamos ainda que no dia de hoje a Presidência fará os ofícios de encaminhamento ao Tribunal de Contas, comunicando a decisão da Comissão de Constituição e Justiça, e também ao Governador do Estado, remetendo a decisão tomada pela Comissão.

Portanto, este é o encaminhamento, o último, da Comissão de Constituição e Justiça.

Quanto aos projetos de decreto legislativo da Deputada Ideli Salvatti, foram aprovados na Comissão, com o parecer do Deputado Ivan Ranzolin, que apensou os dois decretos legislativos ao processo, da mesma forma um requerimento de autoria da Bancada do PMDB. E a decisão, na época, naquele instante, tomada pela Comissão foi de encaminhar ao Tribunal de Contas o processo, incluindo os projetos de decreto legislativo e o requerimento de origem da Bancada do PMDB.

Posteriormente, houve uma nova decisão da Comissão de Constituição e Justiça, no dia de ontem, portanto, entende a Presidência que a decisão válida, encaminhada pela Comissão de Constituição e Justiça, é a última tomada, deliberada. Sendo assim, os decretos legislativos de V.Exa., salvo melhor juízo, estão prejudicados neste momento.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, a Sra. Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente, a primeira solicitação que quero fazer a V.Exa. é que V.Exa. me faça a leitura regimental de convocação extraordinária de Comissões. O que estabelece o Regimento da Casa?

É uma questão de ordem, eu quero que V.Exa. faça a leitura!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Será feita, Deputada! Eu só peço tempo...

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Tempo para se localizar. Tudo bem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Para poder me localizar aqui, junto com a nossa assessoria.

V.Exa. está um pouco nervosa?

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Não! Eu estou muito calma, Presidente! Muito calma. Talvez, um pouco aborrecida, isso, sim, mas estou muito calma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Na sessão VII, do nosso Regimento Interno, Das Reuniões, no art. 54, § 4º, as reuniões extraordinárias das Comissões serão convocadas pela respectiva Presidência, de ofício ou por requerimento de, no mínimo, um terço de seus membros. No dia de ontem, por solicitação do Presidente, Deputado Onofre Santo Agostini, em Plenário, foi convocada a reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - V.Exa. pode ler o § 5º, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Deputada Ideli Salvatti, a Presidência já respondeu à sua questão de ordem, e se V.Exa. quiser mais algum esclarecimento, poderá fazer na próxima sessão.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Não, Sr. Presidente, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - A questão de ordem está respondida, Sra. Deputada!

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Não está respondida, Presidente, V.Exa. sabe que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Está respondida pela Presidência, a convocação foi feita!

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - V.Exa. não pode responder, porque o parágrafo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Foi feito o requerimento, e o Presidente já respondeu.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Pode me deixar falar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Não, neste momento está cortada a sua questão de ordem, a qual já foi respondida!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peça a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Não dá para entendermos, Presidente, eles pedem a votação, porque estava na hora, é o último dia, V.Exa., Deputada, sempre teve este critério, quando se...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) (Faz soar a campainha) - Continua com a palavra pela ordem o Sr. Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Só a hora que eu tiver a garantia de falar, Deputada.

Sr. Presidente, por solicitação, a Deputada Ideli Salvatti, por escrito, pediu a votação dos decretos legislativos. O último dia para a votação foi ontem.

Sr. Presidente, nós temos que por ordem nesta Casa, isso aqui não é casa da mãe Joana, que levamos no grito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - O microfone da Deputada já está cortado, quem está com a palavra é V.Exa., o que a Deputada Ideli Salvatti está falando não tem registro nenhum, nem taquigrafia, nem na ata da Casa. Quem está com a palavra é V.Exa., Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Portanto, Sr. Presidente, eu entendo, e depois é costume, é praxe, toda vez acontece isso. Eu invoco o testemunho de todos os Deputados, quando precisa ter votação urgente da matéria, convoca-se os Deputados na hora, e leva-se lá. Eu ainda fiz por escrito, solicitei ao Presidente em exercício, Deputado Heitor Sché, que fez a convocação para às 14h17min, convocando para às 14h30min. Agora, eu não tenho culpa se a Deputada não estava presente.

E por uma questão de gentileza e delicadeza com os assessores da Deputada, eis que eles me solicitaram que eu não votasse sem que a Deputada chegasse, esperei aproximadamente meia hora, até que a Deputada chegasse. Chegou, discuti, ficou mais de meia hora discutindo. E depois diz que não estava presente, por isso não votava?!

Portanto, estamos aqui chovendo no molhado. É decisão, só tem uma saída, se a Deputada achar que está errado, existem os caminhos legais para anular a sessão. Agora, não é no grito que vai anular a sessão, Sra. Deputada! Houve uma sessão, por unanimidade, com abstenção da Deputada e com a abstenção do Deputado Ivan Ranzolin!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - O assunto está encerrado.

Pauta de hoje: votações.

(A Deputada Ideli Salvatti fala fora do microfone.)

Se for para o mesmo assunto, o assunto está encerrado.

Pela ordem, para outro assunto, tudo bem, porque este assunto está encerrado.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, a Sra. Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - V.Exa. fez a comunicação da decisão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Sobre este assunto está encerrado, Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Presidente, V.Exa. fez a comunicação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Se for sobre este assunto, eu gostaria que cortassem os microfones da Deputada.

É outro encaminhamento? Então, está com a palavra.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - É outra questão. É uma questão de fundo, Presidente. É uma questão de fundo.

Esta Assembléia Legislativa tem respeito ao que aprova com as suas regras ou não? Tem ou não? Esta é a questão de ordem. Tem respeito pelas regras ou não? Esta é a questão!

V.Exa. cortou o meu microfone, mas eu fiz a leitura do que está escrito no Regimento Interno. V.Exa. fez a leitura parcial de um parecer aprovado pela Comissão.

No meu requerimento está até mesmo explicitado o texto aprovado pela Comissão de Justiça, que garante a vinda dos meus decretos ao Plenário. V.Exa. apenas leu o que lhe interessava: apensar aos ofícios.

Acontece que o parecer do Deputado Ivan Ranzolin, no último parágrafo, diz textualmente: encerrado, esgotado o prazo de tramitação dos ofícios, os decretos estão admitidos pela Comissão, admitidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Deputada Ideli Salvatti, V.Exa. está...

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Então, eu quero só saber... A minha questão de ordem é: vale ou não vale isso aqui? Porque se não vale, eu vou entrar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - V.Exa. também está querendo rasgar? Ao que V.Exa. está querendo se apegar agora?

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Por que eu quero rasgar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Sra. Deputada, de acordo com o Regimento Interno, o Deputado que quiser comentar, criticar, a decisão do Presidente ou contra ele protestar, poderá fazê-lo na sessão seguinte, tendo preferência para o uso da palavra durante 10 minutos na hora do pequeno expediente.

Portanto esse assunto está encerrado, já está encaminhado e já está decidido.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Presidente, a questão de ordem que eu fiz é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - V.Exa. retomou o mesmo assunto. Está encerrado!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Presidente, no parecer do ilustre Deputado Ivan Ranzolin...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Deputado Onofre Santo Agostini, este assunto está encerrado.

A Presidência vai iniciar a Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 045/00.

Primeiramente a Presidência consulta...

O Sr. Deputado Jaime Mantelli - Pela ordem, para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o Sr. Deputado Jaime Mantelli.

O SR. DEPUTADO JAIME MANTELLI - Eu retomo a questão de ordem em função da coincidência regimental que define o horário e dia da reunião de Comissões Permanentes com o calendário especial, a qual nos traz o choque com a Ordem do Dia da sessão plenária. Qual é o encaminhamento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - O Deputado Jaime Mantelli levanta questão de ordem sobre a coincidência de horários das reuniões das Comissões Permanentes com o horário de Plenário.

Foi aprovado no Plenário um calendário especial que foi encaminhado através da Mesa, através de sugestão do Deputado Neodi Saretta, que foi aprovado em Plenário.

Portanto, neste momento o que prevalece para as sessões ordinárias é o calendário especial.

Sendo assim, é necessária uma adaptação do horário das reuniões das Comissões Permanentes.

Apesar de já estar previsto no nosso Regimento Interno, nós fazemos encaminhamento para os Presidentes das Comissões Permanentes para que façam uma reunião e procurem um encaminhamento para que os horários, principalmente nos momentos da Ordem do dia, não sejam coincidentes.

É necessária uma compreensão para esse calendário especial que foi o desejo de todos os Srs. Deputados.

Portanto, precisamos achar o melhor encaminhamento para o funcionamento das Comissões Permanentes.

V.Exa. está com toda a razão quando levanta esta questão, principalmente na questão da coincidência no momento da Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO JAIME MANTELLI - Nós queremos manifestar, como Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, o nosso discordar do encaminhamento formulado que culminou com o calendário especial à medida que o Plenário é, sem dúvida nenhuma, o máximo fiscalizador do cumprimento do Regimento Interno. Ele não pode encaminhar acordos que extrapolem aquilo que é regimental.

E dentro deste quatro, a proposta do calendário especial, como esbarra em questões regimentais bem definidas, não deveria ter sido encaminhada. Não participei da votação, sou contrário a tudo aquilo que afronta o Regimento Interno.

Entendemos que a proposta apresentada para a elaboração do calendário especial, por ser anti-regimental, por bater de frente em várias questões, ela deveria ter sido tratada como tal e não ser referendada pelo Plenário, porque não podemos deliberar além do Regimento Interno, mas, sim, até o Regimento Interno e ser, repito, o maior fiscalizador do seu cumprimento, o que infelizmente não tem acontecido.

A Comissão de Fiscalização e Controle tem alguns encaminhamentos formulados em respeito ao Regimento Interno que acabam sendo prejudicados terrivelmente, porque vai ter que rediscutir com pessoas convocadas para participar da Comissão de Fiscalização e Controle em deliberações importantíssimas, vai ter que rediscutir horários extraordinários e vai simplesmente ter que esquecer que o Regimento Interno existe.

É uma situação extremamente delicada, que bate de frente, desarruma o trabalho que se pretende fazer, e nós ficamos então de mãos amarradas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Deputado Jaime Mantelli, este calendário especial foi sugerido por vários Deputados que têm interesse nas eleições municipais como candidatos. Isto já foi seguido em outras épocas aqui na Casa. Então, estas pequenas adaptações temos de ter o cuidado de fazê-las. Realmente V.Exa., volto a dizer, faz um encaminhamento e vamos realizar uma reunião com os Presidentes das Comissões, para acharmos um melhor encaminhamento.

O SR. DEPUTADO JAIME MANTELLI - Já que V.Exa. se manifestou, permita-me contribuir também nesta particularidade que foi apresentada por vários Deputados.

Quero manifestar aqui de forma clara, enfática e tranqüila que a minha disposição parlamentar, é assim que entendo, é que de segunda-feira a quinta-feira tenho que estar a serviço do Poder Legislativo. E aqui estou de segunda-feira a quinta-feira cumprindo todas as minhas obrigações.

O Regimento Interno não deve ser adaptado para atender a conveniência de meia dúzia. Não é este o entendimento que tenho.

Quero manifestar aqui, mais uma vez, que o Poder Legislativo não pode andar de joelhos para atender interesses de candidaturas a Prefeito ou coisa que o valha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Votação da redação final do Projeto de Lei nº 45/00, de procedência governamental, que aprova a alteração da programação físico-financeira do Plano Plurianual 2000/2003 da Secretaria de Estado dos Transportes e Obras - Departamento de Estradas de Rodagem.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente, uma vez que estamos mantendo a política de obstrução em projetos do Governo, solicitamos que a pauta fosse invertida, porque há uma série de projetos de origem dos Poderes Legislativo e Judiciário, a fim de desobstruirmos a pauta. Gostaria que V.Exa. ouvisse os demais Líderes a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Nobre Deputado, temos que consultar as demais Lideranças para que a pauta seja invertida.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Sr. Presidente, todos estão, com muita clareza, manifestando-se a favor das negociações.

Eu acho que não é justo que fiquemos aqui segurando uma pauta de projetos de interesse de Santa Catarina, como é essa da alteração orçamentária, que paralisa o Estado.

Nós já tínhamos conversado com os Líderes do Governo e da Casa na questão da inversão da pauta.

Para evitar que a Assembléia deixe de deliberar, nós solicitamos a inversão da pauta e que se deixe os projetos de Governo para o fim, para ver se conseguimos ainda deliberar no fim desta sessão, em vista do encaminhamento das negociações.

Portanto, a pauta poderá ser invertida porque aí não prejudica o andamento dos trabalhos da Assembléia Legislativa, que estão já há algum tempo paralisados em função da falta de *quorum*.

Eu acho que invertendo a pauta, pelo menos vamos deliberar os assuntos de iniciativa da Casa e os requerimentos.

Por isso, aceitamos a inversão da pauta.

O Sr. Deputado Heitor Sché - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Heitor Sché.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHÉ - Eu respeito a posição da Oposição no sentido de fazer obstrução a qualquer matéria que se encontre nesta Casa. É um recurso regimental e nós temos que acatá-lo.

Por isso não podemos criticar quando os Deputados não estão no Plenário, principalmente porque estão fazendo obstrução a qualquer matéria.

Agora, eu apelo a V.Exa. para que não faça mais inversão de pauta, porque senão vamos ficar desmoralizados nesta Casa. Se só votarmos projetos de interesse de determinados Deputados - e aí eu tenho um, e tenho interesse que seja votado o que está na pauta -, eu prefiro que não seja votado nunca até que tenhamos *quorum* aqui para votar toda a matéria.

É um apelo que deixo a V.Exa. Em todas as sessões que realizamos nesta Casa há pedido de inversão de pauta. Isso não é justo! É contra o Regimento! E aí não adianta o Presidente da Assembléia fazer pauta, lê-la no dia anterior, para votar outras matérias que não sejam aquelas.

Eu tinha compromisso hoje na minha região e aqui estou para votar, como todo dia estou.

Mesmo por acordo de Liderança, que não se altere mais a pauta do serviço, porque senão vamos ser desmoralizados.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, a Sra. Deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. Presidente, eu sou professora e estou unida com os professores - sempre estive. Estou com o meu Governador, admiro a administração do nosso Governador, estou com ele, sou da Bancada do PPB, mas estou com os professores.

Eu gostaria que a minha opinião fosse respeitada. Amanhã teremos uma negociação e eu gostaria que V.Exa. deixasse esses projetos de origem governamental para a próxima semana.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Eu sei que é prerrogativa de todo Parlamentar e entendo os direitos de cada um.

Agora, estamos já no mês de maio e ainda não conseguimos equacionar o Orçamento do Estado.

Nós temos aqui, por exemplo, o Projeto de Lei nº 047, que aprova a alteração do programa físico-financeiro do Plano Plurianual 2000/2003, da Secretaria dos Transportes e Obras, Departamento de Estradas de Rodagem.

Srs. Deputados, esse projeto de lei é importantíssimo para Santa Catarina, não é só para o Governo do Estado. Aqui estão equacionados e teremos que apreciar, votar e aprovar para que as obras da Secretaria dos Transportes tenham o seu desenvolvimento - e aqui pega a região Norte, a região Oeste, a região do Vale do Rio do Peixe. São obras em todo o Estado!

Eu vou comunicar a todos esses Municípios que as obstruções estão continuando aqui, o Governo não tem condições na execução dessas obras, e darei nomes a quem de direito, porque não é possível que fiquemos aqui aprovando matéria de origem parlamentar, que é interesse do Parlamentar, e não do interesse do povo de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Feitos os encaminhamentos, queremos dizer que há um requerimento de autoria do Sr. Deputado Ronaldo Benedet que solicita a inversão da pauta e não obtive a resposta da maioria dos Srs. Líderes.

Então, gostaria de saber de V.Exas. se concordam com esta solicitação do referido Deputado.

(Os Líderes concordam com a inversão de pauta.)

O Sr. Deputado Heitor Sché - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Heitor Sché.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHÉ - Quero me posicionar, mais uma vez, dizendo que represento também, inegavelmente, o funcionalismo público nesta Casa e ninguém mais do que este Deputado tem solicitado ao Governador do Estado para que resolva o problema dessa classe, incluindo o professor, o funcionário da segurança pública, enfim, todo o funcionário público de Santa Catarina.

Agora, este prática de inverter todos os dias a pauta das votações na Assembléia Legislativa não é certa, não pode ser considerada. E já que V.Exa. vai inverter a pauta mais uma vez, quero dizer que vou me retirar do Plenário e espero que não conste como falta, porque estou presente aqui, mas só não concordo com a inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Deputado Heitor Sché, apenas a Presidência tem um requerimento verbal de autoria de um Líder e precisa encaminhá-lo. Todos os Líderes foram unânimes em concordar com a inversão de pauta, então não é a Presidência que está mudando a pauta e sim o encaminhamento feito por todos os Líderes.

Queremos apenas deixar registrado isto.

Fazendo a inversão de pauta, a primeira matéria a ser incluída para discussão e votação é a seguinte:

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 031/00, de autoria da Mesa Diretora, que dispõe sobre o auxílio-moradia no âmbito da Assembléia Legislativa e adota outras providências.

Ao projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação a emenda modificativa.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por maioria.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 067/00, de procedência do Tribunal de Justiça do Estado, que fixa valor de vencimento dos cargos de advogados do Juízo da Infância e da Juventude da Capital e da Justiça Militar, integrantes da estrutura funcional do Poder Judiciário e adota outras providências.

Conta com parecer das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 017/99, de autoria da Deputada Ideli Salvatti, que susta dispositivos do Decreto nº 387/99, que regulamenta programa de estágio para estudante de ensino superior.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Sr. Presidente, a nossa Bancada votará contra exatamente porque não concordamos com esta posição de sustar, sem um estudo mais profundo, por simples decreto, impossibilitando o estagiário de participar com o seu trabalho. Eu acho que é um assunto que tem que ter uma discussão mais profunda e não simplesmente através de um decreto suspender esta iniciativa.

Por isso votamos contra.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação a Sra. Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente, o Governo tem um decreto para contratação de estagiários. Neste decreto tem artigos que permitem a contratação de estagiários como professores. Acontece que existe uma lei estadual que regulamenta a contratação de professores, portanto, é um instrumento legal superior ao decreto.

O Governador não pode, por decreto, incluir na contratação para atuar como professores, estagiários. A legislação não permite, a legislação estabelece processo de seleção, quais são os critérios, classificação, as pessoas interessadas em dar aula, todo esse processo. Então, não pode ser contratado um estagiário para atuar como professor, porque tem legislação estadual regulamentando a matéria.

Por isso entramos como decreto legislativo, temos até o aval da Secretária da Educação nesta questão, e até não sei se foi publicado, mas houve manifestação da Secretária da Educação no sentido de revogar esses artigos do decreto do Governador.

O Sr. Deputado Paulinho Bornhausen - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, os Sr. Deputado Paulinho Bornhausen.

O SR. DEPUTADO PAULINHO BORNHAUSEN - Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha pela rejeição.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente, vamos encaminhar para votar favoravelmente ao projeto de decreto legislativo da Deputada Ideli Salvatti.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Sr. Presidente, se o decreto retirasse apenas esta questão de contratação para professor seria diferente, mas ele fulmina todo um decreto que prejudica uma categoria. Por isso temos que fazer um estudo mais profundo sobre esta matéria.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, a Sra. Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente, para que não paire qualquer dúvida, eu peço que V.Exa. faça a leitura do decreto. O decreto, Deputado Ivan Ranzolin, é exatamente para sustar alguns artigos, única e exclusivamente os artigos que permitem contratação de professor como estagiário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - A ementa é bem clara: susta dispositivos do decreto.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - São apenas alguns artigos, inclusive isso está consensuado com a Secretária da Educação, não há estagiário como professor contratado. A Secretária reconheceu o erro, porque há lei de contratação de professor admitido em caráter temporário.

Portanto, nós estaríamos apenas aqui legitimando uma posição já adotada e reconhecida com errada pela Secretária Miriam Schlickmann. Agora, se o Líder do Governo quer ter esta preciosidade no encaminhamento e talvez porque o decreto seja de minha autoria, ele que passe a mão no telefone e ligue para a Secretária da Educação para ver se não há consenso.

O Sr. Deputado Paulinho Bornhausen - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Paulinho Bornhausen.

O SR. DEPUTADO PAULINHO BORNHAUSEN - Já que fui citado, gostaria de falar.

Eu não persigo ninguém, aliás, quem persegue é quem fala. Com microfone ou sem microfone, não persigo ninguém, respeito as pessoas como elas são, mas me dou ao direito de conviver ou não.

Na verdade, Sr. Presidente, quando li este processo o meu parecer foi pela rejeição, exatamente porque escutei a Secretária da Educação.

Então, quero reiterar aqui que sou parte do processo e a Liderança do Governo, seguindo o voto de seu Líder, que representa o Governo nesta Casa, é pela rejeição.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, a Sra. Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente, peço, por favor, que V.Exa. retire da pauta o decreto, até porque a Presidente do Sinte terminou de me comunicar que a Secretária da Educação já alterou o decreto, e ele já foi publicado até mesmo no Diário Oficial sem esses artigos, coisa que o Líder do Governo não sabe. Então, a comunicação dele com a Secretária Miriam Schlickmann anda meio falha.

Então, por favor, retire da pauta, porque é matéria vencida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - É lícito ao Autor, de qualquer matéria, no momento de votação, solicitar a sua retirada da pauta.

Fica, então, retirada da pauta do dia de hoje a discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto nº 17/99, de autoria da Deputada Ideli Salvatti.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 004/2000, de procedência da Comissão de Constituição e Justiça, que suspende a execução de dispositivo de Lei (art. 2º da Lei nº 1.546/95, de Urussanga).

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 005/2000, de procedência da Comissão de Constituição e Justiça, que suspende a execução de lei (Lei Complementar nº 35/98, de Laguna).

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 006/2000, de procedência da Comissão de Constituição e Justiça, que aprovam os ajustes do Sínief nºs 08 e 09/99 e os convênios e ICMS nºs 55 e 81/99, celebrados na 95ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, realizada em Vila Velha - ES, no dia 22 de outubro de 1999.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 017/99, de autoria do Deputado Gelson Sorgato, que dispõe sobre a concessão de anistia aos produtores rurais do total das dívidas provenientes do crédito de emergência e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Diante da postura adotada pelos Partidos de Oposição, o que nós respeitamos, de não votar projetos de origem governamental enquanto não tiver uma decisão, sobre a qual eles já se manifestaram, não é justo que a Assembléia Legislativa vote, numa inversão de pauta, projetos de origem de Parlamentares. Devo dizer que tem projetos de minha autoria, de vários Deputados de minha Bancada, então, não é discriminação.

A nossa bancada não vai dar *quorum* para a votação de projetos de origem parlamentar enquanto não tivermos também a posição de votação na Casa da pauta normal.

Respeitando as posições do Deputado Heitor Sché, do Deputado Lício Silveira e de outros Deputados, Autores, até, de projetos, acho que é justo e coerente que não se vote projetos de origem dos Srs. Deputados, sem analisar o mérito, Sr. Presidente, em função também de não poderemos votar na pauta projetos de origem governamental. Seria desta Casa uma incoerência, uma discriminação em não acolhermos projetos do Executivo, por uma posição que eu respeito, e acolhermos projetos de iniciativa parlamentar.

Por isso a nossa Bancada não vai permitir *quorum* para a votação deste projeto.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gelson Sorgato.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Sr. Presidente, foi feito um acordo com as Lideranças de que se votaria projetos que não fossem de origem governamental. Foi este o acordo, mas se não quiserem votar, é um direito dos Parlamentares, é um direito das Lideranças.

O Sr. Deputado Julio Garcia - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Julio Garcia.

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA - Sr. Presidente, eu entendi minutos atrás e ouvi nos microfones desta Casa, um acordo de Lideranças, no sentido de se promover a votação dos projetos que não fossem de origem governamental. A Oposição faz o papel de Oposição, e o Governo tem que fazer o papel de Governo. Nós somos do Governo, temos mais de 21 Deputados e deveríamos estar presentes aqui votando.

A Oposição está cumprindo o seu papel e ele deve ser respeitado. Foi feito um acordo. É realmente desagradável, mais uma vez, termos um acordo descumprido. E foi descumprido num lapso de tempo, em tempo record. Em questão de 10 minutos, não mais do que isso.

Eu lamento e faço um apelo ao Líder Ivan Ranzolin e aos companheiros da Bancada do Governo para que nós continuemos votando, no sentido não de atender a Oposição nem o Governo, mas no sentido de atender aquilo que é obrigação da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Eu até encaminhava uma negociação com os Deputados da Oposição para se votasse um projeto de redação final, que é inadmissível que fique aqui parado, esperando por votação, ainda que haja a legítima obstrução por parte da Oposição.

Mas, sem dúvida nenhuma, com a retirada dos Parlamentares do Governo, fica difícil até um novo entendimento.

Eu faço, volto a reiterar, Sr. Presidente, um apelo no sentido de que se dê continuidade a essa votação para voltarmos à pauta dos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - A Presidência apenas ratifica o encaminhamento do Deputado Julio Garcia.

O Sr. Deputado Jaime Mantelli - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Jaime Mantelli.

O SR. DEPUTADO JAIME MANTELLI - Sr. Presidente, gostaria somente de registrar que nós acabamos criando um fator histórico muito importante no Plenário da Assembléia, hoje. Porque a Oposição usa de artimanhas regimentais para não dar *quorum* para votar as matérias de origem governamental.

A base situacionista usa a mesma artimanha regimental não dando *quorum*, não permitindo, assim, a votação dos projetos de origem parlamentar.

Pela primeira vez na história o Poder Legislativo consegue 100% de artimanha regimental para não dar *quorum*. Então, nós chegamos num ponto muito bom, muito adequado e de um grande aprendizado.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Sr. Presidente, os Deputados de base governista estão, realmente, reclamando e eu estou exercendo aqui papel de Líder daquilo que ouço da minha Bancada.

O que foi dito no início é que nós faríamos inversão da pauta, mas não foi assumido nenhum compromisso e nenhum acordo e que nós chegaríamos até o final da pauta.

Nós votamos alguns projetos e isso não é justo! Se a Oposição defende esta possibilidade de não dar *quorum* para projetos de iniciativa governamental, nós achamos que temos o direito, também, tendo projetos de nossa autoria, de não dar *quorum* para projetos de origem parlamentar.

Nós estamos sendo coerentes, Sr. Presidente, porque não pode ficar apenas o boicote da votação de um lado e nós estarmos, aqui, votando projetos de origem parlamentar que não têm nenhuma necessidade de ser votados hoje. Poderemos votar num outro dia.

É uma posição que nós adotamos, repetindo, e não houve acordo de inversão de pauta para concluir a votação. Houve acordo de inversão de pauta, votamos os projetos que achávamos importantes e agora esses projetos que estão aqui não têm a urgência necessária para serem votados hoje.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente, o nosso novo Regimento, no art. 302, diz o seguinte:

(Passa a ler)

"Art. 302. O Deputado que descumprir os deveres inerentes a seu mandato, ou praticar ato que afete a sua dignidade, estará sujeito ao processo e às medidas disciplinares previstas neste Regimento e no Código de Ética e Decoro Parlamentar, que poderá definir outras infrações e penalidades, entre as quais as seguintes:

(...)

§ 1º É incompatível com o decoro parlamentar:

(...)

III - O não-cumprimento de acordo formal de Líderes."

Ora, Sr. Presidente, se não me engano, nós fizemos um acordo formal consubstanciado com a declaração de V.Exa., aqui, hoje, nesta Casa. Infelizmente, novamente este Regimento é rasgado.

Nós colocamos a nossa posição e houve um acordo de inversão de pauta. Infelizmente, os Srs. Deputados sentem-se prejudicados e resolvem não cumprir mais. Quando se tem a proposta de um acordo, não é obrigado a fazê-lo, agora, depois de fazer, tem que cumpri-lo.

E temos o Regimento Interno para puxar a orelha de todos nós aqui.

O Sr. Deputado Paulinho Bornhausen - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Paulinho Bornhausen.

O SR. DEPUTADO PAULINHO BORNHAUSEN - Sr. Presidente, como Líder do Governo, nós deveríamos continuar o processo e vamos fazer a votação.

Eu vou pedir ao Deputado Ivan Ranzolin, à Bancada do PPB... Eu sei que há um certo desconforto, mas, Sr. Presidente, a Oposição está fazendo o seu papel, em qualquer Parlamento assim funciona, e nós temos a maioria, mas não estamos com a maioria, neste momento, para podermos fazer as votações de interesse do Governo.

Mas eu acho que o Parlamento não deve parar em função disso. O Deputado Ivan Ranzolin tomou uma posição que eu sei que é dele, depois ouviu os Srs. Deputados, e há uma certa indefinição a respeito da posição final. Ele preferiu, então, retirar.

Eu estou colocando aqui que nós deveríamos votar, terminar a pauta parlamentar e em seguida fazermos um esforço concentrado para, na terça e na quarta-feira, estarmos todos aqui, da base governista, para votar. Nós não podemos, realmente, ficar sem esta condição.

Então, Sr. Presidente, da minha parte eu faria um apelo neste sentido, para que os Deputados permanecessem e que não fizessemos um cabo de guerra em cima desta questão.

Vamos votar as matérias legislativas, aprovar ou rejeitar, e na terça e na quarta-feira ficam convocados os Srs. Deputados da base governista para votarmos.

O Sr. Deputado Francisco de Assis - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Francisco de Assis.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Parece-me que pelas falções aqui proferidas pelos nobres Pares a quebra do acordo não é uma decisão da Bancada governista, mas mais precisamente do PTB.

Neste sentido, fica mantido o acordo ou, pelo menos, os Deputados ainda podem permanecer no Plenário e continuar a votação, que eu acho que é salutar para esta Casa.

Por último, quero dizer que os professores, os trabalhadores da educação do nosso Estado, principalmente aqueles que aderiram à greve, em função da busca daquilo que é de direito, que é o salário e o reajuste, podem até não ter conseguido paralisar as atividades em todo o Estado, podem até não ter conseguido adesão e muitos professores, mas conseguiram uma coisa inédita: paralisar a Assembléia Legislativa. Porque, com a posição tomada, tanto a Oposição quanto a Situação, não vão dar mais *quorum*.

Então, eu acho um fato inédito e importante, para mostrar que esses trabalhadores estão bem organizados. Conseguiram com que a Oposição e a Situação não dessem mais *quorum* para votar nem projeto do Executivo e nem do Legislativo.

Por isso, eu faço um apelo para que o Deputado Ivan Ranzolin retire essa proposta e se mantenham os Deputados do PPB no Plenário, para acabarmos de votar, conforme o acordo anteriormente definido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - A Presidência consulta o Deputado Ivan Ranzolin se há algum outro encaminhamento, caso contrário, está rompido.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Sr. Presidente, atendendo apelo dos Líderes que compõem a Bancada do Governo, nós vamos deixar os Deputados livres, os que desejarem se retirar, alguns já se retiraram, mas os que desejarem permanecerão no Plenário.

Há vários Deputados que não concordaram e se retiraram, mas atendendo a este apelo, nós vamos dar *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Voltando à pauta, dando continuidade aos trabalhos, voltamos ao projeto que estava em discussão de nº 27/99, de autoria do Deputado Gelson Sorgato. Mas a Presidência constatou que apenas a Comissão de Justiça deu o seu parecer.

É um projeto de mérito, portanto, precisa ter o parecer de mais uma Comissão, e as Comissões de Agricultura e de Finanças não deram parecer ao projeto.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Gelson Sorgato.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Sr. Presidente, este projeto estava nas mãos do Deputado Sandro Tarzan. Mas eu gostaria de saber do referido Deputado qual era a Comissão que estava o projeto de concensão de anistia para os agricultores?

O SR. DEPUTADO SANDRO TARZAN - Este projeto, Sr. Presidente, foi devolvido sem dar o parecer, mas ele é de 1999.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Deputado, este projeto deu entrada no dia 8 de março de 1999, no dia 25/11, foi para a Comissão de Finanças, onde foi encaminhado pelo Deputado Sandro Tarzan. Como não houve despacho na Comissão, no ano passado todos os projetos foram chamados ao Plenário e num determinado momento compareceram sem parecer. Mas esta matéria, como no dia da votação, não foi incluída, porque o Autor, Deputado Gelson Sorgato, não se encontrava, sendo retirado da votação.

Portanto, a matéria não recebeu parecer da Comissão de Finanças e nem da Comissão de Agricultura. E é necessário que tenha um despacho, no mínimo de duas Comissões.

Eu peço a compreensão de V.Exa.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Sr. Presidente, eu concordo até que volte, mas que fique registrado nesta Casa, porque havia necessidade do projeto ser votado de forma favorável ou contrária. E esconderam o projeto, sentaram em cima dele, e não andou o processo nesta Casa.

Mas concordo que volte às Comissões, porque não será um projeto polêmico, retirando-o da pauta.

O Sr. Deputado Paulinho Bornhausen - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Paulinho Bornhausen.

O SR. DEPUTADO PAULINHO BORNHAUSEN - Sr. Presidente, nós estamos em votação e eu faria um apelo para que os Deputados permanecessem no Plenário, para que pudéssemos dar continuidade.

Mas gostaria de dizer que este mesmo apelo deveria ser feito à Oposição, que está apenas em sete ou oito Deputados no Plenário, e que, portanto, não há acordo quando não há *quorum*.

Então, eu faço aqui esse apelo, porque desta forma vai parecer que apenas o Governo está querendo obstruir os trabalhos da Casa e a Oposição está fora do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 188/99, de autoria do Deputado Romildo Titon, que estabelece normas para a execução orçamentária e adota outras providências.

Conta com parecer pela rejeição da Comissão de Finanças e Tributação e parecer favorável da Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos.

Em discussão.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra o Sr. Deputado Romildo Titon, Autor do projeto.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria de fazer uma rápida justificativa ao meu projeto que, a exemplo do Deputado Gelson Sorgato, eu faço a mesma colocação: ele está fazendo aniversário neste mês. Faz um ano que está na Casa e alguém estava segurando para que não viesse ao Plenário.

Exatamente no dia 26/03/99 que demos entrada a este projeto de lei. O que visa este projeto? Vedar ao Poder Executivo a celebração de atos visando à transferência voluntária de recursos enquanto não realizados os vencimentos apontados pelos Municípios, em audiência públicas regionais, ou seja, o Orçamento Regionalizado.

Eu fiz várias colocações quando se iniciou novamente a discussão do Orçamento Regionalizado nas microrregiões dos Municípios, quando se ouvia os Prefeitos, os Vereadores e as lideranças municipais, para que colocassem as suas prioridades municipais e regionais no Orçamento Regionalizado, que foi tão falado, tão questionado, tão propalado, tão divulgado, e nada foi cumprido.

E eu dizia naquela época que não teria coragem e me sentia envergonhado de participar de uma reunião nas microrregiões e de discutir uma coisa que nunca foi cumprida.

Ouvi, atentamente, há poucos instantes, o Deputado Francisco de Assis que aqui colocava novamente a sua posição, a sua preocupação, e até sugeriu que deveria ser concluído o Orçamento Regionalizado, pois o Governo do Estado está dizendo que não vai cumprir com essas prioridades regionais.

Do que adiantou isso? Somente para envergonhar o Poder Legislativo, para cada vez mais o descrédito ser maior, porque a cada ano que passa não se inviabiliza uma sequer obra que está prevista no Orçamento Regionalizado.

Isto é pura e simples enganação ao povo de Santa Catarina! E nós também estamos sendo enganados porque aqui colocamos nossas emendas, de acordo com o que é levantado, como prioridade nas nossas regiões. E não foram cumpridas!

Sr. Presidente, falta também uma explicação do Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Casa a todos os Parlamentares com relação às nossas emendas que foram aprovadas em Plenário, e muitas delas não constam do Orçamento ou não foram para o Governo do Estado, ficaram por aqui mesmo. Ou, então, o próprio Governo está-nos enganando, enrolando-nos!

Até o presente momento não nos foi dada uma justificativa, não nos foi dada uma explicação. Eu, por exemplo, tenho mais de oito emendas que foram aprovadas aqui no Plenário e, segundo informações que tenho, não constam no Orçamento do Estado.

Então, estão-nos enganando e, acima de tudo, indo ao interior do Estado enganar o povo, a sociedade!

Por isso apelo aos Srs. Deputados para que resgatem a credibilidade do Poder Legislativo aprovando este projeto, no sentido de que não permita que o Governo do Estado deixe de cumprir uma prioridade do Orçamento Regionalizado e assine um convênio com Prefeito do seu Partido ou de qualquer outro Partido, não cumprindo as prioridades que o próprio Governo levou à comunidade, na sua região, para discutir a questão.

Chamo a atenção das Bancadas do PPB, do PFL, do PT, que era Oposição ao Governo Paulo Afonso, que fizeram projeto semelhante a este no Governo passado, na tentativa de inviabilizar que os convênios fossem assinados. Há uma lei que, acredito, foi aprovada nesta Casa e deveria ser cumprida, neste caso, porque o Projeto de Lei nº 120/98, que foi aprovado em regime de urgência, é baseado mais ou menos, no meu projeto, e até eu me espelhei nisto para elaborá-lo.

O art. 1º deste projeto diz o seguinte:

(Passa a ler)

"É vedada a transferência voluntária de recursos mediante convênio à entidades privadas e entes públicos enquanto não forem cumpridas as obrigações constitucionais de transferência de recurso, bem como, enquanto não forem honrados os pagamentos de pessoal, incluída a gratificação natalina."

Este projeto foi aprovado por este Poder, e também não está sendo cumprido.

Diante deste fato, Deputado Pedro Uczai, eu acho que este - e V.Exa. é um grande defensor do Orçamento Regionalizado, foi até uma idéia do seu Partido - é o momento de resgatar a credibilidade da Assembléia Legislativa com relação ao tão propalado Orçamento Regionalizado, de um discurso muito bonito que foi usado e que continua sendo usado, mas que na prática, infelizmente, não é cumprido.

O Deputado Pedro Uczai - V.Exa. não concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Nobre Deputado, desejo cumprimentá-lo pela iniciativa deste projeto parlamentar.

Hoje, nesta Casa, nós decidimos o futuro do Orçamento Regionalizado. Não é o Poder Executivo que irá definir o futuro do Orçamento Regionalizado e, sim, esta Casa.

O Deputado Gilmar Knaesel foi coordenador do Orçamento Regionalizado por dois anos e pode testemunhar a importância democrática desse instrumento para socializar os recursos públicos.

Hoje, os Deputados vão decidir se irão democratizar um percentual dos recursos públicos destinados aos Municípios de Santa Catarina, ou se irão discriminar uma parte dos Municípios, das prioridades, ou se irão decidir que não é democrático o Orçamento de Santa Catarina.

O momento é histórico e por isso é que gostaríamos que a votação deste projeto fosse nominal. Então, será decidido, agora, se enterramos de vez o Orçamento Regionalizado ou o aprovamos.

O Orçamento Regionalizado tem importância para o Poder Legislativo. Não importa o que o Poder Executivo irá fazer. O que o Legislativo decidir hoje vai ser ou não importante, estratégico e fundamental. Os Parlamentares irão decidir se discriminarão ou não tais e tais Municípios, e propugnarão o beneficiamento e o privilégio de outros Municípios.

O seu projeto é muito relevante para decidir sem nenhuma irresponsabilidade.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. Presidente, aconteceu um fato muito claro em Fraiburgo e o Deputado Reno Caramori é testemunha disto, o qual há pouco disse que está para ser votada aqui na Casa uma reformulação no Plano Plurianual.

Sei que em Fraiburgo foi colocado por todos que lá estavam presentes como prioridade no Orçamento Regionalizado o acesso ao bairro São Miguel. E não foi colocado no Orçamento do PPA. Agora, o Governo manda para cá uma retificação no Plano Plurianual e o Prefeito de Fraiburgo foi para a rádio criticar os Parlamentares que não dão *quorum* para aprovar a reformulação do PPA, para executar a obra.

Quer dizer, primeiro não ouviram aquilo que foi levantado no Orçamento Regionalizado. Foi em vão aquela discussão! Depois vêm jogar a culpa em cima dos Parlamentares que não votaram, que não demos *quorum* para votar uma questão, uma reformulação do PPA. Antes não tinham vontade e agora têm porque está próxima a eleição!

Outro fato, Sr. Presidente: eu quero requerer votação nominal a este projeto, porque eu quero ter a satisfação de poder levar nas próximas reuniões do Orçamento Regionalizado aqueles que são a favor dele e aqueles que não são.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Sr. Presidente, eu devo encaminhar porque fui Relator desse processo na Comissão de Justiça, que foi aprovado o nosso parecer sem analisar o mérito. Nós ingressamos na questão constitucional.

Sobre essa questão orçamentária, não é permitido ao Deputado ingressar nesse campo exatamente pelos pontos que levantamos no nosso parecer.

Foi rejeitado na Comissão de Justiça e foi rejeitado na Comissão de Finanças. Posteriormente, teve um recurso para este Plenário, que rejeitou o nosso parecer e voltou para a Comissão de Finanças.

Contudo, eu, particularmente, tenho convicção plena de que ele fere princípios fundamentais constitucionais, além de engessar o Executivo. O art. 1º diz o seguinte: "Fica vedada ao Poder Executivo a celebração de atos visando à transferência voluntária de recursos enquanto não realizados os investimentos apontados pelos Municípios em audiências públicas regionais".

Ora, primeiro tem que se cumprir tudo o que foi apontado pelos Municípios no Orçamento Regionalizado. Enquanto isso o Estado fica engessado! É impossível! Este é o princípio de harmonia, de independência entre os Poderes!

Nós não poderíamos engessar o Executivo, de aplicar recursos antes! É um condicionamento: primeiro, aplica no Orçamento Regionalizado. Isso não significa dizer que sejamos contra o Orçamento Regionalizado! Significa dizer que nós não poderemos engessar o Executivo para cumprir o Orçamento Regionalizado.

Eu acho que as questões podem ser cumpridas concomitantemente! Os orçamentos regionalizados e as ações do Estado!

Então, isso fere o princípio constitucional. Esta é a nossa posição. Por isso, para ser coerente, eu voto contra, clara e abertamente.

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - Pela ordem, Sr. Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Afonso Spaniol.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOL - Sr. Presidente, gostaria apenas de relembrar, também, que nos dois últimos anos do Governador Paulo Afonso nenhuma emenda do Orçamento Regionalizado foi executada.

Eu sou seu defensor. Agora, esta forma de colocá-lo em discussão, tem que ter o aval do Secretário da Fazenda com os Deputados.

Não adianta só os Deputados irem para os Municípios elencar as prioridades se não tiver essa sintonia, essa anuência do Governo e do Secretário da Fazenda.

Eu voto a favor deste projeto. Acho que tem vício de origem pela inconstitucionalidade, mas voto a favor já sabendo que daqui a um mês estaremos votando aqui o veto.

Então, para manifestar a minha concordância pela iniciativa de aperfeiçoar o processo do Orçamento Regionalizado, votarei a favor.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Pela ordem, para encaminhamento de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Só queria voltar a retificar uma coisa: o Deputado Ivan Ranzolin fez um pronunciamento que me chamou atenção, porque apresentou um parecer dizendo da sua inconstitucionalidade. Eu pergunto se a inconstitucionalidade que ele se refere só tem validade agora, porque em 1988 não tinha? Aqui está a assinatura dele, que colocou num projeto bem idêntico, e achou que não era inconstitucional.

O Sr. Deputado Jaime Mantelli - Pedimos a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Jaime Mantelli.

O SR. DEPUTADO JAIME MANTELLI - Simplesmente para registrar o nosso voto favorável ao projeto justificando o seguinte: nós podemos até questionar o vício de origem pela inconstitucionalidade, por se tratar de matéria orçamentária, mas é inegável que é constitucional também o direito do cidadão opinar pela obra e pelo investimento governamental que melhor atender à sua necessidade.

Então, o que nós estamos propondo, em termos de Poder Legislativo, é exatamente a oportunização de que se estabeleça um debate franco das entidades governamentais com a sociedade, no sentido de abrir um canal para fazer com que o Poder Público ouça as manifestações populares.

Por isso nós vamos votar favoravelmente e um voto contrário a qualquer iniciativa que vise oportunizar esta participação popular é, sem dúvida nenhuma, votar no centralismo, no autoritarismo e no desprezo aos interesses populares.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Pedimos a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Sr. Presidente, já que fui citado pelo Deputado, deveria me dar o direito de ver esse processo, porque quem sabe cometi um erro e possa corrigi-lo.

Gostaria, realmente, de vê-lo e de analisá-lo para ver se cometi algum erro. Estou convencido, Deputado Romildo Titon, que devemos entrar no mérito, pois se trata de uma questão inconstitucional.

Portanto, gostaria de analisar e verificar, porque pode ser que eu tenha cometido um erro e gostaria de corrigi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Feitos os encaminhamentos de votação, mais uma vez a Presidência solicita aos Srs. Deputados que estão próximos ao Plenário que ocupem os seus lugares, a fim de iniciarmos o processo de votação nominal.

Quem votar "sim" vota favoravelmente à iniciativa do Deputado, e quem votar "não" se posiciona contrariamente. Em votação.

O Sr. Deputado Paulinho Bornhausen - Pela ordem, Sr. Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Paulo Bornhausen.

O SR. DEPUTADO PAULINHO BORNHAUSEN - O nosso voto é "não" ao encaminhamento pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Convido o Sr. Segundo Secretário, Deputado Romildo Titon, para proceder à chamada dos Srs. Deputados para a votação nominal.

O SR. SEGUNDO SECRETÁRIO (Deputado Romildo Titon) -
 DEPUTADO ADELOR VIEIRA ausente
 DEPUTADO AFONSO SPANIOL Sim
 DEPUTADO ALTAIR GUIDI ausente
 DEPUTADO CESAR SOUZA não
 DEPUTADO CIRO ROZA não
 DEPUTADO CLÉSIO SALVARO não
 DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS sim
 DEPUTADO GELSON SORGATO sim
 DEPUTADO GILMAR KNAESEL Presidente

DEPUTADO HEITOR SCHÉ ausente
 DEPUTADO HERNEUS DE NADAL sim
 DEPUTADA IDELI SALVATTI sim
 DEPUTADO IVAN RANZOLIN não
 DEPUTADO IVO KONELL ausente
 DEPUTADO JAIME MANTELLI sim
 DEPUTADO JAIME DUARTE sim
 DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI sim
 DEPUTADO JOÃO ROSA ausente
 DEPUTADO JOARES PONTICELLI não
 DEPUTADO JORGINHO MELLO ausente
 DEPUTADO JÚLIO GARCIA não
 DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA ausente
 DEPUTADO MANOEL MOTA ausente
 DEPUTADO MILTON SANDER não
 DEPUTADO MOACIR SOPELSA ausente
 DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO ausente
 DEPUTADO NELSON GOETTEN ausente
 DEPUTADO NEODI SARETTA ausente
 DEPUTADO NILSON GONÇALVES ausente
 DEPUTADA ODETE DE JESUS ausente
 DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI não
 DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN não
 DEPUTADO PEDRO UCZAI sim
 DEPUTADO RENO CARAMORI não
 DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA ausente
 DEPUTADO ROMILDO TITON sim
 DEPUTADO RONALDO BENEDET sim
 DEPUTADO SANDRO TARZAN ausente
 DEPUTADO VALMIR COMIN não
 DEPUTADO VOLNEI MORASTONI ausente

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - A Presidência tem direito a votar, pelo novo Regimento Interno, na votação nominal.

O Presidente vota "sim".

(Palmas)

Temos 12 votos "sim" e 11 votos "não".

Está aprovado o projeto.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Acho que foi um reconhecimento por V.Exa., um grande defensor do Orçamento Regionalizado, que tanto batalhou. E acho que é um reconhecimento V.Exa. ter o direito de votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Acho que foi uma oportunidade duplamente, pelo empate e pelo voto da Presidência.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente, quero retificar o meu voto. Vou votar "sim" e quero que conste lá o meu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Apesar da Presidência já ter promulgado o resultado, fica manifestado o voto do Deputado Onofre Santo Agostini.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 260/99, de autoria do Deputado Jaime Duarte, que dispõe sobre assistência farmacêutica integral para pessoas com HIV/AIDS, no Estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentado um substitutivo global.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Em votação, em primeiro turno, o substitutivo global.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Afonso Spaniol.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOL - Sr. Presidente, mesmo sabendo do término da votação, gostaria de deixar registrado que votamos mais um projeto com vício de origem, na minha avaliação.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 371/99, de autoria do Sr. Deputado Nelson Goetten, que cria no âmbito do Governo do Estado de Santa Catarina o comitê especial de combate à impunidade.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda aditiva.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos e de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação a emenda aditiva.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Em votação, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 371/99, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei 459/99, de autoria do Sr. Deputado Ivan Ranzolin, que denomina Ginásio de Esportes Atilio da Silva o ginásio de esportes construído no Colégio Estadual Emílio Ramos, de Capão Alto.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 466/99, de autoria do Sr. Deputado Pedro Uczai, em regime de urgência, que reconhece o Município de Anchieta como capital catarinense do milho crioulo e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Agricultura, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 019/2000, de autoria do Deputado Heitor Schê, que denomina de Academia Delegada Manoel Antônio Fogaça de Almeida a Academia da Polícia Civil localizada no Balneário de Canasvieiras, em Florianópolis.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 038/2000, de autoria do Sr. Deputado João Rosa, que autoriza o Poder Executivo a instituir extensão da Academia de Polícia Civil no Município de Joinville.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação e conta com parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos pela rejeição.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 041/2000, de autoria do Sr. Deputado Jaime Mantelli, que institui a cartafiança para a locação de imóvel residencial para servidores públicos civis e militares, ativos e inativos, do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei nº 054/2000, de autoria do Deputado Antônio Ceron, que dispõe sobre as formas de fixação de preços de produtos e serviços, para conhecimento pelo consumidor.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor e de Trabalho, Administração e de Serviços Públicos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 065/2000, de autoria do Deputado Luiz Herbst, que denomina edifício Mário de Mello Lopes o prédio do Fórum de Justiça da Comarca de Papananduva.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e de Serviços Públicos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 076/2000, de autoria do Deputado Jaime Duarte, que autoriza a criação do Conselho Regional da Profissão de Técnicos de Segurança do Trabalho do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e de Serviços Públicos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 078/2000, de autoria do Deputado Adelor Vieira e outros Deputados da Bancada do PFL, que concede título de cidadão catarinense a Enrique V. Iglesias.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e de Serviços Públicos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 116/2000, de autoria do Deputado Ciro Roza, que altera a Lei nº 11.150, de 16 de julho de 1999, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro do ano 2000 e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar nº 223/99, de procedência governamental.

Está retirado da pauta.

Também está retirado da pauta o projeto do Ministério Público, por decisão da Presidência.

Não há mais matéria no Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Tem vários Deputados aqui, da base governista, e os pequenos agricultores da agricultura familiar reunidos em Chapecó. Estão em torno de 3 mil agricultores, buscando reivindicações com o Governo Federal.

É possível que a força militar seja acionada e pode ocorrer violência no trevo de Chapecó. Então, gostaríamos de fazer um apelo aos Deputados que têm relação com o Governo do Estado de Santa Catarina, para que sensibilizem o comando militar, a fim de que este não utilize nenhum instrumento de violência, porque esta é uma justa e legítima reivindicação dos pequenos agricultores dos três Estados do Sul - Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, que estão ocupando o trevo de Chapecó para fazer pressão ao Governo Federal, ao Ministro da Agricultura, para que acolha e marque uma audiência para negociar a pauta de reivindicações.

Estou fazendo este apelo, porque nós já vivenciamos isso aqui nesta Casa, há poucos dias, em uma audiência pública, e o próprio Coronel Backes teve que dar uma explicação sobre as violências ocorridas aqui na Capital.

Peço, também, se for possível, a própria Mesa Diretora para encaminhar um telegrama ao Comando-Geral da Polícia Militar, solicitando sensibilidade para que não ocorra violência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Feitos os encaminhamentos, neste momento é visível a falta de *quorum*, então, a Presidência retira da pauta todos os requerimentos, moções e pedidos de informação.

O Sr. Deputado Adelor Vieira - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Adelor Vieira.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Sr. Presidente, este Deputado gostaria de fazer uma indagação, porque certamente houve um equívoco no projeto que concede título de cidadão. A autoria não é deste Deputado.

Honraria-me muito ser o Autor de tão significativo projeto, todavia, não é de minha autoria. Talvez pela expressão Iglesias, alguém pudesse ter confundido em relação a este Deputado, que gosta muito das igrejas, quem sabe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Deputado, na verdade a origem é da Bancada do PFL, que assinou com todos os seus membros, mas o primeiro subscritor é V.Exa. Talvez, pela ordem alfabética, seu nome começa com A.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Eu gostaria que fosse, então, como sendo de procedência da Bancada do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Fica registrado e será alterado na segunda votação a origem da Bancada do PFL.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito, em primeiro lugar, o Sr. Deputado Adelor Vieira, a quem concedemos a palavra, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, é visível a falta de *quorum*, mas eu vou me permitir fazer apenas três registros.

O primeiro, em relação a um expediente que recebi da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí, que se relaciona ao processo da BR-470.

Eu queria que ficasse registrado, aqui, até porque conversávamos, ontem, com V.Exa., Sr. Presidente, com o Deputado Julio Garcia e com o Deputado Onofre Santo Agostini sobre a posição deste Deputado, que se acabou configurando e também sendo a posição da Comissão de Constituição e Justiça, ou seja, da remessa, da devolução desse processo ao Executivo.

Esta foi a minha posição e quero reafirmar a minha satisfação por ter a Comissão de Constituição e Justiça tomado idênticas providências. Ou seja, o mesmo posicionamento. Porque eu entendo que cabe esta decisão ao Executivo e não ao Poder Legislativo, seja uma decisão técnica ou política.

Por essa razão, registro aqui o recebimento desse expediente e vou responder com esta posição.

Por outro lado, também acuso o recebimento do expediente do Sr. Governador, que me traz muita satisfação, quando se manifesta num expediente ao Sr. Ministro Elizeu Padilha. Aquela nossa velha e antiga batalha relacionada à pavimentação da rodovia que liga Joinville a Guaramirim, via Vila Nova.

Eu quero me congratular com o Governador, porque muitas vezes aqui cobramos, muitas vezes aqui reivindicamos. Agora, esperamos que o Sr. Ministro dos Transportes acolha esta exposição de motivos, antes que o Sr. Governador designe, também, através do Secretário dos Transportes, o reparo da ponte

que está interditada em função da precariedade.

Então, esta é uma segunda manifestação.

A terceira manifestação é no sentido de uma correspondência, de uma carta aberta que recebi dos professores da rede pública estadual, mais precisamente da nossa região, da região de Joinville, onde publicamente se manifestam os professores e alunos, relacionados à abertura do diálogo entre o Governo e a categoria do Magistério Público.

E as informações que temos é de que o Governo deve receber os professores para a abertura desse canal e assim buscar um entendimento, a fim de evitar que essa paralisação venha prejudicar ainda mais o calendário escolar na rede pública do Estado de Santa Catarina.

Estas eram as comunicações que gostaria de fazer neste horário, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os Srs. Deputados em Explicação Pessoal.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, a Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra ordinária, para terça-feira, às 9h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

ATOS DA MESA

RESOLUÇÕES DP

RESOLUÇÃO DP Nº 024/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições:

RESOLVE,

ALTERAR a Resolução DP Nº 009/2000, que nomeou os membros das Comissões Permanentes deste Poder, alterada pelas Resoluções DP Nºs 10, 12, 14 e 19/2000, ficando assim constituída:

COMISSÃO TÉCNICA DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titulares

Deputado Jaime Duarte
Deputado Onofre Agostini
Deputado Nilson Gonçalves
Deputado Neodi Saretta
Deputado Ivan Ranzolin
Deputado Reno Caramori
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Ronaldo Benedet
Deputado Herneus de Nadal

Suplentes

Deputado Jaime Mantelli
Deputado Júlio Garcia
Deputado Antônio Ceron
Deputado Ideli Salvatti
Deputado Valmir Comin
Deputado Milton Sander
Deputado Nelson Goetten
Deputado João Henrique Blasi
Deputado Rogério Mendonça

COMISSÃO TÉCNICA DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Titulares

Deputado Júlio Garcia
Deputado Paulo Bornhausen
Deputado Francisco de Assis
Deputado Valmir Comin
Deputado Reno Caramori
Deputado Nelson Goetten
Deputado João Rosa
Deputado Gelson Sorgato
Deputado Rogério Mendonça

Suplentes

Deputado Onofre Agostini
Deputado Nilson Gonçalves
Deputado Pedro Uczai
Deputado Lício Silveira
Deputado Ivan Ranzolin
Deputado Altair Guidi
Deputado Sandro Tarzan
Deputado Ivo Konell
Deputado Moacir Sopelsa

COMISSÃO TÉCNICA DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE, EFICÁCIA LEGISLATIVA E REDAÇÃO DE LEIS

Titulares

Deputado Jaime Mantelli
Deputado Clésio Salvaro

Suplentes

Deputado Jorginho Mello
Deputado Ciro Roza

Deputado Ideli Salvatti
Deputado Odete de Jesus
Deputado Valmir Comin
Deputado João Henrique Blasi
Deputado Moacir Sopelsa
COMISSÃO PERMANENTE DE MÉRITO DE AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Titulares

Deputado Júlio Garcia
Deputado Pedro Uczai
Deputado Milton Sander
Deputado Nelson Goetten
Deputado Sandro Tarzan
Deputado Moacir Sopelsa
Deputado Gelson Sorgato

COMISSÃO PERMANENTE DE MÉRITO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Titulares

Deputado Jaime Duarte
Deputado Nilson Gonçalves
Deputado Francisco de Assis
Deputado Odete de Jesus
Deputado Lício Silveira
Deputado Herneus de Nadal
Deputado Narcizo Parisotto

Titulares

Deputado João Rosa
Deputado Ciro Roza
Deputado Volnei Morastoni
Deputado Valmir Comin
Deputado Altair Guidi
Deputado Manoel Mota
Deputado Romildo Titon

COMISSÃO PERMANENTE DE MÉRITO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Titulares

Deputado Francisco de Assis
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Ivan Ranzolin
Deputado Ivo Konell
Deputado Rogério Mendonça
COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Suplentes

Deputado Nilson Gonçalves
Deputado Neodi Saretta
Deputado Afonso Spaniol
Deputado Valmir Comin
Deputado João Rosa
Deputado Rogério Mendonça
Deputado Manoel Mota

COMISSÃO PERMANENTE DE MÉRITO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Suplentes

Deputado Jaime Mantelli
Deputado Clésio Salvaro
Deputado Volnei Morastoni
Deputado Milton Sander
Deputado Ivan Ranzolin
Deputado Gelson Sorgato
Deputado Ronaldo Benedet

Suplentes

Deputado Jaime Duarte
Deputado Clésio Salvaro
Deputado Francisco de Assis
Deputado Reno Caramori
Deputado Milton Sander
Deputado Moacir Sopelsa
Deputado Gelson Sorgato

Suplentes

Deputado Paulo Bornhausen
Deputada Ideli Salvatti
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Altair Guidi
Deputado Sandro Tarzan
Deputado Rogério Mendonça
Deputado Narcizo Parisotto
COMISSÃO PERMANENTE DE MÉRITO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Titulares
Deputado Clésio Salvaro
Deputado Volnei Morastoni
Deputado Altair Guidi
Deputado Nelson Goetten
Deputado Jorginho Mello
Deputado Ivo Konell
Deputado Manoel Mota

COMISSÃO PERMANENTE DE MÉRITO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Titulares
Deputado Jaime Mantelli
Deputado Onofre Agostini
Deputado Ideli Salvatti
Deputado Reno Caramori
Deputado Afonso Spaniol
Deputado João Henrique Blasi
Deputado Herneus de Nadal

COMISSÃO PERMANENTE DE MÉRITO DE TURISMO E ECONOMIA

Titulares
Deputado Jorginho Mello
Deputado Cesar Souza
Deputado Francisco de Assis
Deputado Milton Sander
Deputado Ivan Ranzolin
Deputado Ivo Konell
Deputado Ronaldo Benedet

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 18 de maio de 2000
Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Lício Mauro da Silveira - 1º Secretário
Deputado Adelor Vieira - 4º Secretário

RESOLUÇÃO DP Nº 025/00

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

CONCEDER licença aos Senhores Deputados Gilmar Knaesel, Ideli Salvatti, Lício Mauro da Silveira e João Rosa, para ausentar-se do País no período compreendido entre os dias 11 e 24 de junho do corrente ano, em viagem oficial à China.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 18 de maio de 2000.

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Lício Mauro da Silveira - 1º Secretário
Deputado Adelor Vieira - 4º Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS

RESOLUÇÃO Nº 370/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015, de 10/05/99,

NOMEAR **ENIO ROSA DE SOUZA**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-14, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa (Deputado Júlio Garcia).

Palácio Barriga-Verde, em 18/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Afonso Spaniol - Secretário
Deputado Lício Silveira - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 371/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: com fulcro na Resolução DP nº 025/00,

FIXAR, em US\$4.329,00 (quatro mil, trezentos e vinte e nove dólares), o valor das diárias concedidas a cada um dos Senhores Deputados **GILMAR KNAESEL**, **IDELI SALVATTI**, **LÍCIO MAURO DA SILVEIRA** e **JOÃO ROSA**, totalizando o montante de US\$ 17.316,00 (dezesete mil, trezentos e dezesseis dólares), onde, no período de 11 à 24 de junho do corrente ano, estarão representando a Assembléia Legislativa, em viagem oficial à China.

Palácio Barriga-Verde, em 18/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 372/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **LICIAMARA FARIA LAUS** - matrícula nº 1917 e **LAURA ELITA VIEIRA AMORIM** - matrícula nº 2148, eleitos para a Diretoria da AFALESC, triênio 2000/2003, para atuarem junto aquela Associação, com remuneração integral e sem prejuízo funcional, a partir de 25/04/00.

Palácio Barriga-Verde, em 18/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Afonso Spaniol - Secretário
Deputado Adelor Vieira - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 373/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - **AUTORIZAR** a aquisição de 2000 (dois mil) botons redondos em latão com foto do prédio do Palácio Barriga-Verde, para doar à estudantes quando em visita a este Poder.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução, correrão por conta da dotação própria da Assembléia Legislativa, item 3120.00.11.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 16 de maio de 2000.

Palácio Barriga-Verde, em 18/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Adelor Vieira - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 374/2000

Cria "GRUPO DE TRABALHO" para, no âmbito da Assembléia Legislativa, apresentar proposta de Consolidação da Legislação Estadual.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Criar Grupo de Trabalho para, no âmbito da Assembléia Legislativa, executar estudo, visando elaborar proposta de Consolidação da Legislação Estadual.

Art. 2º - O Grupo de Trabalho, criado por esta Resolução, será constituído pelos servidores **Amilton de Araújo Soares**, matrícula nº 0704 - **Augusta Just Milanez**, matrícula nº 0994 - **Dirce Lucia Piano**, matrícula nº 1990 - **Dulcinéia Goulart Tavares**, matrícula nº 1814 - **Eliane Regina C. de Mattos**, matrícula nº 0711 - **Gilmar Cargini**, matrícula nº 2115 - **Ivania Beatriz Ranzolin Nerbass**, matrícula nº 0981 - **Maria da Graça Marques**, matrícula nº 0622 - **Maria do Carmo dos Santos Neta**, matrícula nº 0819 - **Mari Angela Pauli Custódio**, matrícula nº 1592 - **Maristela Daronco da Silveira Lima**, matrícula nº 1969 - **Marlise Furtado Arruda Ramos Burger**, matrícula nº 1571 - **Roselei Maria Rachadel Sartori**, matrícula nº 0611 - **Rozane Marques Alves**, matrícula nº 0703 - **Sandra Regina de O. B. Bazzo**, matrícula nº 0881 - **Zilá Falck Bortolini**, matrícula nº 1959 e **Zulamar Vergílio Francisco**, matrícula nº 1589, todos do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa.

Parágrafo Único - Os servidores ora designados para compor o Grupo de Trabalho, manterão suas respectivas funções e lotações salvo se o desenvolvimento dos trabalhos determinar outro procedimento.

Art. 3º - Ao Grupo de Trabalho compete:

- Apresentar relatórios das leis alteradas (revogadas, duplas, com artigos conflitantes, entre outros);
- Apresentar esboço de ante projeto para consolidar ou uniformizar as leis que apresentam as peculiaridades apresentadas na letra "a";
- Formular projetos para a consolidação das leis descritas na letra "b", apresentando sugestões de encaminhamento e auxiliando na pesquisa das leis que requeiram alterações;
- Elaborar relatórios mensais apresentando as leis que necessitam ser consolidadas, bem como aquelas que apresentarem duplicidade ou numeração inexistente, artigos, parágrafos e itens conflitantes e demonstrar o rendimento dos trabalhos.

Art. 4º - Aos servidores participantes do presente Grupo de Trabalho, fica assegurada a gratificação mensal no valor de um terço do vencimento correspondente ao cargo de código PL/ATS-10-A, do Quadro do pessoal da Assembléia Legislativa.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02/05/2000.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Barriga-Verde, em 18/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Adelor Vieira - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 375/2000

Cria "GRUPO DE TRABALHO" para, no âmbito da Assembléia Legislativa, apresentar proposta com vistas à disponibilização da Legislação Estadual.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

Art. 1º - Criar Grupo de Trabalho para, no âmbito da Assembléia Legislativa, executar estudo, visando elaborar proposta para disponibilização da Legislação Estadual.

Art. 2º - O Grupo de Trabalho, criado por esta Resolução, será constituído pelos servidores **Vera Lúcia Farias**, matrícula nº 0299 - **Adélia Ferrari Cardoso**, matrícula nº 2044 - **Cristiane Luchi Silveira**, matrícula nº 1502 - **Thessália Rodrigues S.Thiago**, matrícula nº 1426, **Washington Luis Mignoni**, matrícula nº 1551 - **Valci Antenor Manoel Dionísio**, matrícula nº 1799 - **Túlia de Freitas Ribeiro**, matrícula nº 2047 - **Maria Dalva Stahelin**, matrícula nº 0753 - **Dolma Magnani de Oliveira**, matrícula nº 0741 e **Cecilia Biesdorf Thiesen**, matrícula nº 0717, todos do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa.

Parágrafo Único - Os servidores ora designados para compor o Grupo de Trabalho, manterão suas respectivas funções e lotações salvo se o desenvolvimento dos trabalhos determinar outro procedimento.

Art. 3º - Ao Grupo de Trabalho compete:

I - implementar e dar suporte ao banco de dados da Legislação Catarinense;

II - digitalizar as leis, convertendo-as em texto e imagem;

III - digitar as leis que não podem ser escaneadas;

IV - agregar as remissões referente origem, número, alterações, publicações e vetos;

V - manter atualizados os textos legais digitalizados e concluir as informações referentes ao período entre 1947 e o ano atual;

VI - paralelamente a inserção das leis, será inserido ao banco de dados os documentos legais que regem o Poder Legislativo, ou seja, Regimento Interno, Resoluções, Portarias e Decretos Legislativos;

VII - solicitar à Mesa Diretora apoio logístico, quando necessário, para a execução dos trabalhos;

VIII - indexar as tabelas (anexos de leis) que não foram digitadas;

IX - continuar alimentando o banco de dados;

X - compete ao Grupo disponibilizar mensalmente, via Internet, 05 (cinco) anos de Legislação referente a cada quinquênio anterior a 1989.

Art. 4º - Aos servidores participantes do presente Grupo de Trabalho, fica assegurada a gratificação mensal no valor de um terço do vencimento correspondente ao cargo de código PL/ATS-10-A, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02/05/2000.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Barriga-Verde, em 18/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Adelor Vieira - Secretário

*** X X X ***

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

RESOLUÇÃO Nº 376/2000 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **NALI STELLA BOSSLE**, matrícula nº 1263, ocupante do cargo de Assistente Social, código PL/ATS-11-G, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 60 (sessenta) dias, a partir de 03/05/2000.

RESOLUÇÃO Nº 377/2000 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item II da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Doença Familiar) a **ALIPIA VIEIRA MOREIRA**, matrícula nº 1296, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-G, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 60 (sessenta) dias, a partir de 08/05/2000.

RESOLUÇÃO Nº 378/2000 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item II da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Doença Familiar) a **SONIA REGINA DA SILVA SALUM**, matrícula nº 1924, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 60 (sessenta) dias, a partir de 10/05/2000.

Palácio Barriga-Verde, em 18/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Adelor Vieira - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 379/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo nº 414/00,

RESOLVE: de acordo com o artigo 30, I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, combinado com os artigos 107 e seguintes, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

CONCEDER APOSENTADORIA, por invalidez permanente, ao servidor **CARLOS ESTEVÃO MACHADO**, matrícula nº 0465, no cargo de Economista, código PL/ATS-12-H, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com os proventos de Lei.

Palácio Barriga-Verde, em 18/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 380/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015, de 10/05/99,

NOMEAR **LEDNA CRISTINA DOS SANTOS SOUZA**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-14, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa (Deputado Paulo Bornhausen).

Palácio Barriga-Verde, em 18/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 381/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

NOMEAR, nos termos dos artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 040/92, **MAURÍCIO DE OLIVEIRA**, para exercer, em comissão, o cargo de Coordenador de Atividades Legislativas, código PL/DCA-4, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, e CONCEDER-LHE, de acordo com o artigo 5º, da Resolução DP nº 040/92 c/c a redação dada pelo Parágrafo Único da Resolução DP nº 023/97, de 06/05/97, a Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 11/05/2000 (Deputada Odete de Jesus P do Nascimento).

Palácio Barriga-Verde, em 18/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

EXTRATO**EXTRATO Nº 039/2000**

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2000

CONTRATADA: JVCA COMUNICAÇÕES LTDA.

OBJETO: Renovação de 42 (quarenta e duas) assinaturas anuais do Jornal A Notícia.

VALOR: R\$ 11.760,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art.25, da Lei nº 8.666/93

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Florianópolis, 18 De maio de 2.000

*** X X X ***

MENSAGEM GOVERNAMENTAL**GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 530**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição estadual, comunico a esse Colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o projeto de lei que "Altera as Resoluções DP nºs 40 e 42, de 29 de maio de 1992, que tratam do Quadro de Pessoal e da estrutura organizacional básica da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e adota outras providências, por ser inconstitucional.

O parecer da Secretaria de Estado da Casa Civil, o qual acato e permito-me incluir como parte integrante desta mensagem, fornece os elementos justificadores do veto.

Palácio Santa Catarina, 16 de maio de 2000

ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO

Governador do Estado

*Lido no Expediente**Sessão de 17/05/00***SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL****EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Florianópolis, 10 de maio de 2000

Excelentíssimo Senhor Governador

A respeito do autógrafo aprovado pela Assembléia Legislativa que "Altera as Resoluções DP nºs 40 e 42, de 29 de maio de 1992, que tratam do Quadro de Pessoal e da estrutura organizacional da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e adota outras providências", criando dezesseis novos naquela estrutura, coloco a superior consideração de Vossa Excelência as seguintes ponderações:

1 - Cumpre destacar desde já que é de competência exclusiva da Assembléia Legislativa dispor sobre a sua estrutura organizacional, conforme dispõe o inciso XIX do art. 40 da Constituição Estadual, corroborado pelos incisos IV do art. 51 e XIII do art. 52 da Carta da República, que dispõe:

"Art. 40
XIX - dispor sobre sua organização, funcionalmente, política, criação ou transformação de cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;"

2 - Entretanto a constituição Federal estabelece determinadas diretrizes que condicionam o ordenamento legal acima citado aos ditames estabelecidos no art. 169 da Carta da República, que estabelece:

"Art. 169 - A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou a alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentária mista.

§ 2º Decorrido o prazo estabelecido na lei complementar referida neste artigo para a adaptação aos parâmetros ali previsto, serão imediatamente suspensos todos os repasses de verbas federais ou estaduais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não observarem os referidos limites.

§ 3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no caput, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências:

I - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;

II - exoneração dos servidores não estáveis.

§ 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da Lei complementar referida neste artigo, o servidor estével poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivando de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.

§ 6º O cargo objeto da redução prevista no parágrafo anteriores será considerado extinto, vedada a criação de cargos, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos.

§ 7º Lei federal disporá sobre normas gerais a serem obedecidas na efetivação do disposto no § 4º."

3 - Assim, se estiver o Estado gastando com pessoal mais do que o estabelecido em lei complementar, fica vedado, por incompatível com a Carta da República, a criação de qualquer cargo público.

Considera-se como "Despesas Total com Pessoal" o somatório dos gastos do ente do Estado com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares, membros de Poder, com quais: quer espécies remuneratórias, tais como: vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

4 - Atualmente, em substituição à Lei Complementar nº 96, de 31 de maio de 1999, temos a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, chamada "Lei de Responsabilidade Fiscal", que na verdade é o Código de Conduta para os administradores públicos de todos o país, abrangendo os três poderes (Executivos, Legislativo e Judiciário), nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal). através dela, todos os governantes passarão a obedecer a normas e limites para administrar as finanças prestando contas sobre quanto e como gastam os recursos da sociedade.

A referida Lei Complementar em seu art. 19, diz que:

"Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminadas:

I - União: 50% (cinquenta por cento);

II - Estados: 60% (sessenta por cento);

III - Municípios: 60% (sessenta por cento)."

5 - Ora, se decorre do art. 169 da Carta Magna, a proibição do Estado criar novos cargos públicos quando esteja a despender com pessoal mais de 60% das respectivas despesas correntes líquidas, que é o caso do Estado de Santa Catarina na atualidade, extrapolando pois o limite decorrente de norma constitucional, inquestionável a inconstitucionalidade do projeto ora em análise.

Mas não é só. A criação dos novos cargos públicos deu-se em total afronta ao inciso II, § 1º, do art. 169, da Carta da República, o foram sem que a Lei nº 11.150, de 16 de julho de 1999 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), contivesse autorização específica para legitimar providência desta ordem, maculando a legalidade e a constitucionalidade da referida matéria, ensejando por si só o seu veto.

6 - A Lei Complementar nº 101/2000 estabelece em seu art. 21 o seguinte:

"Art. 21. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento de despesa com pessoal e não atenda:

I - as exigências dos artigos 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição;"

Considerando que o Estado de Santa Catarina já destina para pagamento de pessoal mais do que o fixado pela legislação, além da inconstitucionalidade flagrante do projeto em análise, o mesmo é nulo de pleno direito não gerando qualquer efeito legal originário do mesmo.

7 - O Poder Legislativo, tem autonomia para dispor sobre a criação de novos cargos e o seu provimento. Entretanto, essa autonomia não é absoluta, deve estar em consonância com o disposto no art. 118 da Carta Estadual, ou seja:

a) Não pode ultrapassar o limite previsto em lei complementar para despesa com pessoal ativo e inativo. Pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, esse limite está estabelecido em sessenta por cento das despesas correntes líquidas.

b) Prévia dotação orçamentária.

c) Autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.

Pelas razões acima apontadas, sugerimos a Vossa Excelência o veto integral ao projeto de lei aprovado pelo Poder Legislativo, por apresentar flagrante inconstitucionalidade.

CELESTINO ROQUE SECCO

Secretário de Estado da Casa Civil

PROJETO DE LEI Nº 056/00

Altera as Resoluções nºs 40 e 42/92, que tratam do Quadro de Pessoal e da Estrutura Organizacional Básica da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Ficam criados e incluídos na estrutura Organizacional Básica da Assembléia Legislativa:

I - Grupo de Comunicação e Informação - PL/GCI, vinculado ao Gabinete da Presidência, conforme ANEXO ÚNICO, parte integrante desta Lei;

II - Cargos de Provimento em Comissão:

a) um (01) cargo de Coordenador do Orçamento Parlamentar, Código DASU-4, incluso no Grupo VI do Anexo I-B da Resolução DP nº 115/93;

b) um (01) cargo de Coordenador de TV e Rádio, Código PL/DASU-4, incluso no grupo VI do anexo I-B da Resolução DP nº 115/93, subordinada à Divisão de Imprensa;

c) um (01) cargo de Diretor da Escola do Legislativo, código PL-DASU-4, incluso no Grupo VI do Anexo I-B da Resolução nº 115/93, subordinada ao Departamento Administrativo;

d) doze (12) cargos de Assessor Operacional de Comunicação, subordinados ao Departamento de Comunicação e Informação, constituindo o GRUPO DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO - PL/GCI, assim distribuídos:

1 - três (03) cargos de Assessor Operacional de Comunicação-1, Código PL/AOC-1;

2 - dois (02) cargos de Assessor Operacional de Comunicação-2, Código PL/AOC-2;

3 - dois (02) cargos de Assessor Operacional de Comunicação-3, Código PL/AOC-3;

4 - cinco (05) cargos de Assessor Operacional de Comunicação-4, Código PL/AOC-4.

e) um (01) cargo de Chefe Apoio parlamentar, código PL/DCA-2;

f) dois (02) cargos de Secretários da Comissão Permanente de Mérito de Turismo e Economia e da Comissão Especial para Assuntos do MERCOSUL, Código PL/DCA-3, incluso no Grupo VII do Anexo I-B da Resolução nº 115/93.

§ 1º Dos cargos de Assessor Operacional de Comunicação-1, Código PL/AOC-1, mencionados na alínea "d" do inciso II deste artigo, um será destinado ao responsável pela edição do veículo de comunicação impressa da Assembléia Legislativa.

§ 2º A Coordenadoria de TV e Rádio compete:

I - operar a TV Assembléia Legislativa;

II - criar, redigir, captar, produzir, gravar e editar imagens e informações a serem transmitidas através da TV Assembléia;

III - dar cobertura telejornalística a todas as atividades dos senhores Deputados, na Mesa, no Plenário, nas comissões e eventos promovidos pelo Poder Legislativo Estadual;

IV - fazer veicular informações culturais e de interesse público.

§ 3º A Divisão de Expediente, além das atribuições previstas na Resolução nº 42/92, compete, sem prejuízo das atribuições da Coordenadoria das Comissões, subsidiariamente, controlar e registrar a movimentação das proposições em tramitação na Assembléia Legislativa.

§ 4º Compete à Mesa Diretora, no prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, por intermédio de Resolução, promover as adequações necessárias junto à Estrutura Organizacional Básica do Poder Legislativo, sobre o disposto nesta Lei.

Art. 2º Permanecem em vigor as disposições das Resoluções nºs. 40/92 e 42/92, e posteriores modificações, em tudo que não foi alterado por esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 24 de abril de 2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Mauro da Silveira - 1º secretário

Deputado Romildo Titon - 2º Secretário

GRUPO DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO - PL/GCI

Coordenadoria de Televisão

CARGO	NÍVEL	QUANTIDADE	VENCIMENTO
Assessor Operacional de Comunicação - 1	PL/AOC-1	04	1.909,08
1 Assessor Operacional de Comunicação - 1	PL/AOC-1	03	1.909,08
Assessor Operacional de Comunicação - 2	PL/AOC-2	02	1.363,62
2 Assessor Operacional de Comunicação - 2	PL/AOC-2	02	1.363,62
Assessor Operacional de Comunicação - 3	PL/AOC-3	02	1.090,89
Assessor Operacional de Comunicação - 3	PL/AOC-3	02	1.090,89
Assessor Operacional de Comunicação - 4	PL/AOC-4	05	818,16
4 Assessor Operacional de Comunicação - 4	PL/AOC-4	05	818,16

*** X X X ***

OFÍCIO

OFÍCIO Nº 040/00

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

OF. TC/GAP-3277/2000

Florianópolis, 26 de abril de 2000

Exmo. Sr.

Deputado GILMAR KNAESEL

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

NESTA

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, cumpre-me comunicar a V.Exa. que o egrégio Plenário, em sessão de 24.04.2000, ao apreciar o Processo PDI-00/00399000, que trata do pronunciamento do Tribunal de Contas sobre o novo levantamento da dívida da Administração Direta do Estado (Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas), para com o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPESC), referente ao período de 01 de janeiro de 1980 a 31 de outubro de 1994, a pedido do Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Esperidião Amin Helou Filho, determinou fosse dado ciência daquela decisão à Assembléia Legislativa, com a remessa de cópia do inteiro teor do processo.

Assim, em cumprimento à decisão do egrégio Plenário deste Tribunal de Contas, tenho a satisfação de passar às suas mãos cópia do inteiro teor do Processo PDI-00/00399000, que trata do pronunciamento do Tribunal de Contas sobre o novo levantamento da dívida da Administração Direta do Estado (Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas), para com o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPESC), referente ao período de 01 de janeiro de 1980 a 31 de outubro de 1994.

Reiterando-lhe, à oportunidade, os meus sentimentos de estima e consideração, subscrevendo-me

Atenciosamente

Conselheiro Salomão Ribas Júnior

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 18/05/00

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 231/2000

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR MARGARETH BALSINI GENOVEZ, matrícula nº 1439, na Divisão de Imprensa.

Palácio Barriga Verde, em 18/05/2000

MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ

Diretora

*** X X X ***

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

PORTARIA Nº 232/2000 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **DERLEI CATARINA DE LUCA**, matrícula nº 0895, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 05 (cinco) dias, a partir de 13/03/2000.

PORTARIA Nº 233/2000 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item II da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Doença Familiar) a **IZABEL SONEGO**, matrícula nº 1462, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 10 (dez) dias, a partir de 10/04/2000.

PORTARIA Nº 234/2000 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **JAIR JOSÉ FARIAS**, matrícula nº 1688, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 16/04/2000.

Palácio Barriga Verde, em 18/05/2000

MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ

Diretora

*** X X X ***

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

PORTARIA Nº 235/2000 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **MARIA DO CARMO LEMOS KRAUCHYCHYN**, matrícula nº 1440, ocupante do cargo de Odontólogo, código PL/ATS-12-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 24/04/2000.

PORTARIA Nº 236/2000 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **MARIA NEUZA MARCELINO**, matrícula nº 1360, ocupante do cargo de Advogado, código PL/ATS-11-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 30/04/2000.

PORTARIA Nº 237/2000 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **NEIDE ADALGIZA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1113, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-G, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 07 (sete) dias, a partir de 03/05/2000.

Palácio Barriga Verde, em 18/05/2000

MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ

Diretora

*** X X X ***

PORTARIA Nº 238/2000

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **MAURINO NEMESIO FRANCISCO**, matrícula nº 2025, no Gabinete do Deputado Lício Mauro da Silveira.

Palácio Barriga Verde, em 18/05/2000

MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ

Diretora

*** X X X ***

PORTARIA Nº 239/2000

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **MARCIA OTILIA SASSO**, matrícula nº 1573, na DRH - Treinamento.

Palácio Barriga Verde, em 18/05/2000

MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ

Diretora

*** X X X ***

PORTARIA Nº 240/2000

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **MADALENA SCHMIDT PIONER**, matrícula nº 2134, na Divisão de Taquigrafia.

Palácio Barriga Verde, em 18/05/2000

MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ

Diretora

*** X X X ***

PORTARIA Nº 241/2000

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **BERNADETE REBELO DE SOUZA**, matrícula nº 1451, no Gabinete do Deputado Júlio Garcia.

Palácio Barriga Verde, em 18/05/2000

MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ

Diretora

*** X X X ***

PORTARIA Nº 242/2000

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **EDMUNDO MACHADO DE BITTENCOURT**, matrícula nº 1506, no Gabinete do Deputado Altair Guidi.

Palácio Barriga Verde, em 18/05/2000

MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ

Diretora

*** X X X ***

PORTARIA Nº 243/2000

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **EVELIN GISELE PIRES**, matrícula nº 1136, no Gabinete do Deputado Altair Guidi.

Palácio Barriga Verde, em 18/05/2000

MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ

Diretora

*** X X X ***

PORTARIA Nº 244/2000

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR

ANTÔNIO

CARLOS

MORRO,

matrícula nº 1359, na Comissão de Turismo e Economia.

Palácio Barriga Verde, em 18/05/2000

MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ

Diretora

*** X X X ***

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

PORTARIA Nº 245/2000 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **ALTAIR PEIXOTO**, matrícula nº 0782, ocupante do cargo de Jornalista, código PL/ATS-12-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 20/04/2000.

PORTARIA Nº 246/2000 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **ANA MARIA BAGGIO DA SILVA**, matrícula nº 2106, ocupante do cargo de Jornalista, código PL/ATS-11-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 24/04/2000.

PORTARIA Nº 247/2000 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **CRISTINA L. PINTO WESCHENFELDER**, matrícula nº 1503, ocupante do cargo de Taquígrafo II, código PL/ATS-11-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 04/05/2000.

Palácio Barriga Verde, em 18/05/2000

MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ

Diretora

*** X X X ***

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

PORTARIA Nº 248/2000 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **LUCIMAR EGIDIO MARTINS**, matrícula nº 1096, ocupante do cargo de Garçom, código PL/ATM-9-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 10 (dez) dias, a partir de 08/05/2000.

PORTARIA Nº 249/2000 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **ADRIANO RIBEIRO CARGNIN**, matrícula nº 2154, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-G, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 04 (quatro) dias, a partir de 09/05/2000.

PORTARIA Nº 250/2000 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **SANTINA SILVESTRE**, matrícula nº 1909, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS-11-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 10 (dez) dias, a partir de 10/05/2000.

Palácio Barriga Verde, em 18/05/2000

MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ

Diretora

*** X X X ***

PORTARIA CGP

PORTARIA Nº 002/00/CGP

O CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições e cumprindo determinação do Senhor Presidente,

RESOLVE:

Convocar os funcionários relacionados em anexo para prestarem serviços extraordinários nos eventos, dias e horários assinalados.

CIENTIFIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em 03 de abril de 2000.

Gerson Ávila Hulbert

Chefe de Gabinete da Presidência

EVENTO	DIA	HORA	LOCAL	FUNCIONÁRIO	MAT.
Reunião Prof. Curso de Direito Unisul	01/04/00	13 às 18 horas	Auditório	Luiz Roberto Silveira	1292
				Paulo da Silva Pacheco	1596
				Elias Bruno Steimbach	1622
				Julio Barbosa Matiauda	2160

Escola do Governo	04/04/00	19h30min às 23h30min	Auditório	Paulo da Silva Pacheco Elias Bruno Steimbach	1596 1622
Atividades do Gabinete da Deputada Ideli Salvatti	06/04/00	19h30min às 22 horas	Auditório	Luiz Roberto Silveira Julio Barbosa Matiauda	1292 2160
Curso de Formação Política do PPS	08/04/00	08 às 13 horas 13 às 18 horas	Auditório	Elias Bruno Steimbach Julio Barbosa Matiauda Luiz Roberto Silveira Paulo da Silva Pacheco	1622 2160 1292 1596
Curso de Formação Política do PPS	09/04/00	08 às 13 horas 13 às 18 horas	Auditório	Elias Bruno Steimbach Julio Barbosa Matiauda Luiz Roberto Silveira Paulo da Silva Pacheco	1622 2160 1292 1596
Congresso Estadual do PPS	09/04/00	08 às 18 horas	Plenário	Evandro Gonçalves Pereira Vili Valcanaia	1879 2110
Escola do Governo	11/04/00	19h30min às 23h30min	Auditório	Luiz Roberto Silveira Julio Barbosa Matiauda	1292 2160
Encontro Estadual sobre Educação do PDT	12/04/00	19h30min às 21h30min	Auditório	Paulo da Silva Pacheco Elias Bruno Steimbach	1596 1622
Formatura da Aero - TD	14/04/00	19h30min às 22h30min	Auditório	Luiz Roberto Silveira Julio Barbosa Matiauda	1292 2160
Escola do Governo	18/04/00	19h30min às 23h30min	Auditório	Paulo da Silva Pacheco Elias Bruno Steimbach	1596 1622
Escola do Governo	25/04/00	19h30min às 23h30min	Auditório	Luiz Roberto Silveira Julio Barbosa Matiauda	1292 2160
Reunião do Deputado João Henrique Blasi	26/04/00	19h30min às 22 horas	Auditório	Paulo da Silva Pacheco Elias Bruno Steimbach	1596 1622
Reunião do Deputado João Henrique Blasi	28/04/00	19h30min às 22 horas	Auditório	Luiz Roberto Silveira Paulo da Silva Pacheco	1292 1596

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/00**

Suspende execução de dispositivo de lei municipal

Art. 1º Fica suspensa a execução do art. 2º da Lei nº 1.546, de 28 de setembro de 1995, do Município de Urussanga, por força do Acórdão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, exarado nos autos da Arguição de Inconstitucionalidade nº 96.010448-8, de Urussanga.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, em 18 de maio de 2000.

Deputado Jaime Mantelli - Presidente da Comissão de Fiscalização, Controle, Eficácia Legislativa e Redação de Leis

Deputado Moacir Sopelsa - Membro

Deputado João Henrique Blasi - Membro

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/00

Suspende execução de lei municipal

Art. 1º Fica suspensa a execução da Lei Complementar nº 35/98, do Município de Laguna, por força do Acórdão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, prolatado nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 98.015024-8, da Comarca de Laguna.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, em 18 de maio de 2000.

Deputado Jaime Mantelli - Presidente da Comissão de Fiscalização, Controle, Eficácia Legislativa e Redação de Leis

Deputado Moacir Sopelsa - Membro

Deputado João Henrique Blasi - Membro

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 006/00

Aprova Ajustes SINIEF e Convênios

Art. 1º Ficam aprovados os Ajustes SINIEF nºs 08 e 09/99, o Convênio Arrecadação nº 01/99 e os Convênios ICMS nºs 55 a 81/99, celebrados na 95ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, realizada em Vila Velha, Espírito Santo, no dia 22 de outubro de 1999.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, em 18 de maio de 2000.

Deputado Jaime Mantelli - Presidente da Comissão de Fiscalização, Controle, Eficácia Legislativa e Redação de Leis

Deputado Moacir Sopelsa - Membro

Deputado João Henrique Blasi - Membro

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 031/00

Dispõe sobre auxílio-moradia no âmbito da Assembléia Legislativa e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Para efeito de ressarcimento de despesas com moradia, os Deputados Estaduais terão auxílio-moradia, a ser pago mês a mês, juntamente com subsídios, no valor de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido em espécie para os Deputados Federais.

Art. 2º É facultado ao Parlamentar renunciar a percepção do auxílio, mediante sua manifestação formal junto à Mesa.

Art. 3º Ficam convalidados os atos praticados com base na Resolução nº 66, de 21 de dezembro de 1999, e na Resolução nº 15, de 10 de maio de 1999.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta do Orçamento da Assembléia Legislativa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, em 18 de maio de 2000

Deputado Jaime Mantelli - Presidente da Comissão de Fiscalização, Controle, Eficácia Legislativa e Redação de Leis

Deputado Valmir Comin - Membro

Deputado Moacir Sopelsa - Membro

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DE PROJETO DE LEI Nº 067/00

Fixa valor de vencimento dos cargos de advogados do Juízo da Infância e da Juventude da Capital e da Justiça

Militar, integrantes da estrutura funcional do Poder Judiciário, e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O valor do vencimento dos cargos de Advogado do Juízo da Infância e da Juventude da Capital e Advogado da Justiça Militar é fixado em R\$ 4.813,42 (quatro mil, oitocentos e treze reais quarenta e dois centavos).

Art. 2º O adicional por tempo de serviço e os reajustes de vencimento atribuídos aos advogados de ofício, reger-se-ão pelas normas aplicáveis aos demais servidores do Poder Judiciário.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário

SALA DAS SESSÕES, em 18 de maio de 2000

Deputado Jaime Mantelli - Presidente da Comissão de Fiscalização, Controle, Eficácia e Redação de Leis

Deputado Valmir Comin - Membro

Deputado Moacir Sopelsa - Membro

*** X X X ***